Presidente da República Fernando Henrique Cardoso

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão Martus Antônio Rodrigues Tavares

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente Sérgio Besserman Vianna

Diretor-Executivo

Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES Diretoria de Pesquisas Maria Martha Malard Mayer

Diretoria de Geociências Guido Gelli

Diretoria de Informática

Paulo Roberto Ribeiro da Cunha

Centro de Documentação e Disseminação de Informações David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas Kaizô Iwakami Beltrão

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Brasil em números Brazil in figures

ISSN 0103-9288 Brasil núm., Rio de Janeiro, v.7, p. 1-339, 1999

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 0103-9288

© IBGE, 1999

Capa/Cover - Aldo Victorio Filho, Divisão de Criação-DIVIC/CDDI. MANABU MABE. ABSTRACIONISMO, 1967; Óleo sobre tela / Oil on canvas; 181 x 201 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo / Collection of the State Gallery of São Paulo.

Projeto gráfico editorial/ *Printing Project* - Luiz Carlos Chagas Teixeira, Divisão de Editoração-DIEDI/DEDIT/CDDI.

Impressão/Printing - Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, em dezembro de 1999.

Brasil em números / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. v.1 (1992-). Rio de Janeiro IBGE, 1992-

Anual

Publicados anteriormente, séries estatísticas retrospectivas, sob os títulos: "O Brasil em números" = ISSN 0524-2010, v.1 e v.2 (1960, 1966), continuado por "Brasil: séries estatísticas retrospectivas" = ISSN 0068-0842, v.1 e v.2, (1970, 1977).

ISSN 0103-9288

 Brasil - Estatística. I. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações.

IBGE. CDD1. Div. de Biblioteca e Acervos Especiais RJ - IBGE / 92-15 CDU 31(81)(05) PERIÓDICO

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Agradecimentos

O IBGE agradece aos colaboradores abaixo relacionados que com suas análises e comentários enriqueceram o conteúdo desta obra.

Ana Amélia Camarano Cajo Luiz de Carvalho Carlos Eduardo Frickmann Young Ceres Alves Prates Edson Kenii Kondo Eduardo Rath Fingerl Fernando Carlos Cerqueira Lima Fernando Perone Francisco Eduardo Barreto de Oliveira Gervásio Castro de Rezende Heron Carlos Esvael do Carmo Jairo Marconi Nicolau José Cesário Cecchi José Márcio Camargo Lia Osorio Machado Lia Vals Pereira Lúcia Lippi Oliveira Maria Cristina Guido Paulo Marchiori Buss Regis Bonelli Renato Navarro Guerreiro Ricardo Bielschowsky Sérgio Cutolo Simon Schwartzman

Pinacoteca do Estado de São Paulo

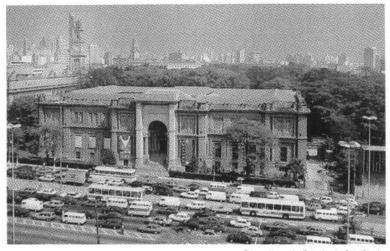
Num centenário espaço neoclássico, a Pinacoteca do Estado está localizada bem no coração da cidade de São Paulo onde abriga um dos maiores e mais representativos acervos de artes plásticas do País.

Inaugurada em 1905, seu acervo vem sendo enriquecido, ano a ano, com as doações de colecionadores particulares e as aquisições apoiadas pelo Governo do Estado e incentivadas pela Associação dos Amigos da Pinacoteca.

Assim, a Pinacoteca, que foi o primeiro museu de artes plásticas da cidade, já conta hoje com cerca de cinco mil obras das mais representativas da arte brasileira dos séculos XIX e XX. Essas obras vêm sendo divulgadas em primorosos catálogos de arte, nos quais se podem ver reproduzidas obras dos maiores artistas brasileiros modernos e contemporâneos.

Apoiando a iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - de aliar a publicação de suas pesquisas à divulgação das artes plásticas brasileiras, a Pinacoteca do Estado cede, prazerosamente, os direitos de reprodução e publicação das obras que ilustram este livro e as peças da sua campanha promocional, participando assim com a leitura da nossa realidade ao lado do que há de mais expressivo na cultura brasileira.





Pinacoteca do Estado de São Paulo http://www.uol.com.br/pinasp E-mail: pinasp@uol.com.br

Obras cedidas pela Pinacoteca do Estado de São Paulo reproduzidas neste volume Works reproduced with the permission of the State Gallery of São Paulo

Capa/Cover:

Abstracionismo, 1967

Manabu Mabe

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 181 x 201 cm

Uma breve história do Brasil/A brief history of Brazil

Baía Cabrália, 1900

Antônio Diogo da Silva Parreiras

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 120 x 84 cm

Território/Territory

Paisagem

João Bantista da Costa

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 22,5 x 34 cm

População/Population

Mestico, 1934

Cândido Portinari

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 81 x 65 cm

Habitação/Housing Bonde de Santa Teresa, 1946

Paulo Cláudio Rossi Osir

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 45 x 57 cm

Saúde/Health

Ascenção definitiva de Cristo, 1932

Flávio de Carvalho

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 75 x 60 cm

Previdência Social/Social Security Composição "O Pão", 1936

Alfredo Olianni

Gesso / Plaster of Paris - 45 x 70 x 17 cm

Educação/Education

Mulheres e crianças deitadas e

sentadas no chão, 1944

Giuseppe Gianinni Pancetti

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 32 x 44 cm

Trabalho/Labor

Labor Henrique Manzo

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 64 x 54 cm

Participação Política/Political participation

Idéia visível, 1957

Waldemar Cordeiro

Têmpera sobre eucatex / Tempera on masonite 100 x 100 cm

Preços/Prices

Natureza morta

Arnaldo Ferrari

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 45 x 36 cm

Contas Nacionais/National Accounts

Composição 1976, 1976

Alfredo Volpi

Têmpera sobre tela / Tempera on canvas

68 x 136 cm

Agropecuária/Agriculture

Bananal, 1927

Lasar Segall

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 87 x 127 cm

Indústria/Industry

São Paulo, 1924 Tarsila do Amaral

iarsila do Amaral

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 67 x 90 cm

Energia/Energy

Três orixás, 1966

Djanira da Motta e Silva

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 129 x 193,5 cm

Comércio/Trade

Carrefour d'infinis, 1968

Wega Nery Gomes Pinto

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 113 x 145 cm

Transportes/Transportation

Forma e silêncio, 1970

Arcângelo lanelli

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 150 x 200 cm

Turismo/Tourism Tropical, 1917

Anita Malfatti

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 77 x 102 cm

Comunicações/Communication Paisagem cósmica, 1967-1969

Danilo Di Prete

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 150 x 150 cm

Finanças/Finances Pintura, 1967

Maria Leontina Franco da Costa

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 150 x 150 cm

Comércio Exterior/Foreign Trade

Porto, 1922

Antônio Gonçalves Gomide

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 41 x 33 cm

Ciência e Tecnologia/Science and technology

Máquina humana, 1969

Flávio-Shiró Tanaka

Óleo sobre tela / Oil on canvas - 126 x 203 cm

Governo/Government

Emblema 5

Rubem Valentim

Óleo sobre duratex / Oil on hardboard - 120 x 73 cm

Acknowledgments

IBGE would like to thank the following collaborators for their analyses and comments that enriched this publication.

Ana Amélia Camarano Cajo Luiz de Carvalho Carlos Eduardo Frickmann Youna Ceres Alves Prates Edson Kenji Kondo Eduardo Rath Fingerl Fernando Carlos Ceraueira Lima Fernando Perone Francisco Eduardo Barreto de Oliveira Gervásio Castro de Rezende Heron Carlos Esvael do Carmo Jairo Marconi Nicolau José Cesário Cecchi José Márcio Camargo Lia Osorio Machado Lia Vals Pereira Lúcia Lippi Oliveira Maria Cristina Guido Paulo Marchiori Buss Regis Bonelli Renato Navarro Guerreiro

Ricardo Bielschowsky

Sérgio Cutolo Simon Schwartzman

State Gallery of São Paulo

The State Gallery of São Paulo is located in a centenary neoclassical space, deep in the heart of the city of São Paulo, where it shelters some of the country's larger and more representative art collections. Opened in 1905, the collection is being expanded, year after year, by donations from private collectors and acquisitions supported by the State Government and promoted by the Association of Friends of the Gallery.

Thus the Gallery, the first art museum in the city, holds today close to five thousand works amongst the most representative of the Brazilian art in the nineteenth and twentieth centuries. Luxurious art catalogues, with reproductions of works by the greatest modern and contemporary Brazilian artists, have been used to disseminate the collection.

By supporting the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) initiative to associate the publication of its survey data with the promotion of Brazilian art, the State Gallery has the great pleasure of allowing the reproduction of the works illustrating this book and its promotional matter, participating thus in the reading of our reality side by side with some of the most expressive works in the Brazilian culture.

Apresentação

O IBGE, ao lançar o *Brasil em números 1999*, cumpre mais uma vez sua missão de retratar o Brasil, colocando à disposição da sociedade informações sistematizadas sobre a nossa realidade, em suas dimensões territorial, demográfica, social, econômica e política.

Sem ser exaustivo, o *Brasil em números* apresenta os dados que refletem as características mais relevantes do País e se diferencia das demais publicações do IBGE por seu tom simples e analítico. Para isso, conta com a participação de especialistas convidados, profissionais de notório saber em suas áreas de atuação, que analisam os dados referentes a cada tema, ressaltando os contrastes socioeconômicos e ambientais que enfrentamos e facilitando a compreensão da realidade brasileira por um público cada vez maior, não só no Brasil como no exterior.

As informações aqui divulgadas podem ser complementadas ou obtidas com maiores detalhes no *Anuário Estatístico do Brasil*, bem como na página do IBGE na Internet (http://www.ibge.gov.br).

Rio de Janeiro, dezembro de 1999

Sérgio Besserman Vianna Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE



By publishing *Brazil in figures 1999*, IBGE fulfills once again its mission of portraying Brazil, providing society with systematized information about our reality, in its territorial, demographic, social, economic and political dimensions.

Brazil in figures is not exhaustive, but introduces data that reflect the Country's most relevant characteristics, being different from other IBGE publications by its plain and analytical manner. To accomplish that, it has the participation of invited specialists, all of them professionals widely known in their fields of expertise. They analyze data relative to each subject, stressing the socioeconomic and environmental contrasts that we must confront, and assisting the understanding of Brazilian reality by an increasingly larger audience, not only in Brazil but also abroad.

The information presented here may be complemented or obtained with more detail in *Anuário Estatístico do Brasil*, as well as at IBGE site on the Internet (http://www.ibge.gov.br).

Rio de Janeiro, December, 1999

Sérgio Besserman Vianna President, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Office breve mistoria do brasii
Território
População
Habitação
Saúde
Previdência Social
Educação
Trabalho
Participação Política
Preços
Contas Nacionais
Agropecuária
Indústria
Energia
Comércio
Transportes
Turismo
Comunicações
Finanças
Comércio Exterior
Ciência e Tecnologia
Governo
Bibliografia 335

 - Território	_
1.1 - Pontos extremos do País - 1998	52
1.2 - Extensão da linha divisória, segundo os países limítrofes e o Oceano Atlântico - 1998	- -
1,3 - Área total do País - 1998	
1.4 - Evolução político-administrativa do País - 1940/1997	
1.5 - Pontos mais altos do País - 1998	
1.6 - Principais observações meteorológicas em alguns municípios	
brasileiros - 1997	57
1.7 - Área e potencial hidrelétrico, segundo as bacias hidrográficas	
- 1998	
1.8 - Unidades de conservação federais, por Grandes Regiões - 1998 1.9 - Terras indígenas, por situação de demarcação - 1998	
	01
 - População	
2.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo - 1996	
2.2 - Indicadores demográficos - 1991/1996	
2.3 - Projeções preliminares de população e taxas - 1998-20202.4 - Indicadores demográficos, por países selecionados - 1998	
	70
 - Habitação	
3.1 - Domicílios particulares permanentes ocupados e média de	
moradores, por situação do domicílio - 1997	85
3.2 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de alguns bens duráveis -	
1992/1997	89
	0,
Saúde	
4.1 - Principais causas de óbitos, por sexo - 1996	
4.2 - Hospitalizações pagas pelo Sistema Único de Saúde - SUS - 1997 1	02
 -Previdência Social	
5.1 - Receitas e despesas da Previdência Social no País - 1990-1998 1	15
5.2 - Distribuição dos benefícios em manutenção,urbanos e rurais	
-1980/1997	17
5.3 - Distribuição das aposentadorias em manutenção, por tipo - 1990-1998	10
	17
 - Educação	
6.1 - Estabelecimentos de ensino, docentes e matrículas, por níveis	
de ensino -1997	27
6.2 - Taxa de analfabetismo das pessoasde 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio - 1997	28

 6.3 - Taxas de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos de idade, por quintos de renda domiciliar per capita - 1997 6.4 - Crianças de 4 a 6 anos de idade, total, freqüentando escola e taxa de freqüência escolar - 1997 6.5 - Taxas de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos de idade, por situação do domicílio - 1997 6.6 - Percentual de defasagem idade/série dos estudantes de 7 a 14 anos de idade, por Grandes Regioões - 1997 6.7 - Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo - 1997 	130 131 132
 Trabalho —————————————————————	_
 7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo, com indicação de algumas características - 1992/1997 7.2 - Taxas de desemprego por países selecionados - 1995-1997 	
 Participação Política ————————————————————————————————————	
8.1 - Evolução do eleitorado - 1996/1998	154 156
 _ Preços	
9.1 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1998 9.2 - Variação acumulada no ano do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1989-1998 9.3 - Variação mensal de custos de material e mão-de-obra para a construção civil - 1998 9.4 - Custo médio do metro quadrado na construção civil - Dez.1998	167 168
 Contas Nacionais	
 10.1 - Principais agregados macroeconômicos - 1996-1998	178 179
 -Agropecuária	
 11.1 - Principais produtos das lavouras permanentes - 1996	190 191
11.5 - Efetivo dos rebanhos e das aves - 1996	192 192

11.7 - Variação percentual da produção de couro, leite e ovos de galinha - período 1997-1998	. 193
11.8 - Preços médios reais dos produtos animais e derivados -	
1992-1998	. 193 . 194
 -Indústria	
12.1 - Taxas anuais de crescimento na indústria - 1998	. 205
 -Energia	
 13.1 - Dados gerais de energia - 1997-1998 13.2 - Consumo total de energia - 1997-1998 13.3 - Produção e consumo total e per capita de energia primária, por países selecionados - 1995 	. 219
 Comércio ————————————————————————————————————	
14.1 - Dados gerais do comércio - 1996	. 230
 Transportes ————————————————————————————————————	
15.1 - Dados gerais do transporte rodoviário - 1995-1996	. 242 . 244 . 245
 -Turismo	
16.1 - Entrada de turistas no Brasil - 1996-1998	. 260
-Comunicações	
17.1 - Organização dos Correios e Telégrafos - 1996-1998	. 271
 Finanças	
18.1 - Execução financeira do Tesouro Nacional - 1996-1998	. 283
 -Comércio Exterior	
19.1 - Balanço de pagamentos - 1996-1998	. 295

19.2 - Exportação - 1996-1998
19.5 - Dívida externa registrada total - 1995-1997
———Ciência e Tecnologia ————————————————————————————————————
20.1-Dispêndio interno bruto em ciência e tecnologia, por setores de financiamento e de execução - 1993-1996
20.2 - Bolsas de estudo concedidas no País e no exterior - 1990-1996 316
Governo
21.1 - Gasto total e social do governo da União - 1994-1997
Gráficos ————————————————————————————————————
2.1 - População residente total, por sexo e grupos de idade - 1980/1996 71
2.2 - Projeção preliminar da população - 2000/202071
2.2 - Projeção preliminar da população - 2000/2020
2.2 - Projeção preliminar da população - 2000/2020 71 2.3 - Esperança de vida ao nascer - 1930/2000 77 2.4 - Taxas brutas de natalidade e mortalidade - 1980/2000 77
2.2 - Projeção preliminar da população - 2000/2020 71 2.3 - Esperança de vida ao nascer - 1930/2000 77 2.4 - Taxas brutas de natalidade e mortalidade - 1980/2000 77 2.5 - Taxa de fecundidade total - 1940/2000 78
2.2 - Projeção preliminar da população - 2000/2020 71 2.3 - Esperança de vida ao nascer - 1930/2000 77 2.4 - Taxas brutas de natalidade e mortalidade - 1980/2000 77
2.2 - Projeção preliminar da população - 2000/2020
2.2 - Projeção preliminar da população - 2000/2020
2.2 - Projeção preliminar da população - 2000/2020
2.2 - Projeção preliminar da população - 2000/2020
2.2 - Projeção preliminar da população - 2000/2020
2.2 - Projeção preliminar da população - 2000/2020

4.2 - Casos notificados de Aids - 1988-1997	101
Único de Saúde - SUS -1997	104
 Previdência Social ————————————————————————————————————	
5.1 - Razão de dependência de contribuintes por beneficiário - 1930/2026	114
- 1930/2020	114
5.3 - Alíquota de contribuição do empregador - 1938/1999	
5.5 - Gastos com benefícios previdenciários como percentual	
do produto interno bruto - PIB - 1990-1998	110
5.6 - Evolução dos benefícios de prestação continuada em	110
manutenção, por tipo - 1990-1998	118
5.7 - Distribuição percentual dos benefícios previdenciários em	110
manutenção, por natureza do benefício - 1980/1998	118
5.8 - Distribuição percentual do estoque e gasto com aposentadorias	110
previdenciárias em manutenção,por tipo - 1998	117
 - Educação —————————————————————	
6.1 - Taxas de anlfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - 1900/2020	127
6.2 - Taxas de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade - 1981/1997	
6.3 - Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, por países selecionados - 1995	
6.4 - Gastos totais com educação como percentual do produto	100
nacional bruto, por países selecionados - 1996	133
 -Trabalho	
7.1 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por horas	
semanais trabalhadas no trabalho principal - 1997	144
7.2 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade,	
ocupadas, por classes de rendimento de trabalho - 1997	144
7.3 - Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade,	1.40
por sexo - 1997	145
7.4 - Taxa de desemprego aberto das pessoas de 15 anos ou mais	1.45
de idade - 1991-1998	145
7.5 - Indicadores de condição de atividade das pessoas de 15 anos ou mais de idade - 1991-1998	146
7.6 - Variação anual do rendimento médio real de categorias	
selecionadas - 1991-1998	146
7.7 - Distribuição das pessoas ocupadas nas empresas do setor	
	147



——Participação Política ————————	
8.1 - Números de eleitores e percentual em relação à população - 1945/1998	155
8.2 - Quantidade de eleitores, por idade e sexo - 1998	155 157 157
Preços	
9.1 - Variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1998	167 169
———Contas Nacionais ——————————	
10.1 - Variação anual do produto interno bruto - PIB - e do valor adicionado a preços básicos, por classes de atividade - 1996-1998	177
10.2 - Composição do produto interno bruto - PIB -, pela ótica da renda - 1996-1998	
10.3 - Taxa real de crescimento do produto interno bruto - PIB - 1997 1	180
———Agropecuária —————————————————————	
11.1 - Evolução da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1990-1999	187
11.2 - Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas dos principais produtores - Safra 1998	187
11.3 - Área colhida total e de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1988-1998	188
11.4 - Variação percentual da área colhida total e de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1990-19981	188
——Indústria ————————————————————————————————————	
12.1 - Taxas anuais de crescimento da produção industrial, por categoria de uso - 1995-1998	205 207
—Energia ————————————————————————————————————	
13.1 - Produção de energia primária - 1989-1998	215 216 216

13.6 - Evolução do consumo final de energia em relação ao produto interno bruto - PIB -, do setor - 1989-199821	7
 -Comércio	_
14.1 - Vendas líquidas, por Grandes Regiões - 1996	
 —Transportes ————————————————————————————————————	_
15.1 - Evolução do tráfego aéreo brasileiro - 1986-1996	6
 —Turismo ————————————————————————————————————	_
16.1 - Evolução da entrada de turistas no Brasil - 1988-1998	1
1988-1998	
 -Comunicações	_
17.1 - Evolução dos terminais telefônicos - 1996-199927	3
 Finanças ————————————————————————————————————	-
18.1 - Principais receitas do Tesouro Nacional - Mar. 1997/Dez. 1998 28 18.2 - Principais despesas do Tesouro Nacional - Mar. 1997/Dez. 1998 28 18.3 - Empréstimos do sistema financeiro - Mar. 1997/Dez. 1998 28 18.4 - Rendimentos nominais das aplicações financeiras - 1998 28 18.5 - Base monetária média diária - 1998 28 18.6 - Meios de pagamento no fim de período - 1998 28 18.7 - Saldos em depósitos de poupança - 1998 28	2 5 5 8
 -Comércio Exterior	_
19.1 - Comércio exterior - 1996-1998 29 19.2 - Reservas internacionais do País - 1992-1998 30 19.3 - Comércio mundial, por países selecionados - 1997 30 19.4 - Reservas internacionais, por países selecionados - 1996-1997 30	1 3

	20.1 - Participação percentual do dispêndio interno bruto em ciência e tecnologia no produto interno bruto - PIB - 1990-1996	
	20.3 - Evolução da produção científica brasileira período 1986-1990	,
	- período 1992-1996	
_	— Governo	_
	21.1 - Despesas com o pessoal da União em relação ao produto interno bruto -PIB -1987-1998	4
	Quadro	0
	Participação Política	-
	8.1 - Partidos políticos com votação - 1998 158	8

Convenções

- ... Dado numérico não disponível;
- .. Não se aplica dado numérico;
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
- 0; 0, 0 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

A Brief History of Brazil	5۶
Territory	49
Population	69
Housing	83
Health	97
Social Security	11.
Education	25
Labor	39
Political Participation	53
Prices	63
National Accounts	75
Agriculture	85
Industry	01
Energy	13
Trade	27
Transportation	39
Tourism	55
Communications	69
-inances	79
Foreign Trade	93
Science and Technology	11
Government	25
Bibliography	35

2
2
3
55
6 7
9
50
51
_
72
74 76
78
Ŭ
-
35
39
17
_
00
)2
_
5
7
9
27
. /
28
9

	6.5 - School enrollment rates of persons 7 to 14 years old, by urban/rural residence - 1997	131
	6.6 - Age/grade lagging distribution among students 7 to 14 years old,	
	by Major Regions - 1997	132
	old and over, by sex - 1997	132
***************************************	⇒Labor ————————————————————————————————————	
	7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by sex and some characteristics - 1992/1997	141
	7.2 - Unemployement rates, by selected countries - 1995-1997	147
	Political Participation	
	8.1 - Electorate evolution - 1996/1998	154
	8.2 - Vote cast for president - 1998	156
	Prices	
	9.1 - National Consumer Price Index - INPC - 1998	165
	9.2 - Accumulated annual change of the National Consumer Price	. 00
	Index - INPC - 1989-1998	167
	9.3 - Monthly change of material and labor costs in construction - 1998	168
	9.4 - Average cost per square meter of construction - Dec. 1998	168
	National Accounts	
	10.1 - Main macroeconomic aggregates - 1996-1998	177
	10.2 - Percent participation in the value added at basic prices,	
	by industry - 1996-1998	178
	10.3 - Gross domestic product composition - GDP -, considering	
	expenditures - 1996-1998	
	10.4- Main macroeconomic relationships - 1996-1998	179
	Agriculture	
	11.1 - Main products of permanent crops - 1996	
	11.2 - Main products of temporary crops - 1996	
	11.3 - Average real prices of the crops - 1992-1998	191
	11.4 - Number of establishments and capacity of storage units -1st semester 1998	101
	11.5 - Number of livestock and poultry on farms - 1996	
	11.6 - Percent change of the number of animals slaughtered	172
	and carcass weight - 1997-1998 period	192
	11.7 - Percent change of production of leather, milk and hen's	
	eggs - 1997-1998 period	193
	11.8 - Average real prices of animal products - 1992-1998	
	11.9- Production of the main forest species - 1994-1996	194

- Industry	
12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing - 199	
12.2 - Mining and manufacturing growth rate - 1990-1998	205
12.3 - Mining and manufacturing production - 1996-1997	206
Energy ————————————————————————————————————	
13.1 - General date of energy - 1997-1998	
13.2 - Total consumption of energy - 1997-1998	219
13.3 - Total production and total and per capita consumption of primary energy, by selected countries - 1995	220
Trade	
14.1 - General data of trade - 1996	230
15.1 - General data of highway transportation - 1995-1996	242
15.2 - Extent of the national highway network in traffic - 1997 15.3 - General data of railway transportation - 1997	
15.4 - Domestic and international air traffic - 1996	
15.5 - Freight pipeline transportation - 1993-1997	
Tourism	
16.1 - Tourists admitted to Brazil - 1996-1998	258
16.2 - Tourists admitted to Brazil, by Federative Unit of access	260
16.3 - Travel and tourism agencies - 1998	
Communications —	
17.1 - Organization of Postal and Telegraph Services - 1996-19	98 271
17.2 - Postal traffic - 1996-1998	
17.3 - Telephone lines in service - 1998	272
Finances —	and the second s
18.1 - National Treasury performance - 1996-1998	281
18.2 - Financial system loans - 1998	
18.3 - Money supply balances - 1998	286
Foreign Trade	
19.1 - Balance of payments - 1996-1998	
19.2 - Exports - 1996-1998	
19.3 - Imports - 1996-1998 19.4 - Foreign investments and reinvestments in the Country -1993-	
19.4 - Foreign investments and reinvestments in the Country -1993- 19.5 - Total registered external debt - 1995-1997	
19.6 - Exchange rate - 1998	

 Science and Technology	
20.1 - Gross internal expenditures for science and technology, by funding and performance sectors - 1993-1996	
 —Government ————————————————————————————————————	-
21.1 - Total and social expenditure of the Union - 1994-1997	30 31 33 33
Grap	hs
Population 2.1 - Total resident population, by sex and group of age -1980/1996 2.2 - Preliminary population projections - 2000/2020	71 77 77
 Housing ————————————————————————————————————	
3.1 - Percent distribution of permanent privately owned housing units, by tenure - 1997	87 88 88
 →Health	
4.1 - Reported cases of some transmissible diseases - 1996-1997 1 4.2 - Aids cases reported - 1988-1997 1 4.3 - Hospitals and beds according to the National Health System - SUS - 1997 1	01
 Social Security	
5.1 - Social security dependency ratio - 1930/2026 1	14

 5.2 - Employee contribution rate - 1935/1998 5.3 - Employer contribution rate - 1938/1999 5.4 - Revenues from contributions and expenditures on benefits	116 116 118 118
6.1 - Illiteracy rates of the population 15 years old and over - 1900/2020	129 133
 7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, during the reference week, by number of weekly hours in primary job - 1997 7.2 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by classes of work income - 1997 7.3 - Labor force participation rate of persons 10 years old and overr, by sex - 1997 7.4 - Open unemployment rate of persons 15 years old and over - 1991-1998 7.5 - Employment indicators of persons 15 years old and over - 1991-1998 7.6 - Annual percent change of real average income by selected categories - 1991-1998 7.7 - Percent distribution of employed persons in companies of the informal sector, by activity group -1997 Political Participation 	144 145 145 146
8.1 - Number of electors and percent of electors in relation to population - 1945/1998	155 157 157

 Prices	
9.1 - Monthly change of the National Consumer Price Index - INPC - 1998	. 167 . 169
 →National Accounts	
 10.1 - Annual percent change of gross domestic product - GDP - and of value added at basic prices, by industry - 1996-1998 10.2 - Gross domestic product - GDP - composition, considering incomes - 1996-1998 10.3 - Real growth rate of gross domestic product - GDP -1997 	. 178
 →Agriculture ————————————————————————————————————	
11.1 - Evolution of the production of cereals, legumes and oilseeds	
11.2 - Production of cereals, legumes and oilseeds by main productive states - 1998 Harvest	
11.3 - Total area harvested and area harvested of cereals, legumes and oilseeds - 1988-1998	
11.4 - Percent change of total area harvested and area harvested of cereals, legumes and oilseeds - 1990-1998	. 188
 Industry —	
 12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing production, by categories of use - 1995-1998	. 205 . 207
 →Energy ←	
13.1 - Primary energy production - 1989-1998	215 216 216
product - GDP -, of the sector - 1989-1998	217
 Trade	
14.1 - Net sales. by Major Regions - 1996	231
14.7 - Net sales. by Major Regions - 1990	
 Transportation ————————————————————————————————————	
15.1 - Brazilian air traffic - 1986-1996 15.2 - Movement of vessels, by type of navigation - 1995-1997	246 246

15.3 - National fleet of vehicles - 1990-1997 15.4 - Inhabitants per vehicle in selected countries - 1986/1996	
 Tourism —	
16.1 - Tourists admitted to Brazil - 1988-1998	261 261 262 263
	200
 — Communications 17.1 - Telephone lines in service - 1996-1999	. 273
Finances 18.1 - National Treasury major revenues - Mar.1997/Dec.1998 18.2 - National Treasury major expenditures - Mar.1997/Dec.1998 18.3 - Financial system loans - Mar.1997/Dec.1998 18.4 - Nominal income of financial investments - 1998 18.5 - Monetary base daily average - 1998 18.6 - Money supply at the end of period - 1998 18.7 - Savings deposits balances - 1998	. 285 . 285 . 285 . 285
 Foreign Trade	
19.1 - Foreign trade - 1996-1998	. 301 . 303
 → S cience and Technology	
 20.1 - Percent participation of gross internal expenditure for science and technology in gross domestic product - GDP - 1990-1996 20.2 - Percent participation of gross internal expenditure for science and technology in gross domestic product - GDP -, 	. 315
by selected countries - 1995-1996	
20.4 - Patents aplications in Brazil - 1990-1996	
 - Government	
21.1 - Expenditure with Union personnel in relation to the gross domestic products - GDP - 1987-1998	. 334

Political Participation 8.1 - Political parties with votes - 1998			
,			
	Symbols used		
	Figure not available;		
	Not applicable;		
-	Zero not resulting from rounding;		
0; 0, 0	Originally positive numerical data rounded to zero.		

Uma Breve História do Brasil



Baía Cabrália, 1900 Antônio Diogo da Silva Parreiras

A Brief History of Brazil

Uma Breve História do Brasil

O Brasil faz parte do processo de expansão do Ocidente nas terras da América. Como parte do chamado "novo mundo" ora é considerado como país novo e portanto "terra do futuro", ora é visto como "filho" da Europa, herdeiro de tradições do Estado Português e da Igreja Católica. As instituições e os comportamentos transplantados pelos europeus tiveram que se adaptar aos vazios territoriais e aos hábitos e costumes dos povos indígenas que habitavam a terra. A necessidade de mão-de-obra fez introduzir outros povos, os negros, que foram trazidos como escravos em um processo de imigração forçada. Mais tarde levas e levas de imigrantes espanhóis, italianos, japoneses, sírio-libaneses, entre outros, vieram se juntar à vida brasileira.

Para se compreender o Brasil de hoje, torna-se necessário conhecer alguns traços de sua formação histórica.

Período colonial: a América Portuguesa

Os portugueses, no bojo da expansão marítima dos Séculos XV e XVI e na busca de novo caminho para as Índias, chegam a uma nova terra habitada por povos com hábitos e costumes até então desconhecidos. A terra nomeada por inúmeros viajantes de "maravilhosa" foi conquistada na busca de produtos valiosos para o mercado, dentre eles o pau-brasil. A necessidade de assegurar o controle sobre o território levou à criação de uma colônia. Durante 300 anos a América Portuguesa desenvolveu-se à base de extração do pau-brasil e da produção do açúcar para o mercado internacional, utilizando como mão-de-obra o índio e o negro trazido como escravo.

No nordeste da colônia e em alguns pontos do litoral, estavam os principais empreendimentos, alguns deles ameaçados de invasão principalmente por franceses e por holandeses. A luta contra os invasores estrangeiros favoreceu o início de um sentimento nativista na colônia. Mais ao sul, os portugueses avançam no território da América Espanhola na busca de índios e do ouro. Este movimento permitiu a ampliação do território e teve seu apogeu na segunda metade do Século XVIII - o ciclo de mineração do ouro - quando se criaram os primeiros núcleos urbanos no interior - as hoje chamadas cidades históricas de Minas Gerais.

Independência: o Estado Imperial

A América Portuguesa torna-se independente como resultado das guerras européias e da ocupação de Portugal pelas tropas francesas de Napoleão, mas mantém o regime monárquico, diferentemente da colônia espanhola que se divide em inúmeras repúblicas. Trata-se então de fazer da colônia um Estado Nacional capaz de garantir a unidade territorial. A centralização imperial sustentada por uma elite relativamente coesa reprime movimentos separatistas e republicanos que ao longo do Século XIX ameaçavam desmembrar o País. Uma literatura de cunho romântico que valoriza o índio e seu encontro com o português fornece as bases para a nacionalidade. O escravismo é a base de sustentação da economia cafeeira que se implanta no Sudeste, primeiro no Rio de Janeiro e depois em São Paulo.

A economia cafeeira permite o início da industrialização e a construção das primeiras estradas de ferro necessárias ao escoamento da produção. No final do Século XIX, novas levas de imigrantes chegam ao País e, em 1888, é, por fim, abolido o trabalho escravo.

República

A mudança do regime monárquico para o republicano envolveu uma maior descentralização política com predomínio de alguns estados da federação. O federalismo e o presidencialismo inspirados no modelo norte-americano passam a ser o aparato jurídico da Constituição republicana de 1891. Conhecido como "República dos Coronéis" ou "República Velha", este período da História do Brasil, que vai de 1889 até 1930, fortaleceu o poder dos proprietários de terra permitindo alianças entre os coronéis do interior e setores mais modernos da burguesia cafeeira paulista.

A descentralização dando ênfase aos traços regionais e à competição entre os estados acaba por fazer emergir questões referentes à identidade nacional. Estas se colocam diante de um país de tão grande extensão territorial, com traços regionais tão distintos e com população tão variada e mestiça. Após a Primeira Guerra Mundial e durante os anos 20, o pacto político entre as elites que presidiu a República passa a ser duramente criticado através de ações políticas, culturais e revoltas armadas.Os anos 30 marcam o início de nova etapa histórica. No plano político, a Revolução de 1930 provoca novo movimento de centralização que transfere o poder dos estados da federação para o

governo central e aos poucos cresceria substancialmente o papel do Estado na sociedade e na economia. No plano econômico o colapso da economia agrário-exportadora, baseada no café, daria lugar a um intenso movimento de industrialização e urbanização, que nos anos cinquenta se faria acompanhar de políticas consistentemente desenhadas e executadas para a implantação de uma economia industrial moderna.

A construção do Estado desenvolvimentista demandou a capacidade de agir sobre setores da economia e a criação de diferentes órgãos para a implementação das novas políticas. Isto significou também a criação de um aparato burocrático dotando o Estado de meios de ação sobre a sociedade. Nesse contexto, tornou-se necessário, entre outras medidas, reunir informações básicas sobre o próprio País, sendo então criado o IBGE, em 1936, como órgão produtor, sistematizador das estatísticas nacionais.

Integrar diferentes regiões, incentivar e financiar setores econômicos considerados estratégicos no processo de desenvolvimento foi tendência marcante dos anos 30 aos anos 80. Este processo de modernização onde o Estado tem papel central marca a história brasileira tanto nos períodos de governo autoritário (de 1937 a 1945 e de 1964 a 1985) quanto no período de democracia liberal com partidos e congresso em funcionamento (de 1945 a 1964). Em 1960 a capital foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília situada no Planalto Central, podendo ser tomada como símbolo da modernidade e da busca de integração do interior ao litoral e das varias regiões do País.

A história econômica desse período impressiona pela rapidez com que se transitou da economia de base agrícola à de base industrial. Entre os anos 1943 e 1980, a taxa média de crescimento do PIB foi de cerca de 7% ao ano, e a taxa média de expansão do produto industrial superou os 8% anuais. Em 1980 o Brasil tinha um dos parques industriais mais modernos do mundo, integrado vertical e horizontalmente.

O sucesso desse processo por sua vez permitiu a exposição de seus males e pontos frágeis. Os desequilíbrios regionais não diminuíram, a migração interna do campo para as cidades deu-se em curto espaço de tempo, o crescimento desordenado das cidades gerou demandas crescentes por serviços públicos, infra-estrutura, transporte, moradia e emprego, além do crescimento da violência urbana. Os números da saúde e da educação são indicadores do processo de exclusão social por que passa a maioria da população brasileira hoje vivendo em cidades.

Estes desafios, que já se encontravam na agenda política brasileira no início dos anos 80, tiveram sua relevância ampliada pela longa instabilidade macroeconômica e conseqüente estagnação que marcaram a economia brasileira entre o início dos anos 80 e os primeiros anos da presente década.

No entanto, uma vez que as condições macroeconômicas voltaram a permitir o reencontro com o desenvolvimento, é possível afirmar que seguem presentes as condições básicas estruturais que o viabilizam - força de trabalho eficiente e criativa, terras e riquezas minerais abundantes, capacidade empresarial e tecnológica crescentemente integrada à economia mundial globalizada.

Olhar o Brasil em termos de quantidade, seus números, saber como ele é e como gostaríamos que fosse, conhecer os dados, seus desdobramentos e implicações são requisitos fundamentais para a construção de um futuro mais equânime e para o exercício de uma cidadania plena, consciente dos direitos e cumpridores dos deveres perante a sociedade.

Lúcia Lippi Oliveira CPDOC/Fundação Getúlio Varaas

> Maria Cristina Guido Museu da República

Ricardo Bielschowsky

A Brief History of Brazil

Brazil is part of the expansion of Western Europe in the American Continent. It belongs to the so-called "New World," it is sometimes viewed as a new country, "land of the future," and sometimes as the "offspring" of Europe and heir to the traditions of the Portuguese State and the Catholic Church. The institutions and customs brought by the Europeans had to be adapted to the empty territories and to the customs and habits of the native peoples that occupied the land. The need for labor led the colonists to bring black African peoples to serve as slave laborers. Later, large groups of Spaniards, Italians, Japanese, Lebanese and other immigrants came to join the Brazilian life.

To better understand the Brazil of today it is necessary to know some of its history.

Colonial Period: The Portuguese America

In the context of the seafaring expansion of the 15th and 16th centuries and in the quest of a new route to India, the Portuguese reached a new land, inhabited by peoples of unknown customs and traditions. The region, which many travelers deemed "wonderful," was conquered in the search for valuable market products, including the Brazil-wood. The need to secure control over the territory led to the creation of a colony. For three hundred years, Portuguese America grew based on the extraction of Brazil-wood and the production of sugar for export through the labor of the native Indians and the African slaves.

The main settlements took place in the Northeast and along the coast, and were vulnerable to attacks of invaders from other countries, mostly French and Dutch seamen. The fight against the invaders favored the beginning of a feeling of love for the land. To the south, the Portuguese invaded the territory of Spanish America looking for Indians and gold. This activity caused the territory to grow, peaking in the second half of the 18th century with the gold mining cycle, when the first urban concentrations toward the inner part of the continent were created. These are known nowadays as the historical cities of Minas Gerais.

Independence: The Imperial State

Portuguese America became independent as a result of the wars in Europe and the occupation of Portugal by Napoleon's French troops, but it continued to be a monarchy, unlike the Spanish colony which disintegrated into several small republics. It was necessary to turn the colony into a National State capable of securing the territorial unity. Imperial centralization, sustained by a relatively cohesive elite, suppressed the republican and separatist activities that threatened to dismember the Country during the 19th century. Romantic literature, valuing the Indians and their encounter with the Portuguese, provided the grounds for nationality. Slave labor provided the foundations of the coffee-based economy risen in the southeast, first in Rio de Janeiro and then in São Paulo. The coffee economy was the basis for the beginnings of industrialization and the construction of the first railroads necessary to transport the produce. By the end of the 19th century, many new immigrants started coming to the Country and, in 1888, slave labor was finally abolished.

Republic

The change from monarchy to republic led to political decentralization, with the prevalence of some states of the new federation. Federalism and Presidentialism, inspired by the North-American model, were the legal centerpieces of the 1891 republican Constitution. The period from 1889 through 1930 became known as the "Old Republic" or "Colonels' Republic" a reference to the landowners and political bosses in the countryside, who were also chiefs of the National Guard. The alliance between the "colonels" in the countryside and the more modern coffee bourgeoisie in São Paulo symbolizes these first decades of the Republic.

Decentralization, by emphasizing regional differences and competition between the states, caused the emergence of questions regarding the national identity of a country with such vast proportions, different regional customs and a varied and mixed population. After World War I and during the twenties, the political pact between traditional elites came under hard criticism, inspiring new political and cultural actions and armed insurrections. The thirties marked the beginning of a new phase. Politically, the Revolution of 1930 triggered a new movement for centralization, transferring power from the individual states to the central government, leading to the progressive enlargement of the State's social and economic role. Economically, the collapse of the coffee-based agriculture and exporting economy would give place to an intense process of

industrialization and urbanization, which would be accompanied in the fifties by conscientiously designed and executed political plans to build a modern industrial economy.

The rising of a State seeking development required the ability to act over certain areas of the economy, which in turn demanded the creation of several institutions to carry on the new policies. One of the needs was to gather information about the country's territory, economy and society. This is when the Brazilian Institute of Geography and Statistics, IBGE, was created in 1936 to produce and organize the national statistics.

The integration of different regions, the encouragement and financing of economic sectors deemed strategic for the country's development, these were the landmarks of the period from the thirties to the eighties. This process of modernization, in which the State plays a leading role, is present in the Brazilian history as much in the periods of authoritarian government (from 1937 to 1945 and from 1964 to 1985) as in the periods of full-fledged liberal democracy, with political parties and a working Congress (from 1945 to 1964). In 1960 the capital was transferred from Rio de Janeiro to Brasília, located in the central high plains, frequently seen as a symbol of modernity and search for integration of all regions of the Country.

The economic history of this period is impressive by the speed with which Brazil changed from an agricultural-based economy to an industrial-based one. Between 1943 and 1980 the GDP grew at around 7% a year, while the average growth rate of the industrial production exceeded 8% a year. By 1980 Brazil had a very modern industrial sector, with strong vertical and horizontal integration.

The very success of this development drive brought its problems and weak points. The imbalances among regions remained, the massive internal migration from rural areas to the cities happened in a short span of time, and the uncontrolled growth of the cities generated an increasing need for public services, infrastructure, transportation, housing and employment, aside from the growing urban violence. The health and education statistics evidence the process of social exclusion still affecting large segments of the Brazilian population living in cities today.

These problems, already present in the Brazilian political agenda from the beginning of the eighties, were aggravated by the prolonged macroeconomic instability and consequent stagnation that marked the Brazilian economy from the beginning of the eighties to the early years of the current decade.

Now, with the economy in equilibrium, it is possible to develop again, and the basic elements needed to make it succeed are present - an efficient and creative labor force, abundant land and mineral wealth, managerial and technological capabilities and increasing integration to the worldwide global economy.

Viewing Brazil in terms of quantity, its statistics, knowing how it is and how we would like it to be, examining the data, its consequences and implications, these are essential requisites for building a future of equality and exercising a mature citizenship, conscious of one's rights and duties to society.

Lúcia Lippi Oliveira CPDOC/Fundação Getúlio Vargas

> Maria Cristina Guido Museu da República

Ricardo Bielschowsky CEPAL

Território



Paisagem João Baptista da Costa

Territory

A massa faz a diferença: a enorme extensão do espaço geográfico brasileiro oferece abundantes recursos naturais, porém requer pesados investimentos em infra-estrutura para reduzir as distâncias e controlar o território. Na larga faixa que acompanha os 7 367 km da fronteira marítima atlântica é onde se concentra a maior parte dos habitantes, enquanto a borda continental, duas vezes mais extensa, apresenta uma baixa densidade de ocupação. Essa desigual distribuição da população no território tem motivado o constante incentivo governamental à colonização da fronteira oeste e ao desenvolvimento dos meios de circulação e comunicação. Mais recentemente, a abertura comercial e a construção de redes de infra-estrutura estão intensificando as conexões com os dez países vizinhos, rompendo o secular isolamento do Brasil na América do Sul.

Ocupando quase 21% do continente americano e 47% da América do Sul, a maior parte do território brasileiro se situa entre a linha do Equador e o Trópico de Capricórnio; em conseqüência, o meio natural é predominantemente tropical. Apenas uma quinta parte do território está localizada ao sul da linha do trópico, que atravessa a cidade de São Paulo, norte do Paraná e o Estado do Mato Grosso do Sul. Essa disposição das terras é uma conseqüência da história da formação territorial brasileira, que conferiu ao território uma forma similar a de um triângulo, com a base orientada para o norte e um dos vértices orientado para o sul.

Mais do que as variações climáticas e botânicas, foram os diferentes sistemas de povoamento e a insuficiência dos meios de circulação os principais responsáveis pela diversidade das regiões brasileiras. Somente na segunda metade do Século XX é que o processo de urbanização do território, o aumento dos fluxos migratórios internos e a articulação viária alteraram o caráter rural e diminuíram o isolamento relativo das regiões.

A Amazônia não é um espaço vazio: é habitada por quase 20 milhões de brasileiros. Possui 11 mil km de fronteiras terrestres e 56% do Território Nacional, e é a região que mais desafia o País em sua busca por um modelo de desenvolvimento sustentável. Embora sejam comum as referências à pobreza dos solos amazônicos e à extensão das áreas de floresta, a região apresenta condições ecológicas muito diversificadas, que inclui desde florestas até campos, cerrados e vegetação aquática. O ambiente é tão diversificado que o aproveitamento econômico de seu potencial não pode ser descartado. Além da biodiversidade e da riqueza de seu subsolo, a bacia hidrográfica possui um quinto da água doce do globo e 43% do potencial hidrelétrico do País. É também nesta região onde foram criadas pelo governo federal as maiores áreas e o maior número de unidades de conservação, além de abrigar grandes extensões de terras para uso das tribos indígenas, mais de 50% já demarcadas.

O Nordeste do País é uma região de contrastes devido à diversidade do meio natural e aos extremos de riqueza e pobreza da população. A zona semi-árida ocupa três quartos da região e está sujeita a secas periódicas, embora os solos ofereçam excelente potencial agrícola quando submetidos às técnicas modernas de irrigação. A maior parte da população se concentra na franja costeira, de clima mais úmido. As paisagens litorâneas são das mais bonitas do País, se prestando ao desenvolvimento da indústria turística e pesqueira. Quase 30% da população total brasileira está localizada numa área de 1,5 milhão de km², e a falta de alternativas de emprego transformou a região numa bacia de mão de obra para o resto do País.

As Regiões Sudeste e Sul formam o centro econômico do País, concentrando a maior parte da produção industrial, agropecuária e de serviços. Nelas estão situadas as maiores empresas, as duas megacidades brasileiras, diversas metrópoles, a maior densidade de vias de circulação e comunicação, e os maiores portos marítimos. A alta densidade da população, quase toda urbanizada e com nível de renda médio relativamente elevado, configura um grande mercado consumidor, apesar das zonas de pobreza disseminadas no espaço urbano e regional. O maior desafio enfrentado por ambas as regiões é a gestão e melhoria da qualidade ambiental dos espaços urbanos, tanto das áreas centrais como periféricas, além da reconversão industrial e tecnológica tanto de firmas como de mão-de-obra.

O Centro-Oeste apresenta uma grande variedade de paisagens, pois incorpora o trecho sul da floresta amazônica, o Pantanal e os cerrados do planalto brasileiro. Constitui, hoje, uma das áreas de maior dinamismo econômico, fundamentada na agroindústria de exportação.

Administrar a complexidade e os problemas do território não é uma tarefa somente do governo central. O crescimento do número de municípios resulta do processo de urbanização e da expansão do povoamento no interior (caso das Regiões Norte e Centro-Oeste); porém, demonstra também o aumento do nível de demanda por serviços e melhoria na qualidade do governo local, o que constitui um indicador relevante das mudanças sociopolíticas que estão ocorrendo no território, nesta década.

Lia Osorio Machado
Professora do Departamento de Geografia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Pesquisadora do Centro Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico - CNPq
Pesquisadora da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Mass makes all the difference: the huge extension of the Brazilian geographic space offers plentiful natural resources, but requires heavy investments on infrastructure to reduce distances and control the territory. The wide strip that follows the 7,367km of Atlantic maritime frontier concentrates the greater part of the inhabitants, while the continental border, twice as extensive, presents a low inhabitance density. This unequal population distribution of the population over the territory originates the constant governmental incentive to the settling of the western frontier and the development of circulation and communications ways. More recently, the trade opening and the construction of infrastructure networks have been intensifying the connections with the ten neighboring countries, ending the secular isolation of Brazil in South America.

Occupying close to 21% of the American continent and 47% of South America, the largest part of the Brazilian territory is located between the Equator circle and the tropic of Capricorn. As a consequence, the natural environment is predominantly tropical. Only one fifth of the territory is located south of the tropic line, which crosses the city of São Paulo, north of Paraná and the state of Mato Grosso do Sul. This land arrangement is a consequence of the history of Brazilian territorial formation, which gave the territory a form similar to a triangle, with the base turned to the north and one of the vertices oriented to the south.

More than climatic and botanical variations, the different systems of settlement and the insufficiency of circulation ways were the main factors responsible for the diversity of the Brazilian regions. It was only during the second half of the twentieth century that the urbanization process, the increase of internal migratory flows and the road articulation altered the regions' rural character and diminished their relative isolation.

The Amazonian region is not an empty space: it inhabited by close to 20 million Brazilians. It has 11 thousand kilometers of land borders and 56% of the national territory, and it is the region that presents the country with the greatest challenge in its quest for a model of sustainable development. Although references to the poverty of the Amazonian soils and to the extension of forest areas are commonly made, the

region presents quite diverse environmental conditions, including forests and fields, savannas and aquatic plants. The milieu is so varied that the economic use of its potential cannot be discarded. Besides its biodiversity and the richness of its subsoil, the hydrographic basin contains one fifth of the world's fresh water and 43% of the country's hydroelectric potential. It is in this region, also, that the government created the largest areas and the greatest number of conservation units, besides including large extents of land to be used by indigenous tribes, of which over 50% have been already demarcated.

The Northeast of the country is a region of contrasts due to the diversity of the natural environment and the extremes of wealth and poverty of the population. The semi-arid zone comprises three fourths of the region and is subjected to periodic drought, despite the soil having excellent farming potential when subjected to modern irrigation techniques. The greatest part of the population is concentrated in the coastal fringe, where the climate is damper. Seashore features are among the most beautiful in the country, suitable to the development of tourism and fishing industries. Roughly 30% of the total Brazilian population is located in an area of 1.5 million square kilometers, and the lack of job alternatives transformed the region into a labor pool for the rest of the country.

The Southeast and South Regions compose the economic heart of the country, concentrating the greatest part of mining and manufacturing, agricultural and services production. There the largest companies are located, the two Brazilian megacities, various metropolises, the highest density of circulation and communication ways and the largest maritime ports. The high population density, almost all urbanized and with a relatively high level of average income, creates a large consumer market, despite the poverty zones disseminated in the regional and the urban spaces. The greatest challenge faced by both regions is the management and the improvement of the environmental quality of urban space, both of central and periphery areas, besides the technological and industrial conversion of companies and workers.

The Central West Region presents a large variety of landscapes, because it incorporates the south stretch of the Amazon forest and the Wetlands and savannas of the Brazilian plateau. It constitutes today one of the areas of greatest economic dynamism, based in agribusiness for exportation.

To manage the territory's complexity and problems is not a task of the central government, only. The growth in the number of municipalities results from the urbanization process and the settlement expansion in the hinterland (the case of the North and Central West Regions). However, that growth demonstrates also the increase in the level of demand for services and improvement in local government quality, representing a relevant indicator of sociopolitical changes that have been taking place in the territory during the current decade.

Lia Osorio Machado
Professor, Departamento de Geografia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Researcher, Centro Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico - CNPa,
Researcher, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Tabela 1.1 - Pontos extremos do País - 1998

Table 1.1 - Extreme points of Brazil - 1998

Extremo/	Coordenadas g Geographical c		Localização/	
Extreme points	ts Latitude/ Longitud Latitude Longitud		Location	
Norte/North	+05° 16'20"	-60° 12'43"	Nascente do rio Ailã (RR)/ Source of Ailã river (RR)	
Sul/South	-33° 45'03"	-53° 23'48"	Arroio Chuí (RS)/ Chuí brook (RS)	
Leste/East	-07° 09'28"	-34° 47'30"	Ponta do Seixas (Cabo Branco) (PB)/ Point of Seixas (Cape Branco) (PB)	
Oeste/West	-07° 33'13"	-73° 59'32"	Nascente do Rio Moa (AC)/ Source of Moa river (AC)	

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia, Cadastro de Pontos Extremos,

Tabela 1.2 - Extensão da linha divisória, segundo os países limítrofes e o Oceano Atlântico - 1998

Table 1.2 - Extent of the border line, by neighboring countries and the Atlantic Ocean - 1998

Países limítrofes e Oceano Atlântico/	Extensão/ <i>Extent</i>			
Neighboring countries and Atlantic Ocean	Absoluta (km)/ Absolute (km)	Relativa (%)/ Relative (%)		
Total/ Total	23 086	100,00		
Países limítrofes/Neighboring countries	15 719	68,09		
Guiana/Guyana	1 606	6,96		
Venezuela/ Venezuela	1 495	6,47		
Suriname/ Suriname	593	2,57		
Guiana Francesa/French Guiana	655	2,84		
Uruguai/ <i>Uruguay</i>	1 003	4,34		
Argentina/Argentina	1 263	5,47		
Paraguai/Paraguay	1 339	5,80		
Bolívia/Bolivia	3 126	13,54		
Peru/Peru	2 995	12,98		
Colômbia/ Colombia	1 644	7,12		
Oceano Atlântico/Atlantic Ocean	7 367	31,91		

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

Tabela 1.3 - Área total do País - 1998

Table 1.3 - Total area of Brazil - 1998

(continua/continues)

0 1 5 1	Área total/ Total area				
Grandes Regiões e Unidades da Federação/ <i>Major Regions and Federative Units</i>	Absoluta (km²)/	Relativa (%)/ Relative (%)			
major regions and rederance orms	Absolute (km²)	Brasil/ <i>Brazil</i>	Regiões/ Regions		
Brasil/Brazil	8 547 403,5	100,00			
Norte/North	3 869 637,9	45,27	100,00		
Rondônia	238 512,8	2,80	6,16		
Acre	153 149,9	1,79	3,96		
Amazonas	1 577 820,2	18,45	40,77		
Roraima	225 116,1	2,64	5,81		
Pará	1 253 164,5	14,65	32,38		
Amapá	143 453,7	1,67	3,70		
Tocantins .	278 420,7	3,26	7,20		
Nordeste/Northeast	1 561 177,8	18,27	100,00		
Maranhão	333 365,6	3,90	21,35		
Piauí	252 378,6	2,95	16,16		
Região em litígio - Piauí-Ceará/	2 977,4	0,03	0,19		
Piauí-Ceará litigation					
Ceará	146 348,3	1,71	9,37		
Rio Grande do Norte	53 306,8	0,62	3,41		
Paraíba	56 584,6	0,66	3,62		
Pernambuco (1)	98 937,8	1,16	6,33		
Alagoas	27 933,1	0,32	1,79		
Sergipe	22 050,3	0,26	1,41		
Bahia	567 295,3	6,64	36,34		

Tabela 1.3 - Área total do País - 1998

Table 1.3 - Total area of Brazil - 1998

(conclusão/concluded)

Grandes Regiões	Área total/ Total area					
e Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units	Absoluta (km²)/	Relativa (%)/ Relative (%)				
Major Regions and Pederalive Onlis	Absolute (km²)	Brasil/ <i>Brazil</i>	Regiões/ Regions			
Sudeste/Southeast	927 286,2	10,85	100,00			
Minas Gerais	588 383,6	6,89	63,45			
Espírito Santo (2)	46 184,1	0,54	4,98			
Rio de Janeiro	43 909,7	0,51	4,73			
São Paulo	248 808,8	2,91	26,83			
Sul/ South	577 214,0	6,76	100,00			
Paraná	199 709,1	2,34	34,61			
Santa Catarina	95 442,9	1,12	16,53			
Rio Grande do Sul	282 062,0	3,30	48,86			
Centro-Oeste/Central West	1 612 077,2	18,86	100,00			
Mato Grosso do Sul	358 158,7	4,19	22,22			
Mato Grosso	906 806,9	10,60	56,25			
Goiás	341 289,5	3,99	21,17			
Distrito Federal/Federal District	5 822,1	0,07	0,36			

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

Nota: Leitura de cartas topográficas e cálculos geodésicos de áreas. /Note: Topographic charts reading and geodetic measurement of areas.

⁽¹⁾ Inclui a área do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (18,4 km²). (2) Inclui as áreas das ilhas da Trindade (10,1 km²) e Martin Vaz (0,3 km²). /(1) Includes the area of State District of Fernando de Noronha (18,4 km²). (2) Includes the area of the islands of Trindade (10.1 km²) and Martin Vaz (0.3 km²).

Tabela 1.4 - Evolução político-administrativa do País - 1940/1997

Table 1.4 - Administrative evolution of Brazil - 1940/1997

Grandes Regiões e Unidades da Federação/	Municípios criados e instalados (Até 01.09)/ Municipalities created and installed (Until Sept. 1st)						
Major Regions and Federative Units	1940 (1)	1950	1960	1970	1980	1990	1997
Brasil/Brazil	1 574	1 889	2 766	3 952	3 974	4 491	5 507
Norte/North	88	99	120	143	153	298	449
Rondônia	-	2	2	2	7	23	52
Acre	7	7	7	7	12	12	22
Amazonas	28	25	44	44	44	62	62
Roraima	-	2	2	2	2	8	15
Pará	53	59	60	83	83	105	143
Amapá	-	4	5	5	5	9	16
Tocantins	-	-	-	-	-	79	139
Nordeste/Northeast	584	609	903	1 376	1 375	1 509	1 787
Maranhão	65	72	91	130	130	136	217
Piauí	47	49	71	114	114	118	221
Ceará	79	79	142	142	141	178	184
Rio Grande do Norte	42	48	83	150	150	152	166
Paraíba	41	41	88	171	171	171	223
Pernambuco	85	91	103	165	165	(2) 168	(2) 185
Alagoas	33	37	69	94	94	97	101
Sergipe	42	42	62	74	74	74	75
Bahia	150	150	194	336	336	415	415
Sudeste/Southeast	641	845	1 085	1 410	1 410	1 432	1 666
Minas Gerais	288	386	483	722	722	723	853
Espírito Santo	32	33	37	53	53	67	77
Rio de Janeiro	51	57	62	64	64	70	91
São Paulo	270	369	503	571	571	572	645
Sul/South	181	224	414	717	719	873	1 159
Paraná	49	80	162	288	290	323	399
Santa Catarina	44	52	102	197	197	217	293
Rio Grande do Sul	88	92	150	232	232	333	467
Centro-Oeste/Central West	80	112	244	306	317	379	446
Mato Grosso do Sul	-	_		_	55	72	77
Mato Grosso	28	35	64	84	38	95	126
Goiás	52	77	179	221	223	211	242
Distrito Federal/Federal District	-	-	1	, 1	1	1	1

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Estruturas Territoriais, Banco de Estruturas Territoriais.

⁽¹⁾ Unidades administrativas em 01.07. (2) Inclui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha./

⁽¹⁾ Administrative units on July 1st. (2) Includes the State District of Fernando de Noronha.

Tabela 1.5 - Pontos mais altos do País - 1998

Table 1.5 - Highest points in Brazil - 1998

Topônimos/ Toponyms	Unidades da Federação/ Federative Units	Localização/ Location	Altitude (m) (1)/ Altitude (m) (1)
Pico da Neblina/ Neblina Peak	Amazonas	Serra Imeri/ Imeri Range	3 014,1
Pico 31 de Marçol 31 de Março Peak	Amazonas (2)	Serra Imeri/ Imeri Range	2 992,4
Pico da Bandeira/ Bandeira Peak	Minas Gerais/Espírito Santo	Serra do Caparaó/ Caparaó Range	2 889,8
Pico das Agulhas Negras/ Agulhas Negras Peak	Minas Gerais/Rio de Janeiro	Serra do Itatiaial Itatiaia Range	2 787,0
Pico do Cristal/ Cristal Peak	Minas Gerais	Serra do Caparaó/ Caparaó Range	2 780,0
Pedra da Mina/ Mina Rock	Minas Gerais/São Paulo	Serra da Mantiqueira/ Mantiqueira Range	2 770,0
Monte Roraima/ Roraima Mount	Roraima (2) (3)	Serra do Pacaraima/ Pacaraima Range	2 739,3
Morro do Couto/ Couto Mount	Rio de Janeiro	Serra das Prateleiras/ Prateleiras Range	2 680,0
Pedra do Sino de Itatiaia/ Sino de Itatiaia Rock	Minas Gerais	Serra da Mantiqueira/ Mantiqueira Range	2 670,0
Pico Três Estados/ Três Estados Peak	São Paulo/Minas Gerais/ Rio de Janeiro	Serra da Mantiqueira/ Mantiqueira Range	2 665,0
Pedra do Altar/ Altar Rock	Rio de Janeiro	Serra da Mantiqueira/ Mantiqueira Range	2 665,0

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografía, Cadastro de Pontos mais Altos do Brasil.

Nota: Foram considerados os pontos com altitude superior a 2 500 metros. /Note: Only the points over 2,500 meters were included.

⁽¹⁾ As altitudes ao decímetro correspondem às medições de campo e, as demais, à leitura de cartas topográficas. (2) Fronteira com a Venezuela. (3) Fronteira com a Guiana. (1) Altitudes including decimeters correspond to field measurements and the other altitudes to topographic chart readings. (2) Venezuela border. (3) Guyana border.

Tabela 1.6 - Principais observações meteorológicas em alguns municípios brasileiros - 1997

Table 1.6 - Main weather records in some Brazilian municipalities - 1997

(continua/continues)

	Temperatura do ar (°C)/ Air temperature (Celsius)					
Municípios/ <i>Municipalities</i>	Média máxima/ Average maximum temperature	Média mínima/ Average minimum temperature	Máxima absoluta/ Maximum temperature	Minima absoluta/ Minimum temperature		
Rio Branco	31,6	21.9	37,2	14,6		
Manaus	32,2	23,8	38,0	19,4		
Boa Vista	33,1	24,4	38,6	20,2		
Belém	31,9	22,9	36,7	21,1		
São Luis	31,4	23,8	34,0	21,0		
Teresina	33,8	21,7	39,3	16,0		
Fortaleza	30,9	23,7	32,9	21,0		
Natal	29,7	23,0	36,3	17,1		
João Pessoa	29,8	23,7	31,8	12,0		
Recife	29,4	22,2	28,4	17,0		
Salvador	28,6	23,1	33,1	19,3		
Belo Horizonte	27,2	18,0	35,7	8,0		
São Paulo	25,9	16,2	35,2	6,0		
Curitiba	23,6	13,7	33,2	2,4		
Porto Alegre	25,5	16,0	37,2	1,6		
Cuiabá	33,2	22,3	40,3	11,4		
Goiânia	30,3	18,4	37,7	8,2		
Brasília	26,3	16,8	33,1	8,0		

Tabela 1.6 - Principais observações meteorológicas em alguns municípios brasileiros - 1997

Table 1.6 - Main weather records in some Brazilian municipalities - 1997

(conclusão/concluded)

			(conclusão/concludea)
	Altura da precipit Precipitation		Umidade
Municípios/ Municipalities	Total médio anual/ Average annual total	Máxima em 24 horas/ Maximum in 24 hours	relativa do ar (%)/ Air relative humidity (%)
Rio Branco	2 180,4	86,7	85
Manaus	2 329,2	105,0	79
Boa Vista	1 141,0	65,1	8€
Belém	2 664,1	75,7	85
São Luis	1 522,7	119,8	81
Teresina	953,8	66,2	74
Fortaleza	1 056,6	104,8	7€
Natal	1 080,4	119,1	82
João Pessoa	1 554,7	99,6	75
Recife	1 906,9	85,6	78
Salvador	1 669,4	84,0	82
Belo Horizonte	1 519,7	147,4	66
São Paulo	1 584,3	70,0	72
Curitiba	1 824,2	102,5	80
Porto Alegre	1 501,8	60,3	77
Cuiabá	1 503,1	67,0	81
Goiânia	1 590,9	99,9	84
Brasília	1 512,0	75,2	86

Fontes/Sources: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais; Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Instituto Nacional de Meteorologia - INMET.

Tabela 1.7 - Área e potencial hidrelétrico, segundo as bacias hidrográficas - 1998

Table 1.7 - Area and hydroelectric potential, by hydrographic basins - 1998

		Potencial hidrelétrico (energia firme-GWh)/ Hydroelectric potential (capability-GWh)					
Bacias hidrográficas/ Hydrographic basins	Área (km²)/ Area (km²)	Total/ Total	Em operação e/ou em construção/ In operation and/or under construction	Inventário da viabilidade do potencial básico/ Inventory of basic potencial viability	Estimado/ Estimated		
Total/Total	8 547 374,7	1 138 288,0	291 640,4	406 527,5	440 120,1		
Amazônica/Amazon	3 904 392,8	485 426,8	2 234,0	159 366,2	323 826,5		
Tocantins /Tocantins Atlântico Sul /South Atlantic	813 674,1	130 817,8	29 614,4	88 033,6	13 169,8		
Trecho Norte/Nordeste (1)/ North/Northeastern section (1)	990 229,1	14 207,8	1 486,6	1 079,2	11 642,0		
Trecho Leste (2)/ Eastern section (2)	572 295,8	61 943,7	9 900,1	41 044,7	10 998,9		
Trecho Sudeste (3)/ Southeastern section (3)	223 810,2	29 869,4	8 774,1	9 370,2	11 725,1		
São Francisco/São Francisco	645 067,2	92 522,8	54 713,8	26 811,2	10 997,8		
Paraná/Paraná	1 220 411,7	270 168,0	176 740,7	46 580,5	46 846,8		
Uruguai/ <i>Uruguay</i>	177 493,8	53 331,7	8 176,7	34 241,8	10 913,2		

Fonte/Source: Ministério de Minas e Energia, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, Sistema de Informações Empresariais do Setor de Energia Elétrica - SIESI.

Notas: 1. Energia firme é a produção anual garantida.

- Exclui as áreas referentes às ilhas oceânicas de Fernando de Noronha e da Trindade e Martin Vaz.
 - Dados sujeitos a retificação. /
- Notes: 1. Capability is the annual guaranteed output.
- Excludes the area of the ocean islands of Fernando de Noronha and of Trindade and Martin Vaz.
 - Data subject to correction.

(1) Compreende as bacias dos rios que deságuam no Oceano Atlântico, ao norte da bacia Amazônica e entre a foz do rio Tocantins e a do rio São Francisco. (2) Compreende as bacias dos rios que deságuam no Oceano Atlântico entre a foz do rio São Francisco e a divisa dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. (3) Compreende as bacias dos rios que deságuam no Oceano Atlântico ao sul da divisa dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. /(1) Includes the basins of the rivers flowing into the Atlantic Ocean, to the north of the Amazon Basin and between the mouths of the Tocantins and São Francisco rivers. (2) Includes the basins of the rivers flowing into the Atlantic Ocean between the mouth of the São Francisco river and the boundary of the States of Rio de Janeiro and São Paulo. (3) Includes the basins of the rivers flowing into the Atlantic Ocean to the boundary of the States of Rio de Janeiro and São Paulo.

Tabela 1.8 - Unidades de conservação federais, por Grandes Regiões - 1998

Table 1.8 - Federal conservation units, by Major Regions - 1998

		Grandes Regiões/Major Regions					
Unidades de conservação/ Conservation units	Brasil/ <i>Brazil</i>		Nordeste/ Northeast		Sul/ South	Centro- Oeste/ Central West	
Total/Total	222	82	45	47	30	18	
Parques/ <i>Park</i> s	42	10	(1) 10	(1) 9	(1) 7	(1) €	
Reservas biológicas/ Biological reservations	26	8	8	8	1		
Florestas/ Forests	46	31	1	5	9		
Estações ecológicas/ Ecological stations	30	10	7	5	5	;	
Parques Ecológicos Ecological parks	1	-	-	1	-		
Reservas Ecológicas Ecological reservations	7	4	1	-	1		
Reservas extrativistas Extractive reservations	11	6	3	1	1		
Reservas florestais Forest reservations	12	8	1	1	-	:	
Áreas de preservação permanente Permanent preservation areas	5	-	4	1	-		
Áreas de preservação ambiental Environmental preservation areas	28	(1) 3	(1) 9	8	(1) 4	(1)	
Áreas de relevante interesse ecológico Areas of special ecological interest	14	2	1	8	2		

Fontes/Sources: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, Cadastro de Unidades de Conservação e Terras Indígenas; Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Nota: Dados de dezembro de 1998./ Note: Data for December 1998.

(1) Inclui unidade de conservação que abrange mais de uma Grande Região. (1) Includes conservation unit that occupies more than one Major Region.



Tabela 1.9 - Terras indígenas, por situação de demarcação - 1998

Table 1.9 - Indian lands, with boundaries established or not - 1998

Grandes Regiões/	Situação de demarcação/ Indian land boundaries			
Major Regions	Não-demarcada/ Not established	Demarcada/ Established		
Brasil/Brazil	. 218	343		
Norte/North	139	164		
Nordeste/Northeast	23	43		
Sudeste/Southeast	4	23		
Sul/South	25	32		
Centro-Oeste/Central West	27	81		

Fontes/Sources: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, Cadastro de Unidades de Conservação e Terras Indígenas; Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Superintendência de Assuntos Fundiários; Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

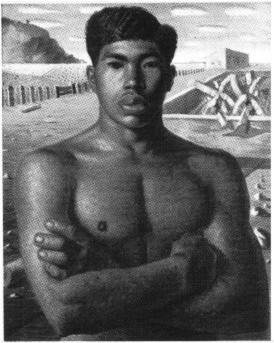
Notas: 1. As terras indígenas que ocupam mais de uma região foram consideradas em uma única, para não haver duplicidade.

2. Dados de dezembro de 1998./

Notes: 1. The Indian lands occupying more than one area have been considered as being in just one to prevent duplication.

2. Data for December 1998.

População



Mestiço, 1934 Cándido Portinari

Population

Os aproximadamente 157 milhões de habitantes residentes no Brasil, em 1996, são resultado de uma história populacional que pode ser sintetizada em três períodos básicos. No primeiro, que abrange desde o século passado até aproximadamente 1930, essa população apresentava taxas de natalidade e de mortalidade relativamente altas e, conseqüentemente, baixa taxa de crescimento vegetativo. Entretanto, entre 1870 e 1930, observou-se um incremento populacional significativo, resultado de taxas de crescimento acima de 2% ao ano favorecidas pela imigração internacional.

A partir de 1940, inicia-se o segundo período dessa história, quando os níveis de mortalidade começaram a declinar e os movimentos populacionais de origem internacional perderam importância no contexto da população nacional. A mortalidade geral experimentou um declínio rápido e sustentável a partir daí, o que acarretou um aumento na esperança de vida ao nascer em torno de 25 anos desde então.

A queda da mortalidade passou a ser responsável pela variação no ritmo de crescimento da população brasileira até 1970, levando a que este crescimento atingisse o seu ápice nas décadas de 50 e 60 (taxas médias em torno de 2,9% ao ano), o que foi possível também pelos altos níveis de natalidade prevalecentes.

O segundo período se estendeu até o final da década de 60, quando os níveis de fecundidade também começaram a declinar, mais do que contrabalançando a redução, também em curso, na mortalidade, impedindo que a taxa de crescimento da população brasileira continuasse a aumentar. A taxa de fecundidade total do Brasil como um todo passou de 6,2 filhos por mulher em 1940 para 2,7 nos anos noventa. Como conseqüência da queda acelerada da fecundidade, iniciou-se no final dos anos sessenta o terceiro período da história da população brasileira, caracterizado por uma redução acelerada da taxa de crescimento populacional. Estima-se que a taxa de crescimento populacional esteja, hoje, em torno de 1,2% ao ano.

A queda da mortalidade foi acompanhada por mudanças no seu padrão, por idade, sexo e causas. A mortalidade infantil foi reduzida em quase 50% nos últimos 15 anos. Morre-se menos por doenças infecciosas na infância. Entretanto, aquelas mortes que atingem mais a classe trabalhadora (mortes provocadas por acidentes de carro, de trabalho, homicídio e doenças cardiovasculares) estão ganhando importância relativa e absoluta.

A redução da fecundidade também não tem sido homogênea entre os vários segmentos populacionais. As taxas de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos aumentaram no mesmo período em que as demais declinaram. Esse acréscimo foi seletivo entre as mulheres residentes nas áreas rurais, menos educadas, etc.

Os indicadores de distribuição espacial da população brasileira apontam no sentido de um aumento da concentração da população nas áreas urbanas e nas grandes cidades. Aproximadamente 78% da população brasileira vivia, em 1996, em árear, urbanas e estava bastante concentrada na área costeira. A proporção da população vivendo em cidades maiores de 20 000 habitantes cresceu de 16% em 1940, para 76% em 1996. Aproximadamente 17% da população brasileira vivia, em 1996, em apenas duas cidades. São Paulo e Rio de Janeiro.

O fluxo migratório rural-urbano tem continuado intenso nos anos oitenta e primeira metade dos anos noventa. Os fluxos recentes são constituídos na sua maioria por jovens e mulheres, acarretando uma masculinização e envelhecimento da população rural. O grande estoque populacional existente nas grandes cidades tem levado a um incremento populacional significativo, mesmo na presença da queda da fecundidade. A metropolização da população brasileira tem continuado e até se acentuado induzindo a um processo de conurbação generalizado.

Um dos mais importantes resultados recentes da dinâmica demográfica acima mencionada é o envelhecimento populacional. A queda da fecundidade altera os pesos dos diversos grupos etários no total da população. Por exemplo, a proporção da população de 60 anos e mais no total da população brasileira passou de 4%, em 1940, para 8%, em 1996. Espera-se que esse contingente atinja a magnitude de 28,5 milhões de pessoas nos anos 2020 e ainda continue a crescer a taxas elevadas pelo chamado momentum demográfico. Esse fenômeno traz pressões políticas e sociais para a transferência de recursos na sociedade.

A queda da mortalidade da população idosa tem desempenhado também um papel importante no crescimento desse segmento ao fazer

com que este viva mais. Ela fez com que a esperança de sobrevida da população masculina de 60 anos e mais aumentasse em 4,2 anos, entre 1980 e 1996, e a da feminina em 3,9 anos. Esse é um fenômeno em curso, em quase todo o mundo, e é considerado como a grande conquista social desse século.

O envelhecimento populacional está alterando a sociedade brasileira de uma forma muito mais profunda do que pelo simples crescimento mais elevado do segmento populacional em idades mais avançadas. Esse tem sido acompanhado por mudanças importantes ligadas ao desenvolvimento de novas tecnologias, ao aumento da escolarização, especialmente da feminina, a mudanças nas relações de gênero com o ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho, à universalização da Seguridade Social, à melhoria dos níveis de saúde e mais recentemente a mudanças no mundo do trabalho e à crise do welfare state, dentre outras. Como resultado, a realidade brasileira não tem mostrado uma associação muito clara entre envelhecimento e dependência, o que é tradicionalmente esperado pela literatura e políticas públicas.

Ana Amélia Camarano
Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Podulation

The Brazilian population was about 157 million inhabitants in 1996. This figure was the result of a population history that may be summarized in three periods: the first one goes from the end of the 19^{th} century to approximately the 1930s. At this time, the Brazilian population experienced high fertility and high mortality and consequently low natural increase. Nevertheless, from 1870 to 1930 the population growth rate was over 2% a year due to international immigration.

The second period began in the 1940s. Mortality rates declined and international immigration lost statistical importance to the Brazilian population growth. The decline in mortality has resulted in an increase of 25 years in the expectation of life at birth, since then and a rise in the population growth rate. From 1940 to 1970, mortality was responsible for the variations in the population growth rate. It got its maximum value through the 1950s and the 1960s; population growth rates around 2,9% a year were also possible because fertility was very high.

The fertility decline was responsible for the end of the second period by the late 1960s. The fall in fertility was greater than the mortality decline and the population growth rate started to decline. The total fertility rate dropped from 6.2 in the 1940s to 2.7 in the 90s. The main characteristic of the third period was the dramatic decline in the population growth rate. This is expected to be around 1.2% a year nowadays.

Mortality decline was accompanied by changes in mortality patterns by sex, age and causes of death. Infant mortality was reduced by 50% over the last 15 years due to the decline in infectious-contagious diseases. On the other hand, working people are dying more by homicides, traffic accidents and cardiovascular diseases.

The fertility decline was not homogeneous among the various groups. For instance, women aged 15-19 experienced an increase of fertility. This was more marked among women living in rural areas, less educated women, etc.

Speaking of the spatial distribution of the Brazilian population, it is clear that people are living more and more in urban areas and large cities. In 1996, 78% of the Brazilian population lived in urban areas and were very much concentrated in the coastal region. The percentage of the population who lived in cities larger than 20,000 inhabitants jumped from 16% in 1940 to 76% in 1996. About 17% of the Brazilian population lived in only two cities, São Paulo and Rio de Janeiro.

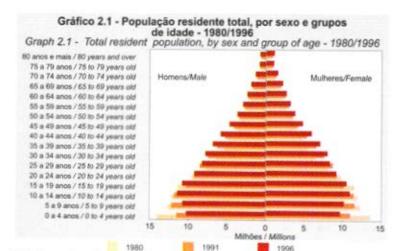
Rural-urban migration has been still intense over the 90s. Young people have formed the most recent flows, especially females. The consequence has been a predominance of male population in rural areas and its fast aging.

One of the most important results of the recent demographic dynamics is the population aging. Fertility decline changed the weight of the several age groups in the total population. For instance, the percentage of the population aged 60 and more increased from 4% in 1940 to 8% in 1996. It is expected that the population in this age group will be about 28.5 million people in the year 2020. It is also expected that this age group will continue to increase in the long run due to the demographic momentum. This brings about political pressures towards resource transfers in the society.

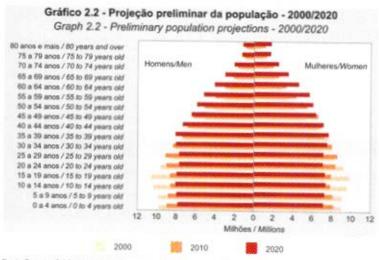
Mortality decline has also played an important role in the increase of the elderly population as it results in longevity increase. Expectation of life at 60 years increased 4.2 years among the male population between 1980 and 1996, and 3.9 year among the female population. This has been happening all over the world and it is recognized as the most important social conquest of this century.

Population aging is affecting Brazilian society much deeper than the simple increase of population aged 60 and over. This has been accompanied by important changes such as technological improvements, higher levels of educational attainment, especially among the female population, changes in gender relationships with the large entry of women in the labor market, Social Security universalization, increase in health levels, changes in the labor world, the crises of the welfare state, among others. As a result, the empirical evidence has not showed a clear association between aging and dependence, which is clearly expected by the literature and public policies.

Ana Amélia Camarano Researcher, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA



Fentes/Sources: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1.4, n. 1, 1983; Censo demográfico 1991. Caracteristicas gerais da população e instrução. Brasil: Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, 1996; Contagem da População 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v. 1; Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domicitar.



Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais.

Tabela 2.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo - 1996

Table 2.1 - Resident population, by urban/rural residence and sex - 1996 (continua/continues)

				(COIIIII)	ua/continues)	
Grandes Regiões e Unidades da Federação/	Total/	Situação do Resid		Sexo/ Sex		
Major Regions and Federative Units	Total	Urbana/ <i>Urban</i>	Rural/ <i>Rural</i>	Homens/ Male	Mulheres/ Female	
Brasil/ Brazil	157 070 163	123 076 831	33 993 332	77 442 865	79 627 298	
Norte/ North	11 288 259	7 039 085	4 249 174	5 725 632	5 562 627	
Rondônia	1 229 306	762 755	466 551	633 594	595 712	
Acre	483 593	315 271	168 322	. 244 449	239 144	
Amazonas	2 389 279	1 766 166	, 623 113	1 200 109	1 189 170	
Roraima	247 131	174 277	72 854	127 378	119 753	
Pará	5 510 849	2 949 017	2 561 832	2 791 945	2 718 904	
Amapá	379 459	330 590	48 869	191 039	188 420	
Tocantins	1 048 642	741 009	307 633	537 118	511 524	
Nordeste/ Northeast	44 766 851	29 191 749	15 575 102	21 908 223	22 858 628	
Maranhão	5 222 183	2 711 175	2 511 008	2 595 181	2 627 002	
Piauí	2 673 085	1 556 115	1 116 970	1 310 210	1 362 875	
Ceará	6 809 290	4 713 049	2 096 241	3 317 342	3 491 948	
Rio Grande do Norte	2 558 660	1 843 486	715 174	1 249 544	1 309 116	
Paraíba	3 305 616	2 261 986	1 043 630	1 599 386	1 706 230	
Pernambuco	7 399 071	5 476 855	1 922 216	3 573 354	3 825 717	
Alagoas	2 633 251	1 661 826	971 425	1 285 128	1 348 123	
Sergipe	1 624 020	1 140 414	483 606	794 987	829 033	
Bahia	12 541 675	7 826 843	4 714 832	6 183 091	6 358 584	

Tabela 2.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo - 1996

Table 2.1 - Resident population, by urban/rural residence and sex - 1996

Fonte/Source: Contagem da população 1996. Rio de Janeiro : IBGE, 1997. v. 1: Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar.

1 692 248

129 698

1 821 946

873 914

Distrito Federal/Federal District

948 032

Tabela 2.2 - Indicadores demográficos - 1991/1996

Table 2.2 - Demographic indicators - 1991/1996

(continua/continues) Taxa média Densida-Coeficiente geométrica de Taxa de de demo-Razão Grandes Regiões de urbanicrescimento gráfica de depenmascuzação anual (hab./km²)/ linidade/ dência/ Unidades da Federação/ 1991/1996/ (%)/ Demographic Dependence Major Regions and Ratio of Urbanization Mean geometric Federative Units density males to ratio rate (%) rate of annual (inhab./km²) females increase Brasil/ 78,36 1,38 18,38 58,69 97,26 Brazil Norte/ 62.36 2,43 2,92 102,93 73,67 North Rondônia 62,05 1,68 5,15 106.36 66,05 65,19 Acre 3,02 3.16 102,22 77,37 Amazonas 73,92 2.63 1.51 75.52 100,92 Roraima 70.52 2,62 1,10 106.37 73,32 Pará 53.51 2,21 4,40 102.69 74.53 Amapá 87.12 5.67 2.65 101,39 76,13 **Tocantins** 70,66 2.70 3,77 105.00 71.91 Nordeste/ 65,21 1,06 28,68 95,84 69.64 Northeast Maranhão 51,92 1.18 15,67 79,91 98,79 Piauí 58,21 0.71 10.59 96.14 72,36 Ceará 69.21 1,38 46,53 95.00 71.57 Rio Grande do Norte 72,05 1,18 48.00 95,45 67.82 Paraíba 68.43 0.66 58 42 70,16 93,74 Pernambuco 74,02 0.76 74.79 93.40 64.11 Alagoas 63,11 0,95 94,27 95.33 71.78 Sergipe 70.22 1,74 73,65 95,89 68,22

62,41

1,13

22.11

Bahia

97,24

67,38

Tabela 2.2 - Indicadores demográficos - 1991/1996

Table 2.2 - Demographic indicators - 1991/1996

(conclusão/concluded)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units	Taxa de urbani- zação (%)/ Urbanization rate (%)	Taxa média geométrica de crescimento anual 1991/1996/ Mean geometric rate of annual increase	Densida- de demo- gráfica (hab./km²)/ Demographic density (inhab./km²)	Coeficiente de mascu- linidade/ Ratio of males to females	Razão de depen- dência/ Dependence ratio
Sudestel Southeast	89,29	1,35	72,25	96,51	51,96
Minas Gerais	78,42	1,17	28,34	98,16	56,97
Espírito Santo	77,64	1,53	60,69	98,93	56,77
Rio de Janeiro	95,53	0,93	305,32	92,66	48,84
São Paulo	93,11	1,58	137,13	97,06	50,47
Sul/ South	77,22	1,24	40,74	98,18	54,20
Paraná	77,88	1,30	45,08	98,70	55,62
Santa Catarina	73,13	1,45	51,08	100,09	54,84
Rio Grande do Sul	78,67	1,08	34,16	96,75	52,57
Centro-Oestel Central West	84,42	2,22	6,51	100,16	55,68
Mato Grosso do Sul	83,22	1,63	5,38	101,03	59,20
Mato Grosso	75,84	2,01	2,47	106,71	59,74
Goiás	85,78	2,40	13,23	100,01	54,74
Distrito Federal/ Federal District	92,88	2,66	312,94	92,18	49,79

Fonte/Source: Contagem da população 1996. Rio de Janeiro : IBGE, 1997. v. 1: Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar.

Tabela 2.3 - Projeções preliminares de população e taxas - 1998-2020

Table 2.3 - Preliminary population projections and rates - 1998-2020

Ano/ Year	População/ Population	Taxa bruta de natalidade (por 1 000 hab.)/ Crude live birth rate (per 1,000 inhab.)	Taxa bruta de mortalidade (por 1 000 hab.)/ Crude death rate (per 1,000 inhab.)	Esperança de vida ao nascer/ Expectation of life at birth	Taxa de mortalidade infantil (1)/ Infant mortality rate (1)	Taxa de fecundidade total/ Total fertility rate
1998	161 790 311	20,30	6,75	68,02	39,35	2,25
1999	163 947 554	20,10	6,72	68,32	38,38	2,22
2000	166 112 518	19,97	6,70	68,62	37,41	2,20
2001	168 288 748	19,81	6,67	68,92	36,43	2,18
2002	170 472 971	19,64	6,65	69,23	35,45	2,16
2003	172 660 461	19,43	6,63	69,54	34,48	2,14
2004	174 850 798	19,27	6,61	69,85	33,50	2,13
2005	177 043 039	19,06	6,59	70,17	32,51	2,12
2006	179 231 290	18,84	6,57	70,49	31,53	2,11
2007	181 409 923	18,59	6,56	70,82	30,55	2,10
2008	183 579 662	18,38	6,54	71,15	29,56	2,10
2009	185 734 517	18,08	6,52	71,48	28,57	2,09
2010	187 862 137	17,75	6,50	71,82	27,58	2,08
2011	189 964 445	17,49	6,48	72,17	26,59	2,08
2012	192 044 884	17,23	6,46	72,52	25,60	2,08
2013	194 094 332	16,90	6,44	72,87	24,60	2,07
2014	196 112 097	16.65	6,43	73,23	23,61	2,07
2015	198 105 420	16,41	6,41	73,59	22,61	2,07
2016	200 075 147	16,19	6,40	73,96	21,61	2,07
2017	202 014 758	15,91	6,40	74,34	20,61	2,06
2018	203 925 784	15,72	6,39	74,72	19,61	2,06
2019	205 818 683	15,55	6,39	75,11	18,60	2,06
2020	207 696 505	15,39	6,39	75,50	17,60	2,06

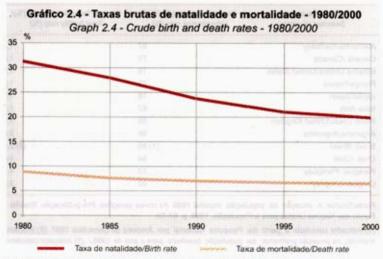
Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais.

⁽¹⁾ Calculada para cada mil nascidos vivos. /(1) Estimated per 1,000 live births .



Fontes/Sources: Estatisticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatisticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Mendes, Marcia M.S. et al. Projeção preliminar da população do Brasil para o periodo 1980-2020. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. (Textos para discussão, n. 73).

Nota: Indicadores implicitos na projeção preliminar da população brasileira, pelo método das componentes, para o periodo de 1980/2000./Note: Indicators implicit in the preliminary projection of the Brazilian population, by the method of components, for the 1980/2000 period.



Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais.



Fontes/Sourcex: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed., rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Mendes, Marcia M.S. et al. Projeção preliminar da população do Brasil para o período 1980-2020. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. (Textos para discussão, n. 73).

Tabela 2.4 - Indicadores demográficos, por países selecionados - 1998 Table 2.4 - Demographic indicators, by selected countries - 1998

Paises selecionados/ Selected countries	Taxa de urbanização (%)/ Urbanization rate (%)	Taxa de fecundidade total (%)/ Total fertility rate (%)	
Alemanha/Germany	87	1.30	
Canadá /Canada	77	1.61	
Estados Unidos/United States	76	1.96	
França/France	73	1,63	
Japão/Japan	78	1,48	
Itália /Italy	67	1,15	
Reino Unido/United Kingdom	89	1,72	
Argentina/Argentina	88	2.62	
Brasil /Brazil	(1) 80	(2) 2.25	
Chile /Chile	84	2.44	
Paraguai /Paraguay	53	4.17	
Uruguai /Uruguay	90	2.25	

Fonte/Source: A situação da população mundial 1998. As novas gerações. Pré-publicação. Brasilia : Fundo das Nações Unidas para a População, 1998. p. 67-72.

(1) Indicador calculado a partir da Pesquisa Nacional por Arnostra de Domicilios 1997. (2) Indicador implicito na projeção preliminar da população brasileira para o ano de 1998./ (1) Indicator calculated on the basis of the 1997 National Household Sample Survey. (2) Indicator implicit in the preliminary projection of the Brazilian population for 1998.

Habitação



Bonde de Santa Teresa, 1946 Paulo Cláudio Rossi Osir

Housing



As condições de vida nas cidades brasileiras, relativas às formas de habitabilidade e salubridade, têm sido influenciadas pelo rápido processo de urbanização, pelo expressivamente baixo poder aquisitivo de parcela considerável da população e pela aguda crise fiscal que tem experimentado o País, principalmente a partir do segundo aŭinaüênio dos anos 80.

A partir dos anos 40 a população urbana cresceu de forma significativa - passando de menos de 13 milhões em 1940 para mais de 123 milhões em 1997 -, potencializando os problemas urbanos, como o processo de periferização da pobreza e a insuficiência de infraestrutura básica. Não obstante ter-se verificado, mais recentemente, um processo de desconcentração, no qual se registrou um crescimento mais intenso das cidades médias e dos centros não-metropolitanos, os assentamentos informais nas periferias das metrópoles, que concentram mais de 5 milhões de pessoas, continuam representando o maior desafio na área urbana no Brasil.

Não se pode deixar de ter como referência nesse contexto que, sem desconsiderar a importância das ações públicas na área habitacional, a edificação de moradias tem dependido, de modo significativo, da poupança familiar. Das 26 milhões de moradias urbanas produzidas no País, no período de 1964 a 1997, apenas 23% foram financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação, ou seja, com recursos da caderneta de poupança e do FGTS.

Nesse sentido, a construção de mais de 1,1 milhão de unidades habitacionais no ano de 1997 foi, em grande medida, explicada pelo aumento do poder de compra das famílias de baixa renda. O efeito sobre a renda dos segmentos mais pobres, no início do Plano Real, fez com que o consumo de materiais de construção registrasse um incremento considerável. No período de 1994 a 1997, o consumo de cimento, por exemplo, cresceu cerca de 50% e deu-se de forma bastante pulverizada, onde 60% das compras limitaram-se até três sacos.

No entanto, as condições de inabitabilidade e insalubridade dos domicílios com famílias de baixo poder aquisitivo, inclusive com elevada densidade domiciliar, permanece como o mais grave fenômeno urbano. Não obstante a continuada redução da densidade domiciliar média (3,94 pessoas em 1996 para 3,82 em 1997), como resultado das tendências estruturais de diminuição do tamanho das famílias e aumento de domicílios com ocupação unipessoal, a coabitação nos domicílios com famílias pobres é responsável, ainda, por mais de 70% do déficit habitacional, estimado em 5,2 milhões de unidades, segundo estudos com base na PNAD.

No que se refere aos serviços de utilidade pública nas áreas de energia elétrica e saneamento ambiental, a presença do Estado tem sido marcante, tanto na prestação direta dos serviços quanto na viabilização dos recursos financeiros. A crise fiscal, portanto, teve um forte impacto nos investimentos nesses serviços essenciais, cujos níveis de cobertura apresentam-se de forma bastante heterogênea: 93% dos domicílios urbanos e rurais dispõem de energia elétrica; enquanto que 78% dos domicílios urbanos dispõem de abastecimento de água tratada, 76% de coleta de lixo e 49% de coleta de esgoto. Quanto aos resíduos, apenas 29% do lixo coletado têm destino final e 10% dos dejetos sanitários recebem tratamento.

O quadro de crescente degradação do meio ambiente, aliado ao fato de que o déficit dos serviços de saneamento básico concentra-se nos segmentos de baixa renda, coloca esta questão como um dos maiores desafios, em termos das políticas públicas voltadas para saúde e preservação ambiental, no final deste e início do próximo século. O progressivo esgotamento da capacidade de financiamento do setor público fez com que as taxas anuais médias de investimentos no saneamento básico apresentassem uma evolução bastante declinante, passando de 0,34% do PIB nos anos 70, para menos de 0,12% do PIB nessa última década, apesar da recuperação recente (0,25% em 1997).

Além disso, a sociedade brasileira também deverá continuar pressionando por serviços públicos como decorrência da consolidação de hábitos tipicamente urbanos nesse final de século. Uma das manifestações mais concretas desse processo se consubstancia no elevado percentual de domicílios urbanos com bens de consumo duráveis, como rádio (91,9%) e televisão (92,7%), e pelo rápido crescimento de domicílios com bens de consumo mais sofisticados como máquina de lavar roupa e freezer, que registraram, entre 1992 e 1997, taxas de incremento de 30,8% e 53,5%, respectivamente.

Sérgio Cutolo Ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano e Ex-Presidente da Caixa Econômica Federal do Governo Fernando Henrique Cardoso Life conditions in Brazilian cities, relative to habitableness and salubriousness, have been influenced by the fast process of urbanization, by the expressively low purchasing power of a considerable share of the population and by the acute fiscal crisis the Country has experienced, mainly after the second half of the eighties.

Starting in the forties, the urban population has grown significantly - from less than 13 million in 1940 to over 123 million in 1997 -, intensifying urban problems such as the process of concentration of poverty in the periphery of cities and the lack of basic infrastructure. Despite a recent process of deconcentrating during which there was a more intense growth of medium-sized cities and nonmetropolitan centers, informal settlements in the periphery of metropolises, which congregate over five million people, continue to represent the greatest challenge in the urban area of Brazil.

One cannot disregard as a reference in this context the fact that, even considering the importance of public efforts in the housing area, construction of housing units depends significantly on family savings. Of 26 million urban units built in the Country, in the period comprised between 1964 and 1997, only 23% have been financed by the National Housing System, that is, with funds from savings accounts and the Government Severance Indemnity Fund for Employees-FGTS.

Thus construction of over 1.1 million housing units in the year 1997 has been in large part explained by the increase of the purchasing power of low-income families. The effect over the income of the poorer segments, at the beginning of the Real Plan, made consumption of construction materials register a considerable increment. During the period from 1994 to 1997, cement consumption, for example, increased about 50% and was quite pulverized, with 60% of all purchases limited to just up to three bags.

However, conditions in housing units with low purchasing power families and high resident density are quite lacking in habitableness and salubriousness, and continue to be the most serious urban phenomenon. Notwithstanding the continuing reduction of average resident density (3.94 people in 1996, 3.82 people in 1997), as a result of structural trends of family size decline and increase of one-person units, the number of people living together in poorer households is still responsible for over 70% of the housing deficit, estimated at 5.2 million units, according to studies based on the National Household Sample Survey-PNAD.

Regarding public utilities such as electric power and sanitation, the presence of the State has been remarkable, both in providing those services directly and in granting funds. The fiscal crisis, thus, had a strong impact on investments in those essential services whose coverage levels are quite heterogeneous: 93% of urban and rural housing units have electric power, while 78% of urban housing units are connected to public water system, 76% have their refuse collected and 49% are connected to sewage disposal. Only 29% of the refuse collected are disposed of and just 10% of sewage are treated.

The scenario of growing degradation of the environment together with the deficit of basic sanitation services concentrated on low income segments makes this issue as one of the greatest challenges, in terms of public health and environmental conservation policies at the end of the current century and the beginning of the next one. Progressive exhaustion of public sector funding ability made average annual rates of investment on basic sanitation show a decreasing evolution, from 0.34% of the GDP in the seventies to less than 0.12% of the GDP in the last decade, despite the recent recovery (0.25% in 1997).

Moreover, Brazilian society will go on demanding public utilities as a consequence of the consolidation of typically urban habits at the end of this century. One of the most tangible manifestations of this process is represented by the high percentage of urban housing units with durable consumer goods such as radio sets (91.9%) and TV sets (92.7%), and by the fast growth of housing units with more sophisticated consumer goods such as clothes washers and freezers, which presented between 1992 and 1997 growth rates of 30.8% and 53.5%, respectively.

Sérgio Cutolo
Former Secretary, Secretaria de Desenvolvimento
Urbano (in the Fernando Henrique Cardoso's government)
Former President, Caixa Ecônomica Federal
(in the Fernando Henrique Cardoso's government)

Tabela 3.1 - Domicílios particulares permanentes ocupados e média de moradores, por situação do domicílio - 1997

Table 3.1 - Permanent privately owned housing units and average number of residents, by urban or rural situation - 1997

(continua/continues) Média de moradores Grandes Regiões Domicílios/ por domicílios/ Housing units Residents per Unidades da Federação/ housing unit Major Regions and Total/ Urbano/ Rural/ Total/ Urbano/ Rural/ Federative Units Total Lirban Rural Total Urban Rural Brasil / 40 644 623 32 980 372 7 664 251 3,82 3,74 4,14 Brazil Norte / 1 625 591 1 625 591 4,48 4,48 North Rondônia 199 230 199 230 3.96 3.96 Acre 80 336 80 336 4.08 4,08 Amazonas 389 641 389 641 4,69 4,69 Roraima 42 389 42 389 4.27 4,27 Pará 649 677 649 677 4.64 4.64 Amapá 73 476 73 476 4,81 4,81 ... Tocantins 255 804 160 085 95 719 4,20 4,20 4,28 Nordeste/ 10 762 430 7 014 197 3 748 233 4,19 4,09 4,38 Northeast Maranhão 1 161 132 517 644 643 488 4,55 4,43 4,65 Piauí 618 605 366 355 252 250 4,31 4,23 4,42 Ceará 1 591 502 1 092 426 499 076 4,33 4,18 4,64 Rio Grande do Norte 593 771 408 371 185 400 4,34 4.16 4.75 Paraíba 805 556 553 890 251 666 3,95 4,11 4,48 1 796 778 1 397 092 399 686 Pernambuco 4.14 4,05 4,46 621 425 412 983 208 442 Alagoas 4.26 4,18 4.43 Sergipe 419 705 300 151 119 554 3,94 3.93 3.97 3 153 956 1 965 285 1 188 671 Bahia 4.01 3.98 4.06

Tabela 3.1 - Domicílios particulares permanentes ocupados e média de moradores, por situação do domicílio - 1997

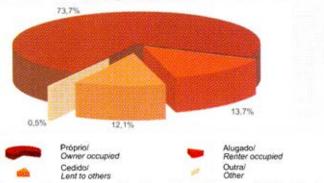
Table 3.1 - Permanent privately owned housing units and average number of residents, by urban or rural situation - 1997

(conclusão/concluded) Média de moradores Grandes Regiões Domicílios/ por domicílios/ Housing units Residents per Unidades da Federação/ housing unit Major Regions and Total/ Urbano/ Rural/ Total/ Urbano/ Rural/ Federative Units Total Urban Rural Total Urban Rural Sudeste/ 18 603 231 16 684 919 1 918 312 3.65 3.61 4.02 Southeast Minas Gerais 4 403 904 3 452 674 951 230 3.83 3.75 4.11 Espírito Santo 763 206 580 013 183 193 3.74 3.66 3.99 Rio de Janeiro 3 965 557 3 785 493 180 064 3,41 3.39 3,77 São Paulo 9 470 564 8 866 739 603 825 3,66 3,64 3.96 Sul/ 6 704 609 5 324 608 1 380 001 3,55 3.81 3,48 South Paraná 2 507 911 2 020 504 487 407 3.64 3.57 3.95 Santa Catarina 1 333 896 1 000 564 333 332 3.71 3,60 4.05 Rio Grande do Sul 2 862 802 2 303 540 559 262 3.40 3.36 3.55 Centro-Oeste/ 2 883 800 2 361 814 521 986 3.74 3,74 3,61 Central West Mato Grosso do Sul 520 947 436 201 84 746 3.75 3.78 3,61 Mato Grosso 599 777 450 672 149 105 3.80 3.81 3.79 Goiás 1 279 395 1 027 752 251 643 3.63 3.66 3.49 Distrito Federal/ 483 681 36 492 447 189 3.83 3.84 3.75 Federal District

Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicílios, 1997. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v. 19, n. 1, 1998.

Gráfico 3.1 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação - 1997

Graph 3.1 - Percent distribution of permanent privately owned housing units, by tenure - 1997



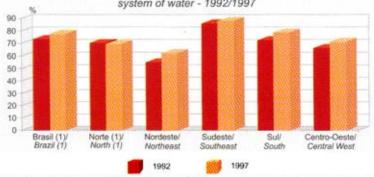
Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicilios : síntese de indicadores 1997. Rio de Janeiro : IBGE, 1998. p. 133.

Nota: Exclui os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Note: Excludes deta for the rural area of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 3.2 - Proporção dos domicílios particulares permanentes, com rede geral de abastecimento de água - 1992/1997

Graph 3.2 - Ratio of permanent privately owned housing units, using public system of water - 1992/1997

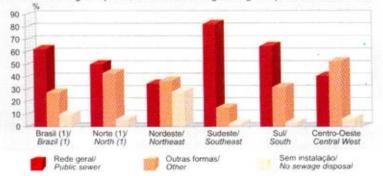


Fontes/Sources: Pesquisa nacional por amostra de domicilios 1992. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v. 15, n. 1, 1997; Pesquisa nacional por amostra de domicilios : sintese de indicadores 1997. Rio de Janeiro : IBGE, 1998, p. 128-130.

(1) Exclui os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá./ (1) Excludes data for the rural area of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 3.3 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por forma de esgotamento sanitário - 1997

Graph 3.3 - Percent distribution of permanent privately owned housing units, by means of sewage disposal, and units lacking sewage disposal facilities - 1997

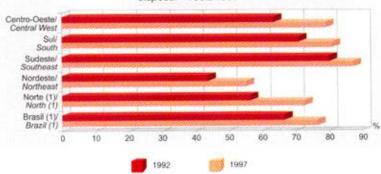


Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicilios : síntese de indicadores 1997. Rio de Janeiro IBGE, 1998 p. 128-130

(1)Exclui os dados da zona rural de Rondônia, Acre. Amazonas, Roraima, Pará e Amapá / /1)Excludes data for the rural area of Rondônia, Acre. Amazonas, Roraima. Pará and Amapá.

Gráfico 3.4 - Proporção dos domicílios particulares permanentes, com coleta de lixo - 1992/1997

Graph 3.4 - Ratio of permanent privately owned housing units with refuse disposal - 1992/1997



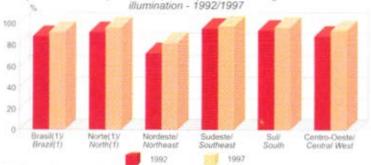
Fontes/Sources: Pesquisa nacional por amostra de domicilios 1992. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n. 1. 1997; Pesquisa nacional por amostra de domicilios: síntese de indicadores 1997. Rio de Janeiro: IBGE 1998, p. 128-130.

(1)Exclur os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.)

(1) Excludes data for the rural area of Rondônia, Acre. Amazonas, Roralma, Para and Amapá.

Gráfico 3.5 - Proporção dos domicilios particulares permanentes com iluminação elétrica - 1992/1997

Graph 3.5 - Ratio of permanent privately owned housing units with electric



Fontes/Sources: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992. Brasil. Riode Janeiro: IBGE, v. 15, n. 1, 1997; Pesquisa nacional por amostra de domicílios: sintese de indicadores 1997. Riode Janeiro: IBGE, 1998. p. 128-130. (1) Exclud os domícilios da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roralma, Pará e Amapá./ (1) Excludes housing units in the rural area of Rondônia, Acre, Amazonas, Roralma, Pará end Amapa.

Tabela 3.2 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de alguns bens duráveis - 1992/1997

Table 3.2 - Percent distribution of permanent privately owned housing units, by urban/rural situation and presence of some durable goods - 1992/1997

Bens duráveis/ Durable goods	Distribuição dos domicílios particulares permanentes (%) Distribution of privately owned housing units (%)						
	Total/ Total		Urbana/ Urban		Rural/ Rural		
	1992	1997	1992	1997	1992	1997	
Total/ Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Fogão/Stove	94.8	97,0	97,1	98,4	85.3	91.1	
Filtro de água/Water filter	57,0	57,2	61,5	60.7	39.4	42.3	
Getadeira/Refrigerator	71,5	80,3	80.9	88.1	34.4	46.6	
Freezer/Freezer	12,3	18,8	13.1	20,1	9.2	13.0	
Máquina de lavar roupa/Clothes			0.550		4,0	,,,,,,	
washer	24.0	31.7	28,2	36.9	7.5	9,3	
Rádio/Radio	84,9	90,3	87,3	91,9	75.5	83.7	
Televisão/ Television set	73.9	86.2	83.1	92,7	37,4	58.4	

Fontes/Sources: Pesquisa nacional por amostra de domicítios 1992. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v. 15, n. 1, 1997; Pesquisa nacional por amostra de domicítios : sintese de indicadores 1997. Rio de Janeiro : IBGE, 1998. p. 122-123.

Nota: Exclui os domicillos da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. / Note: Excludes housing units in the rural area of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Saúde



Ascenção definitiva de Cristo, 1932 Flávio de Carvalho

Health

O Brasil, assim como outros países em desenvolvimento integrantes do bloco de países categorizados como de renda média pelas Nações Unidas (entre outras características socioeconômicas), atravessa o processo denominado de "transição demográfico-epidemiológica": redução da natalidade e fecundidade, diminuição da mortalidade infantil e das doenças infecto-parasitárias, com crescimento da morbimortalidade, por doenças crônicas não-transmissíveis (doença cardio e cérebro-vascular, câncer, diabetes, etc.) e mortes por causas externas violentas (homicídios e trânsito).

A outra marca da sociedade brasileira no campo da saúde são as iniqüidades na distribuição dos problemas de saúde e dos recursos sociosanitários (água, esgoto, lixo, assistência médica, etc.). Os problemas de saúde acometem principalmente os grupos sociais e as regiões mais pobres do País que, simultaneamente, têm acesso mais difícil aos bens e serviços públicos de natureza social (hospitais, creches, saneamento, etc.).

Os dados apresentados e comentados, a seguir, dão apenas uma idéia da situação acima apontada, pelo que remetemos o leitor a dados mais finos, inclusive de distribuição territorial, por faixa etária e de renda, entre outros, disponíveis nas bases de dados do IBGE.

A distribuição da mortalidade proporcional no Brasil, em 1996, mostra que as principais causas de óbitos (Tabela 4.1) por grandes grupos de causas, excluídos os sintomas e sinais mal-definidos, foi a seguinte:

Doenças do aparelho circulatório (32,3%); Causas externas (15,5%); Neoplasmas (13,4%); Doenças do aparelho respiratório (11,4%); Doenças infecto-parasitárias (4,8%); e demais causas (20,6%).

Este padrão de mortalidade vem se mantendo na última década, com pequenos acréscimos anuais na proporção de óbitos por causas externas, o que diferencia o Brasil da maioria dos outros países do mundo que, como ele, não estejam em guerra, nos quais os óbitos por causas externas estão em geral entre a quarta e a quinta causa de óbitos e não ultrapassam 5% do total.

Registre-se também que a maioria destes óbitos no Brasil ocorre por homicídios e, particularmente, entre homens (82,2%). Aliás, esta é uma das explicações para a sobre-mortalidade masculina que a tabela mostra: o Brasil apresenta uma razão de óbitos de homens/mulheres em torno de 1,4, uma das mais elevadas do mundo.

É necessário registrar também a baixa qualidade do registro de mortalidade no Brasil, evidenciada pela elevada proporção de óbitos por sintomas, sinais e afecções mal-definidas (15,1%).

Quanto às doenças transmissíveis (Gráfico 4.1), observa-se a afirmação da dengue como uma doença endêmica de alta prevalência (cerca de 180 mil casos anuais no biênio 1996-1997). Esta situação denota a falta de saneamento básico e a ineficácia das ações de controle, razões primordiais para a sobrevivência do vetor em níveis capazes de manter inalterada a alta prevalência da moléstia no biênio.

O aumento do número de casos de sarampo deve-se provavelmente à ineficácia da vacinação rotineira nas unidades de saúde, assim como à desativação da estratégia campanhista desenvolvida no início da década, que reduziu os casos de sarampo a pouco mais de mil em todo o País, abrindo então a esperança de sua erradicação, como ocorreu com a poliomielite.

O número de casos novos de AIDS (Gráfico 4.2) cresceu em números absolutos entre 1988 e 1996. Entretanto, este crescimento foi declinante, partindo de um incremento anual de cerca de 40% nos biênios 1988-1989 e 1989-1990 para um incremento de 4,5% no biênio 1995-1996. Já no biênio 1996-1997 houve uma redução no número absoluto de casos novos: menos 10.6%.

No mesmo período verificou-se uma crescente participação de casos entre mulheres: a razão homem/mulher que era de 6,6, em 1988, declinou permanentemente, reduzindo-se a 2,3 (12 023/5 154), em 1997.

A redução na velocidade de expansão da AIDS não significa, de forma alguma, que se possa diminuir o esforço de educação sanitária, que foi decisivo para a situação alcançada.

Deve-se ressaltar, de início, que os dados do Gráfico 4.3 referem-se exclusivamente aos hospitais, leitos e internações contratados pelo Sistema Único de Saúde - SUS -, e não à capacidade e produção hospitalar total do País.

A capacidade hospitalar contratada pelo SUS, em 1997, era de 6 410 hospitais, a maioria deles privados (64,6%). Isto representava a 496 740 leitos contratados (3,64 leitos/1 000 habitantes), dos quais 67,5% eram privados. O índice de leitos/1 000 habitantes recomendado pela Organização Mundial da Saúde - OMS - é de 3,5 por 1 000 habitantes, encontrando-se o Brasil, portanto, numa situação aceitável, uma vez que, legalmente, o SUS deve cobrir toda a população brasileira quanto às suas necessidades assistenciais, inclusive hospitalares.

Deve-se assinalar, entretanto, que parte dos leitos hospitalares contratados pelo SUS não estão funcionalmente disponíveis; por exemplo, pelas recusas de internações que se verificam principalmente por parte dos hospitais privados contratados.

As cinco principais causas de internação (Tabela 4.2) são, pela ordem:

Partos e complicações da gravidez e puerpério (26,4%); Doenças do aparelho respiratório (17,3%); Doenças do aparelho circulatório (9,7%); Doenças infecto-parasitárias (8,0%); e Doenças do aparelho digestivo (7,1%).

As 11,7 milhões de internações corresponderam a 75,3 milhões de dias de internações pagas pelo SUS. Embora responsável por apenas 3,6% (ou 420,4 mil) das internações, os transtornos mentais resultaram em 27,1% (ou 20,4 milhões) dos dias pagos pelo SUS, constituindo-se ainda no primeiro item de despesa por diagnóstico por causa específica, segundo o Ministério da Saúde.

Paulo Marchiori Buss Professor Titular e Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

95

Saúde/Health @DIBGE

Brazil, as well as other developing countries in the group of countries categorized by the United Nations as of middle-income (among other socioeconomic characteristics), is going through the process called "demographic-epidemiological transition". This process includes reduction of births and fertility, decline of infant mortality and infectious and parasitic diseases, increase of morbidity and mortality caused by chronic nontransmissible diseases (cardiovascular and cerebrovascular diseases, cancer, diabetes etc.) and deaths by violent external causes (homicides and traffic accidents).

Other characteristics of the Brazilian society in the area of health are the iniquities in the distribution of health problems and basic sanitation resources (water, sewerage, refuse collection, health care etc.). The country's poorest regions and social classes are more prone to health problems, at the same time having more difficulty to access public goods and services of a social nature (hospitals, day-care centers, sanitation etc.).

Data presented and commented below give only a pale idea of the situation mentioned above, the reason why we advise our readers to look up more detailed data, including those on territorial distribution by age group and income range, among others, available in IBGE data bases.

Distribution of proportional mortality in Brazil, in 1996, shows that the main causes of death (table 4.1) by large groups of causes, excluding ill-defined symptoms and signs, was the following:

Diseases of circulatory system (32.3%), External causes (15.5%), Neoplasms (13.4%), Diseases of respiratory system (11.4%), Infectious and parasitic diseases (4.8%), Other causes (20.6%).

This pattern of mortality has remained the same in the last decade, with small annual increases in the proportion of deaths by external causes. This fact makes Brazil different from most other countries which, like it, are not at war, where deaths by external causes are generally in the fourth or fifth place as a cause of death, amounting to less than 5% of the total.

We must also register that most deaths of this type in Brazil occur by homicide and especially among males (82.2%). Besides, this is one of the explanations for the male over-mortality shown by the table: Brazil presents a death ratio of men to women around 1.4, one of the highest in the world.

It is necessary to register also the low quality of vital statistics, especially death registration, in Brazil, evinced by the high proportion of deaths by ill-defined symptoms, signs and conditions (15.1%).

As to transmissible diseases (graph 4.1), we observe the evidence of dengue as a high-prevalence endemic disease (close to 180 thousand cases a year in the 1996-97 period). This situation denotes the lack of basic sanitation and the ineffectiveness of control efforts, crucial reasons for the survival of the vector at levels capable of maintaining unaltered the high prevalence of this disease during the period mentioned.

The increase in the number of measles cases is due probably to the inefficacy of the routine vaccination in health centers, as well as the deactivation of the campaign strategy carried out at the beginning of the decade. That strategy reduced cases of measles to a little over one thousand in the whole country, awakening the hope of its complete eradication, as had occurred with poliomyelitis.

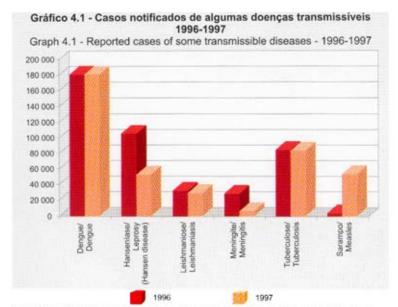
The number of new cases of AIDS (graph 4.2) increased in absolute numbers between 1988 and 1996. However, this growth has been declining, from a yearly increment of 40% in the 1988-89 and 1989-90 periods to an increase of 4.5% in the 1995-96 period. In the 1996-97 period, however, there was reduction in the absolute number of new cases: -10.6%.

During that same period, we observed an increasing participation of women affected: the ratio of men to women was 6.6 in 1988, but declined permanently to 2.3 (12,023 to 5,154) in 1997.

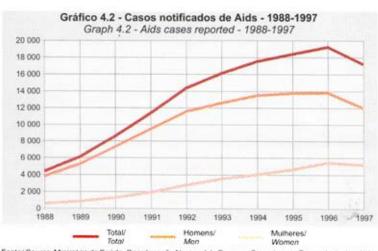
The reduction in the speed of AIDS dissemination does not mean in any way that we can slow down on health education efforts, which have been decisive to the situation attained.

We must stress, to begin with, that the data in graph 4.3 refer exclusively to hospitals, beds and stays contracted by the National Health System (SUS), and not to the country's total hospital capacity and production.

The hospital capacity contracted by the SUS in 1997 involved 6,410 hospitals, most of them privately owned (64.5%). That represented



Fonte/Source: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Centro Nacional de Epidemiologia.



Fonte/ Source: Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissiveis e Aids.

Tabela 4.2 - Hospitalizações pagas pelo Sistema Único de Saúde - SUS - 1997

Table 4.2 - Hospitalizations paid by the National Health System - SUS - 1997

(continua/continues)

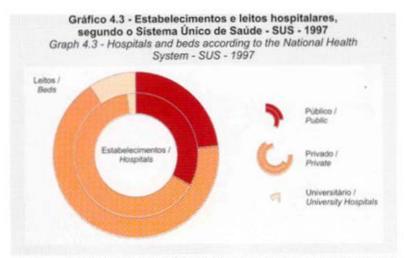
			(CONTINUES)		
Causas das internações/ Cause of hospitalization	Internações/ Number of patients	Coeficiente de letalidade/ Death coefficient	Média de permanência (dias)/ Average length of stay (days)		
Total/ Total	11 772 367	2,54	6,4		
Doenças infecciosas e parasitárias/ Infectious and parasitic diseases	936 842	3,12	6,5		
Neoplasmas/ Neoplasms	349 183	7,20	8,3		
Doenças das glândulas endócri- nas, da nutrição, do metabolismo e transtornos imunitários/ Diseases of endocrine glands, nutrition, metabolism and immune system conditions	310 461	5,92	7.2		
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos/ Diseases of blood and hematopoietic organs	69 127	3,57	6,2		
Transtornos mentais/ Mental health conditions	420 365	0,30	48,6		
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos/ Diseases of nervous system and sense organs	283 992	2,32	7,0		
Doenças do aparelho circulatório/ Diseases of circulatory system	1 143 448	7,48	7,2		
Doenças do aparelho respiratório/ Diseases of respiratory system	2 038 662	2,57	5,1		
Doenças do aparelho digestivo/ Diseases of digestive system	833 028	2,95	4,8		
Doenças do aparelho geniturinário/ Diseases of genitourinary system	757 363	1,00	4,1		

Tabela 4.2 - Hospitalizações pagas pelo Sistema Único de Saúde - SUS - 1997

Table 4.2 - Hospitalizations paid by the National Health System - SUS - 1997

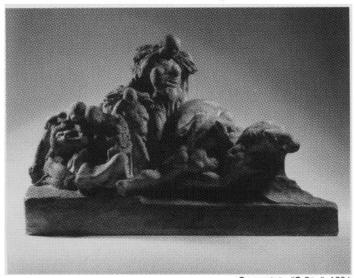
(conclusão/concluded) Média de Coeficiente de Causas das internações/ Internações/ permanência (dias)/ tetalidade/ Cause of hospitalization Number of patients Average length of stay Death coefficient (days) Complicações da gravidez, do parto e do puerpério/ 3 110 379 0,03 2.2 Complications of pregnancy, childbirth and puerperium Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo/ 0,98 123 001 6,1 Diseases of skin and subcutaneous cellular tissue Doencas do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo/ 217 396 0,50 5.7 Diseases of osteomuscular system and conjunctive tissue Anomalias congênitas/ 56 343 3.41 6.5 Congenital anomalies Algumas afecções originadas no período perinatal/ 154 531 8.04 8.8 Other conditions originating in the perinatal period Sintomas, sinais e afecções maldefinidas/ 223 737 4.13 4.4 Symptoms, signs and ill-defined conditions Lesões e envenenamentos/ 694 973 2,62 5,5 Injuries and poisoning Fatores que exercem influências sobre o estado de saúde e oportunidades de contato com servicos de saúde/ 49 536 1.94 10,0 Factors influencing health and opportunities to contact health services

Fonte/Source: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Coordenação de Informação de Saúde.



Fonte/Source: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Coordenação de Informação de Saúde.

Previdência Social



Composição "O Pão", 1936 Alfredo Olianni

Social Security

O sistema previdenciário brasileiro é constituído por dois grandes conjuntos: a) o Regime Geral de Previdência Social - RGPS -, que atende à população urbana e rural em geral e b) os Regimes Especiais que atendem à clientela de funcionários públicos civis e militares, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, da União dos estados e dos municípios.

Originalmente concebido para operar em regime de capitalização coletiva, o RGPS rapidamente se converteu em um regime de repartição simples. O Gráfico 5.1 mostra a violenta deterioração da relação contribuintes/beneficiários, que, de um máximo de cerca de 30,4:1 em 1938 caiu hoje para 1,7:1. Os modelos de simulação desenvolvidos pelo IPEA/IBGE indicam que, na ausência de profundas e urgentes reformas, esta relação atingiria 1:1 por volta de 2030.

Para continuar pagando regularmente os benefícios, o sistema recorreu a sucessivos aumentos das alíquotas de contribuição dos empregados e dos empregadores, como demonstram os Gráficos 5.2 e 5.3. Hoje, na média, a alíquota total é de cerca de 32% sobre a folha, ou seja, uma enorme "cunha fiscal" entre o salário percebido pelo trabalhador e o custo da mão-de-obra.

A Tabela 5.1 mostra a evolução das receitas da previdência social (RGPS), no período de 1990 a 1998, destacando os valores das contribuições. Pode-se dizer que houve um aumento substancial das receitas nos últimos anos. Contudo, as despesas com benefícios estão crescendo, ainda, mais aceleradamente. Com efeito, desde 1994, o sistema vem apresentando déficits (Gráfico 5.4), que têm sido cobertos com a transferência de recursos do Tesouro, contribuindo desta forma para o aumento das pressões sobre o endividamento público.

O Gráfico 5.5 mostra a evolução das despesas com benefícios como percentagem do PIB, onde fica clara a violenta elevação verificada após a Constituição de 1988.

Na Tabela 5.2 observa-se a evolução do estoque de benefícios por condição de domicílio e grupos de espécie. Durante o período de 1980

a 1995, os benefícios rurais vinham aumentando em relação ao total. Contudo, no último período - 1995 a 1998 - o maior crescimento de benefícios ocorreu na área urbana.

Nesta evolução do estoque de benefícios, evidencia-se, também, um crescimento maior dos benefícios previdenciários, em relação aos demais – assistenciais e acidentários (Gráfico 5.6). Além disso, houve um aumento considerável na proporção de aposentadorias em relação ao total de benefícios previdenciários mantidos, que em 1980 era cerca de 60% passando para 67% em 1998. Ao mesmo tempo, houve um decréscimo da proporção de auxílios em relação ao total (Gráfico 5.7).

Dentre as aposentadorias em manutenção no ano de 1998, 51% eram por idade (Gráfico 5.8), que, no entanto, correspondiam a apenas 29% do valor (Gráfico 5.8). Em contrapartida, no mesmo ano, 58% do aasto total estava comprometido com aposentadoria por tempo de serviço que representavam apenas 29% do total do número de aposentadorias em manutenção.

A Tabela 5.3 detalha a evolução do estoque de aposentadorias, demonstrando claramente a expansão acentuada da modalidade do benefício por tempo de servico.

Reconhecendo a gravidade do problema, o governo vem tomando, desde 1994, uma série de medidas para conter a escalada dos déficits previdenciários. Dentre as providências mais importantes situa-se a Emenda Constitucional nº 20, aprovada em 15 de dezembro de 1998, ora em processo de regulamentação. Apesar das muitas dificuldades encontradas durante a longa tramitação da Emenda no Congresso, os pontos mais relevantes aprovados foram:

- estabelecimento de um mínimo etário de 60 anos para homens e 55 para mulheres para aposentadoria por tempo de serviço dos funcionários públicos. Esta norma inclui uma regra de transição para aqueles que já participavam do sistema auando da promulgação da Emenda, estabelecendo um limite etário de 53 anos para homens e 48 anos para mulheres e um pedágio equivalente a 20% adicional do tempo restante para a aposentadoria integral (na data da promulgação da Emenda) e 40% para o caso de aposentadoria proporcional.
- extinção da aposentadoria proporcional para os novos participantes.

- substituição do requisito tempo de serviço por tempo de contribuição, tanto para o RGPS como para os Regimes Especiais.
- proibição de contagem de tempo fictício para fins de aposentadoria.
- eliminação da aposentadoria especial, com tempo reduzido, para professores do terceiro grau.
- para os funcionários públicos admitidos após a promulgação da Emenda, possibilidade de limitar o benefício máximo dos Regimes Especiais ao mesmo teto do RGPS, criando-se fundos de previdência complementar.

Infelizmente, embora a Emenda nº 20 tenha avançado em muitos pontos, ainda há um longo caminho a percorrer de modo a restituir o equilíbrio econômico-financeiro e a justiça social aos sistemas previdenciários no Brasil.

Embora claramente insuficiente para conter os déficits, as providências tomadas até o momento têm o inegável mérito de, pela primeira vez, discutir o problema da previdência pelo lado da despesa, sem recorrer exclusivamente ao expediente de aumento de contribuições. Na realidade, todo o esforço até agora feito deve ser entendido como uma primeira etapa de um processo contínuo de reformas cuja discussão política mal teve início.

Francisco Eduardo Barreto de Oliveira Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA



The Brazilian social security system is composed by two large subsystems: a) the Social Security General System – RGPS (Regime Geral de Previdência Social), which covers the urban and rural private workers, and b) the Special Regimes, which covers civil and military personnel, those in the executive, legislative and judiciary branches, at federal, state and municipal levels.

Originally conceived to operate as a funded system, the RGPS was quickly converted into a pay-as-you-go system. Graph 5.1 shows the major deterioration of the contributors/benefitiaries ratio, which from a maximum of about 30.4:1 in 1938 fell to 1.7:1 today. Simulation models developed by IPEA/IBGE indicate that, in the absence of deep and pressing reforms, this relationship would reach 1:1 around 2030.

To continue paying regularly the benefits the system resorted to successive increases in the contribution rates of employees and employers, as shown in graphs 5.2 and 5.3. Today, on average, the total rate is about 32% of the payroll, that is, a huge "fiscal wedge" between the wages received by workers and the cost of labor.

Table 5.1 shows the evolution of social welfare revenues (RGPS) between 1990 and 1998, emphasizing the amounts of contribution. There has been a substantial increase in revenues in the last years. However, expenditure with benefits is growing even faster. In fact, since 1994, the system has been presenting a deficit (graph 5.4) which has been covered by transfers from the Treasury, thus contributing to increase the pressure on public debt.

Graph 5.5 shows the evolution of expenditure with benefits as a percentage of GDP, showing clearly the sharp raise after the 1988 Constitution.

Table 5.2 presents the evolution of the population of urban/rural benefitiaries by type. During the 1980 to 1995 period, rural benefits had been increasing as a percentage of the total. However, in the last period - 1995 to 1998 - the largest increment of benefits has been observed in urban areas.

The evolution of the population of beneficiaries evinces a larger growth of social insurance benefits by comparison with other benefits - social assistance and work-related benefits (graph 5.6). Besides that, there was a significant increase in the proportion of retirement pensions as a proportion of total social insurance benefits. They were responsible for 60% in 1980 and went up to 67% in 1998. At the same time, there was a decrease in the proportion of cash aid benefits vis-à-vis the total (graph 5.7).

Among retirement benefits in 1998, 51% were old age retirement pensions (graph 5.8), which nevertheless corresponded to just 29% of the value (graph 5.8). On the other hand, in the same year, 58% of the total expenditure was committed to pay length-of-service retirement pensions which represented only 29% of the total number of retirement pensions.

Table 5.3 details the evolution of the population of retirees, showing clearly the marked expansion of retirement pensions by length of service.

Recognizing the seriousness of the problem, the government has been taking, since 1994, a series of steps to contain the mounting deficit of the social security system. Among the most important steps, there is the Constitutional Amendment 20, approved in December 15, 1998, and now being regulated. Despite many difficulties met by the amendment during its long course through Congress, the most relevant items approved were:

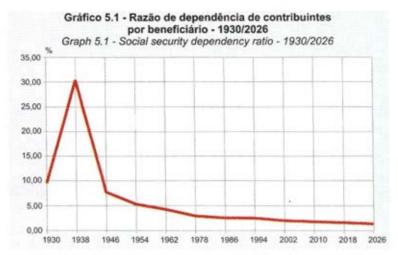
- Establishment of a minimum age of 60 years for men and 55 years for women for entitlement to length of service retirement for civil servants. This rule includes a transition period for those already in the system when the amendment was passed, establishing an age limit of 53 for men and 48 for women and a toll equal to an extra 20% of the remaining time to the entitlement to the full pension (on the date the amendment has been passed) and 40% for the reduced proportional retirement pension.
- elimination of the reduced proportional retirement pension for new participants.
- replacement of the length of service by length of contribution requirement, both for the RGPS and for the Special Regimes.
- · prohibition of including fictitious time for retirement ends.
- elimination of special retirement with reduced length of service for college professors.

 for civil servants admitted after the promulgation of the amendment, possibility of limiting the maximum benefit of Special Regimes to the same level of the RGPS, conditioned on the institution of complementary pension plans.

Unfortunately, although the 20 th Amendment had advanced in many points, there is still a long way to go in order to give back the economic-financial equilibrium and social justice to the social security systems in Brazil.

Although clearly insufficient to contain deficits, the steps taken until now have the undeniable merit of, for the first time, discussing the problem of social security from the point of view of expenditures, without exclusive recourse to increasing contributions. In fact, all efforts made until now must be understood as a first stage in a continuous process of reforms whose political discussion barely started.

Francisco Eduardo Barreto de Oliveira Researcher, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA



Fonte/Source: Otiveira, Francisco Eduardo Barreto de, Beltrão, Kaizô Iwakami, Guerra, Mônica. Reforma da previdência. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 508).



Fonte/Source: Oliveira, Francisco Eduardo Barreto de, Beltrão, Kaizô Iwakami, Guerra, Mônica, Reforma da previdência. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 508).

Gráfico 5.3 - Alíquota de contribuição do empregador - 1938/1999



Fonte/Source: Oliveira, Francisco Eduardo Barreto de, Beltrão, Kaizô Iwakami, Guerra, Mônica. Reforma da previdência. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão n. 508).

Nota: Dados referentes ao mês de janeiro de cada ano./

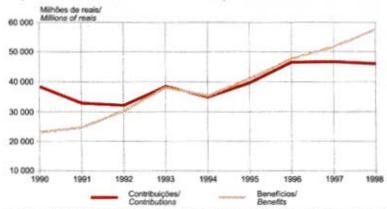
Note: Data for the month of January of each year.

Tabela 5.1 - Receitas e despesas da Previdência Social no País - 1990-1998
Table 5.1 - Brazilian social security revenues and expenditures - 1990-1998

		Receitas (1 000 0	Receitas (1 000 000 R\$) / Revenues (1,000,000 R\$)				
Anol Year	Total/ Total	De contribuições/ From contributions	Outras/ Others	(1 000 000 R\$)/ Expenditures on benefits (1,000,000 R\$)			
1990		40 138	38 188	9 950	24 376		
1991		40 847	33 220	7 627	25 790		
1992		45 411	32 578	12 833	30 958		
1993		48 980	38 286	10 694	37 906		
1994		44 773	35 078	9 695	35 472		
1995	20	48 745	39 367	9 378	40 546		
1996		51 880	45 487	6 393	46 509		
1997		55 824	45 620	10 204	50 110		
1998		60 432	44 964	15 468	55 329		

Fontes/Sources: Anuário estatístico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasília Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 1, p. 67-71, 1997; Anuário estatístico da previdência social 1995. Brasília : Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 4, 1996; Anuário estatístico da previdência social 1998. Brasília : Ministério da Previdência Social, v. 7, 1999.

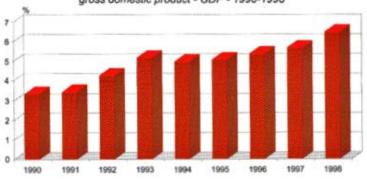
Gráfico 5.4 - Receita de contribuições e despesa com beneficios - 1990-1998 Graph 5.4 - Revenues from contributions and expenditures on benefits - 1990-1998



Fontes/Sources: Anuário estatistico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasilia: Ministério da Previdência e Assistência Social, v.1, p. 67-71, 1997; Anuário estatistico da previdência social 1995. Brasilia : Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 4, 1996; Anuário estatistico da previdência social 1996. Brasília : Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 7, 1999.

Gráfico 5.5 - Gastos com benefícios previdenciários como percentual do produto interno bruto - PIB - 1990-1998

Graph 5.5 - Expenditures on social security benefits as a percentage of the aross domestic product - GDP - 1990-1998



Fontes/Sources: Anulario estatistico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasilia: Ministério da Previdência e Assistência Social, v.1, p. 67-71, 1997; Anuário estatístico da previdência social 1998. Brasilia : Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 7, 1999; Conjuntura econômica. Río de Janeiro : FGV, v. 53, n. 3, p. xviii, mar. 1999.

Tabela 5.2 - Distribuição dos benefícios em manutenção, urbanos e rurais - 1980/1997

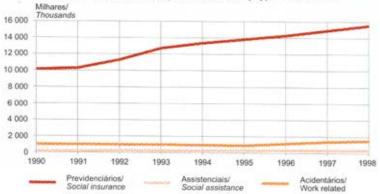
Table 5.2 - Distribution of urban and rural benefits - 1980/1997

Beneficios/ Benefits	1980	1985	1990	1995	1998
Total/ Total	7 647 161	10 587 406	12 301 554	16 148 956	18 537 630
Urbano /Urban	5 255 908	6 928 695	7 972 209	9 748 873	11 936 610
Previdenciários/ Social insurance	4 154 741	5 681 358	6 710 920	8 502 764	9 919 646
Aposentadorias/ Retirement					
pension	2 108 266	3 092 208	3 776 003	5 159 408	6 277 762
Pensões por morte/ Survivor pension	1 345 689	1 825 289	2 377 062	2 898 525	3 221 270
Auxílios/ Cash aid	700 786	763 861	557 855	444 831	420 614
Assistenciais/ Social assistance	921 570	915 271	825 646	702 222	1 410 921
Rendas mensais vitalícias/ Lifelong monthly income	921 523	915 104	825 139	688 104	546 399
Outros/ Others	47	167	507	14 118	864 522
Acidentários/ Work related	179 597	332 066	435 643	543 887	606 043
Aposentadorias/ Retirement					
pension	24 290	49 095	65 615	75 708	87 900
Pensões/ Pension	50 824	74 876	98 968	114 547	121 814
Auxílios/ Cash aid	104 483	208 095	271 060	353 632	396 329
Rural/ Rural	2 391 253	3 658 711	4 329 345	6 400 083	6 601 020
Previdenciários/ Social insurance	2 065 340	3 134 785	3 688 513	5 738 503	6 044 106
Aposentadorias/ Retirement					
pension	1 616 277	2 312 222	2 542 240	4 263 917	4 416 224
Pensões por morte/ Survivor pension	449 063	822 563	1 133 875	1 424 496	1 578 095
Auxílios/ Cash aid	-	-	12 398	50 090	49 787
Assistenciais/ Social assistance	324 209	518 464	626 375	644 930	537 024
Rendas mensais vitalícias/ Lifelong monthly income	324 209	518 464	626 375	644 930	537 024
Outros/ Others	-	•	-	-	-
Acidentários/ Work related	1 704	5 462	14 457	16 650	19 890
Aposentadorias/ Retirement pension	1 099	3 629	5 992	7 096	7 946
Pensões/ Pension	605	1 833	3 097	3 884	4 351
Auxílios/ Cash aid	-	-	5 368	5 670	7 593

Fontes/Sources: Anuário estatístico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasília : Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 1, 1997; Anuário estatístico da previdência social 1998. Brasilia: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 7, 1999.

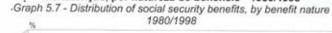
Gráfico 5.6 - Evolução dos benefícios de prestação continuada em manutenção, por tipo - 1990-1998

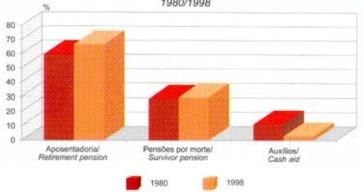
Graph 5.6 - Evolution of long term benefits, by type - 1990-1998



Fontes/Sources: Anuário estatistico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasilia: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 1., p. 67-71, 1997; Anuário estatístico da previdência social 1998. Brasilia: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 7, 1999.

Gráfico 5.7 - Distribuição percentual dos benefícios previdenciários em manutenção, por natureza do benefício - 1980/1998

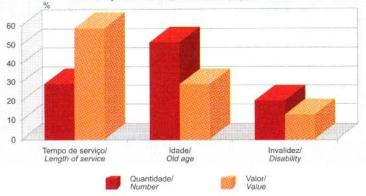




Fontes/Sources: Anuário estatistico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasilia: Ministério da Previdência e Assistência Social. v. 1, p. 67-71. Anuário estatístico da previdência social 1998. Brasilia: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 7, 1999.

Gráfico 5.8 - Distribuição percentual do estoque e gasto com aposentadorias previdenciárias em manutenção, por tipo - 1998

Graph 5.8 - Distribution of the number of retires and expenditures for social security retirement pensions, by type - 1998



Fonte/Source: Anuário estatístico da previdência social 1998. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 7, 1999.

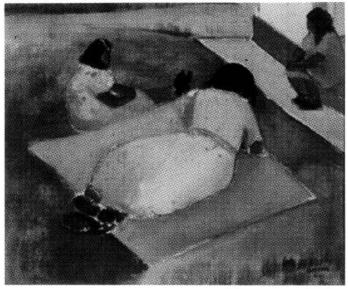
Tabela 5.3 - Distribuição das aposentadorias em manutenção, por tipo - 1990-1998

Table 5.3 - Distribution of retirement pensions, by type - 1990-1998

Ano/ Year	Total/ Total	Tempo de serviço/ Length of service	Idade/ Old age	Invalidez/ Disability	Acidente de trabalho/ Occupational injuries
1990	6 389 850	1 420 117	2 895 212	2 002 914	71 607
1991	6 489 187	1 517 414	2 842 888	2 053 149	75 736
1992	7 346 404	1 662 830	3 566 854	2 040 294	76 426
1993	8 611 208	1 867 446	4 628 784	2 036 461	78 517
1994	9 188 021	2 021 955	5 043 041	2 042 899	80 126
1995	9 506 129	2 271 376	5 101 356	2 050 593	82 804
1996	9 825 083	2 542 621	5 144 422	2 051 916	86 124
1997	10 307 673	2 891 046	5 242 976	2 082 241	91 410
1998	10 789 832	3 126 386	5 439 435	2 128 165	95 846

Fonte/Source: Anuário estatístico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasília : Ministério da Previdência e Assistência Social, v.1, 1997.

Educação



Mulheres e crianças deitadas e sentadas no chão, 1944 Giuseppe Gianinni Pancetti

Education

A educação brasileira está entrando em uma etapa de mudanças muito significativas, das quais os dados estatísticos são somente o aspecto mais visível. Estas mudanças poderiam ser resumidas em uma expressão simples, que é a crescente preocupação com o conteúdo e qualidade do que é ensinado, em contraste com o que predominava até recentemente, que era a preocupação quase exclusiva com a quantidade.

Na educação básica, o Brasil está se aproximando da cobertura universal, e o problema de falta de escolas, ou da falta de vagas nas escolas, só existe em regiões muito isoladas ou situações especiais. Com isto, passam para o primeiro plano as questões sobre o funcionamento das escolas: por que tantas crianças repetem? Por que tanta diferença entre a idade cronológica e a série em que as crianças estão? O que as crianças aprendem, efetivamente, nas escolas? Quantas conseguem, de fato, adquirir os conhecimentos básicos de português e matemática que seriam os adequados para sua idade? Como explicar os problemas que existem, e o que fazer para superá-los?

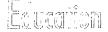
Para entender melhor o que está ocorrendo, o Ministério da Educação levanta anualmente informações sobre as escolas no País, e o IBGE realiza pesquisas sobre as características educacionais da população. Além do Censo Educacional, nos últimos anos, foram introduzidos instrumentos para medir o que os estudantes aprendem de fato (o Sistema de Avaliação do Ensino Básico - SAEB -, do Ministério da Educação, e vários sistemas estaduais, assim como o Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM -, para os concluintes do segundo grau). Na área orcamentária, a Emenda Constitucional recente criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef -, que visa a reduzir as diferenças de gastos por alunos, salários de professores entre as regiões mais ricas e mais pobres do País. Em outras áreas, existe hoje uma política de livros didáticos que assegura a qualidade dos materiais que chegam aos alunos, vários estados organizam os programas curriculares em ciclos de dois ou mais anos, para reduzir a repetência, e programas de aceleração da aprendizagem buscam trazer os alunos defasados para a série correspondente à sua idade cronológica.

Falta muito, para que a educação básica brasileira possa ser considerada como aceitável em sua maior parte, mas o aumento de cobertura e os esforços de correção do fluxo escolar dos últimos anos têm aumentado o número de jovens que buscam a educação média, fazendo com que este setor cresça a taxas extremamente elevadas, com forte impacto sobre sua qualidade. Novas diretrizes curriculares foram estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação para o nível médio, reduzindo o formalismo dos programas e dando mais autonomia para as escolas, e tem havido um esforço de recriar um sistema de ensino técnico em nível de segundo grau, que possa funcionar como alternativa aos programas mais acadêmicos da educação secundária tradicional.

Tanto a educação básica quanto a secundária são, em sua maioria, públicas, mas existe também uma rede particular de escolas que dispõem de mais recursos e atraem os filhos das famílias de maior renda. O ensino superior, em contraste, é predominantemente privado, com cerca de 35% dos estudantes atendendo a instituições públicas, em sua maioria federais, mas também estaduais e mesmo municipais, onde o ensino é totalmente gratuito. Os sistemas públicos federal e estadual têm manutenção cara, devido, sobretudo, ao grande número de professores em tempo integral e à baixa proporção de alunos por professor, e concentram a quase totalidade dos programas de pós-graduação e pesquisa universitária do País. O acesso aos estabelecimentos públicos de maior qualificação e prestígio é altamente competitivo, e acaba ficando quase que limitado aos estudantes que puderam fazer seus cursos secundários em escolas particulares.

O número de jovens matriculados em instituições de ensino superior no Brasil é ainda extremamente pequeno, e deverá se expandir rapidamente, como resposta à expansão da educação média, e também às demandas crescentes do mercado de trabalho. O desafio, neste nível, é criar um sistema de educação superior amplo, diversificado e socialmente equitativo, que possa fazer uso eficiente dos recursos públicos disponíveis e mobilizar cada vez mais os recursos privados, para dotar o País do capital humano necessário para seu desenvolvimento.

Simon Schwartzman Diretor do Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável



Brazilian education is entering a period of very significant change, which are barely visible through statistical data. This changes could be summarized by a simple notion, which is the growing concern with matters of content and quality, in contrast with the previous concern with quantity.

In basic education , Brazil is approaching universal coverage, and the problems of lack of school, or lack of places in school, are limited now to very isolated regions or special situations. Now, the main issues are why so many students repeat, the discrepancies between grades and age, and what the students actually learn while in school. How many are able to acquire the basic knowledge of Portuguese and mathematics which are required for their age. How to explain the existing problems, and what to do about them?

To know better what is happening, the Ministry of Education carries an annual census of schools, while IBGE, the National Statistical Office, produces data on the educational characteristics of the Brazilian population. New instruments were introduced in recent years to assess the achievements of students in schools - the National Assessment of Basic Education (SAEB) and the National Exam of Secondary Education (ENEM). A National Fund for Basic Education (Fundef) has been created recently to reduce the lags between poorer and richer regions in expenditures per student and teacher salaries. In other areas, school books are assessed for quality before reaching the public schools, many states are experimenting with social promotion and extended school cycles of two or four years to reduce the number of repeaters, and special learning acceleration programs are bringing delayed youngsters to the grades appropriated to their ages.

There is still a long way to go before most part of Brazilian basic education could be considered adequate, but the increasing coverage and the correction of student flow is already having a large impact on secondary education, an overflow which are already affecting the quality of public schools at that level. New curricular parameters for secondary education were established by the National Council of Education recently,

reducing the formalism of the existing course programs and granting the schools more leeway in the organization of their teaching. There is also an ongoing effort to create a good quality technical education system at the secondary level, which could become an alternative to the traditional secondary school curriculum.

Most of basic and secondary education in Brazil is provided by public institutions, but there is also an extended network of private schools that charge tuition, provide education of better quality, and attract the children of the richest families. Higher education, in contrast, is mostly private, with only about 35% of the students attending public institutions, most of them support by the Federal, State and even some municipal governments. There is no tuition in public institutions, and their quality tends to be better than that of private institutions. Public higher education in Brazil is expensive for the government, because of the large number of full-time academic and administrative personnel and low student/ teacher ratios. Most of the araduate and research programs in Brazilian universities are also in public institutions, specially in the state system of São Paulo and in the main federal institutions. Entrance to the best auglified and prestigious course programs in public institutions can be extremely competitive, and is therefore biased in favor of students coming from private secondary education.

Enrollment in higher education in Brazil is still very low for international standards, and is likely to expand very much in the forthcoming years, due to the expansion of secondary education and the growing demands of the labor market. The challenge, here, is to create an ample, diversified and socially equitable system of higher education, which could make efficient use of the available public resources and mobilize those of the public sector, endowing the country with the human capital it needs for its social and economic growth.

Simon Schwartzman Director, Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

Tabela 6.1 - Estabelecimentos de ensino, docentes e matrículas, por níveis de ensino - 1997

Table 6.1 - General data of schools - 1997

Especificação/ Item	Pré-escolar/ Preprimary school	Fundamental/ Elementary	Médio/ Secondary	Superior / Higher education
Estabelecimentos/Schools	80 961	199 479	16 633	900
Público/Public	62 061	182 133	11 021	211
Privado/Private	18 900	17 346	5 612	689
Funções docentes/Teachers	223 962	1 413 607	352 894	165 964
Público/Public	153 273	1 192 340	244 903	84 591
Privado/Private	70 689	221 267	107 991	81 373
Matriculas/Enrollment	4 292 208	34 229 388	6 405 057	1 948 626
Público/Public	3 304 776	30 565 641	5 137 992	762 057
Privado/Private	987 432	3 663 747	1 267 065	1 186 569

Fontes/Sources: Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 97. Brasília: INEP, 1998; Sinopse estatística do ensino superior: graduação 97. Brasília: INEP, 1999.

Gráfico 6.1 - Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - 1900/2020

Graph 6.1 - Illiteracy rates of the population 15 years old and over - 1900/2020



Fonte/Source: Censo demográfico 1900-1920. Rio de Janeiro : Diretoria-Geral de Estatística 1910-1940; Censo Demográfico 1940-1991. Rio de Janeiro : IBGE, 1950-1997.

Notas: 1. As taxas de 1910 e 1930 são interpoladas.

2. Os dados entre 1992 e 2020 são estimativas projetadas./

Notes: 1. 1910 and 1930 rates are interpolated.

2. Projected estimates for the period between 1992 and 2002.

Tabela 6.2 - Taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio - 1997

Table 6.2 - Illiteracy rates of persons 15 years old and over, by urban/rural residence - 1997

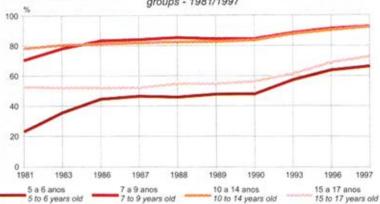
Grandes Regiões e Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units	Total/ Total	Urbanol Urban	Rural/ Rural
Brasil /Brazil	14,7	10,7	32,0
Norte /North	12,7	12,7	
Tocantins	23,6	19,1	31,3
Nordeste/Northeast	29,4	20,9	45,8
Maranhão	35,8	25,5	44,2
Piauí	32,7	22,9	47,5
Ceará	30,8	21,9	50,6
Rio Grande do Norte	27,1	20,6	42,0
Paraíba	29,7	21,9	47,1
Pernambuco	26,5	21,0	45,7
Alagoas	36,3	26,8	56,2
Sergipe	25,3	17,1	46,5
Bahia	26,9	17,7	42,8
Sudeste/Southeast	8,6	7,1	21,4
Minas Gerais	13,2	9,7	25,6
Espírito Santo	13,8	10,6	23,5
Rio de Janeiro	6,6	5,8	23,1
São Paulo	6,8	6,4	13,5
S ul/South	8,3	7,3	11,9
Paraná	10,6	9,4	15,2
Santa Catarina	6,6	5,2	10,7
Rio Grande do Sul	7,0	6,3	9,6
Centro-Oeste/Central West	12,4	10,2	23,1
Mato Grosso do Sul	12,1	10,3	21,1
Mato Grosso	14,4	11,2	24,3
Goiás	14,2	11,8	24,8
Distrito Federal/Federal District	6,0	5.7	9,4

Fonte/Source: Sintese de indicadores sociais 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 1). p. 59-61.

Nota: Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. I Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 6.2 - Taxas de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade - 1981/1997

Graph 6.2 - School enrollment rates of persons 5 to 17 years old, by age groups - 1981/1997



Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1998.

Nota: Exclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá./ Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Tabela 6.3. Taxas de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos de idade, por quintos de renda domiciliar per capita - 1997

Table 6.3 - School enrollment rates of persons 7 to 14 years old, by fifths of per capita household income - 1997

Grandes Regiões/ Major Regions	1º quinto/ 1st fifth	2º quinto/ 2nd fifth	3° quinto/ 3rd fifth	4° quinto/ 4th fifth	5° quinto/ 5th fifth
Brasil/ Brazil	87,0	89,9	93,1	96,5	98,
Norte /North	87,1	90,4	89,8	95.6	96.9
Nordeste/Northeast	83,7	87,3	88,5	91,1	96,4
Sudeste/Southeast	91,3	93,5	95,7	97,8	99,
Sul/South	90,4	92,1	95,7	96,9	99,4
Centro-Oeste/Central West	86.2	90,5	93.9	96.7	98,5

Fonte/Source: Síntese de indicadores sociais 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 1), p. 72.

Nota: Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. /

Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Tabela 6.4 - Crianças de 4 a 6 anos de idade, total, freqüentando escola e taxa de freqüência escolar - 1997

Table 6.4 - Children 4 to 6 years old, total, attending school and attendance rate - 1997

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units	Total/ Total	Freqüentando escolal Attending school	Taxa de freqüència (%)/ Attendance rate (%)
Brasil /Brazil	9 285 084	5 225 817	56,3
Norte /North	521 768	310 079	59,4
Tocantins	77 677	33 988	43,8
Nordeste/ Northeast	3 076 010	1 883 544	61,2
Maranhão	439 272	268 308	61,¹
Piauí	183 161	121 939	66,6
Ceará	495 640	320 011	64,6
Rio Grande do Norte	172 055	116 680	67,8
Paraíba	222 347	149 078	67,
Pernambuco	466 731	283 759	60.8
Alagoas	166 645	88 614	53,2
Sergipe	121 123	87 635	72,4
Bahia	809 036	447 520	55,3
Sudeste/Southeast	3 591 004	2 018 823	56,2
Minas Gerais	993 384	503 782	50,7
Espírito Santo	168 451	97 242	57,7
Rio de Janeiro	650 054	445 045	68,5
São Paulo	1 779 115	972 754	54,7
Sul/South	1 428 420	700 698	49,1
Paraná	571 049	253 412	44,4
Santa Catarina	311 265	194 111	62,4
Rio Grande do Sul	546 106	253 175	46,4
Centro-Oeste/Central West	641 998	306 784	47,8
Mato Grosso do Sul	126 176	50 028	39,7
Mato Grosso	147 737	65 142	44,1
Goiás	266 072	127 586	48,0
Distrito Federal/Federal District	102 013	64 028	62,8

Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

Nota: Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima. Pará e Amapá. / Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Tabela 6.5 - Taxas de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos, por situação do domicílio - 1997

Table 6.5 - School enrollment rates of persons 7 to 14 years old by urban/rural residence - 1997

Grandes Regiões			
e Unidades da Federação/ <i>Major Regions and</i>	Total/ Total	Urbano/ <i>Urban</i>	Rural/ Rural
Federative Units			
Brasil /Brazil	93,0	94,5	88,0
Norte /North	91,9	91,9	
Tocantins	92,6	93,9	90,7
Nordeste/Northeast	89,4	91,7	85,8
Maranhão	89,1	93,1	86,2
Piauí	90,6	94,6	85,3
Ceará	92,0	93,0	90,2
Rio Grande do Norte	89,6	91,1	87,6
Paraíba	91,1	92,0	89,7
Pernambuco	87,4	90,0	80,0
Alagoas	80,9	86,0	72,8
Sergipe	91,7 .	92,2	90,4
Bahia	90,0	92,4	86,4
Sudeste/Southeast	95,5	96,2	91,2
Minas Gerais	94,5	96,1	90,0
Espírito Santo	93,6	95,2	88,7
Rio de Janeiro	95,0	95,2	92,5
São Paulo	96,3	96,6	93,7
Sul/South	94,9	95,5	92,7
Paraná	93,7	94,7	90,4
Santa Catarina	94,1	95,9	93,2
Rio Grande do Sul	95,9	96,1	94,9
Centro-Oeste/Central West	93,2	95,2	84,5
Mato Grosso do Sul	91,1	93,4	79,1
Mato Grosso	91,1	93,5	84,3
Goiás	93,4	95,8	84,7
Distrito Federal/Federal District	97,8	97,8	98,1

Fonte/Source: Sintese de indicadores sociais 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 1).

Nota: Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. I Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Tabela 6.6 - Percentual de defasagem idade/série dos estudantes de 7 a 14 anos de idade, por Grandes Regiões - 1997

Table 6.6 - Age/grade lagging distribution among students 7 to 14 years old, by Major Regions - 1997

Estudantes/ Students	Brasil/ Brazil	Norte/ North	Nordeste/ Northeast	Sudeste/ Southeast	Sul/ South	Centro-Oeste/ Central West
7 anos/7 years old	22,8	27,7	37,1	20,5	4,4	13,7
8 anos/ 8 years old	39,9	49,5	63,1	28,6	21,9	30,7
9 anos/ 9 years old	49,6	64,3	72,4	37,4	30,2	44,1
10 anos/ 10 years old	67,8	71,3	78,6	46,6	39,2	51,1
11 anos/ 11 years old	62,8	73,8	82,0	52,7	44,6	59,1
12 anos/ 12 years old	67,6	78,2	85,8	57,6	61,9	65,5
13 anos/ 13 years old	72,3	83,9	87,5	63,4	58,8	71,1
14 anos/ 14 years old	76.6	89.4	89.8	68.0	66,1	77,3

Fonte/Source: Síntese de indicadores sociais 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 1). p. 73-74.

Tabela 6.7 - Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo - 1997

Table 6.7 - Average of years of school completed of the population 10 years old and over, by sex - 1997

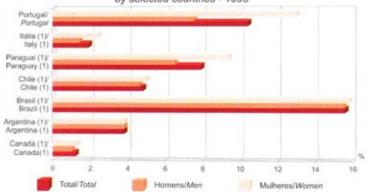
Grandes Regiões/ • Major Regions	Total/ Total	Homens/ <i>Male</i>	Mulheres/ Female 5,6	
Brasil/ Brazil	5,4	5,3		
Norte /North	5,4	5,2	5,5	
Nordeste/Northeast	4,0	3,6	4,3	
Sudeste/Southeast	6,2	6,1	6,2	
Sul/South	5,9	5,9	5,9	
Centro-Oeste/Central West	5,7	5,4	5,9	

Fonte/Source: Síntese de indicadores sociais 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 1).

Nota: Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. I Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 6.3 - Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, por países selecionados - 1995

Graph 6.3 - Illiteracy rates of the population 15 years old and over, by selected countries - 1995

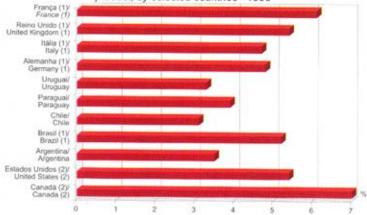


Fontes/ Sources: Pesquisa nacional por amostra de domicilios 1995. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v. 17, n. 1, 1997; Statistical yearbook [of the] United Nations 1995. New York, p. 84, 1997.

 Dados estimados pela Divisão de Estatísticas da UNESCO em 1994. / (1) Data assessed by the UNESCO Division of Statistics in 1994.

Gráfico 6.4 - Gastos totais com educação como percentual do produto nacional bruto, por países selecionados - 1996

Graph 6.4 - Total expenditure with education as percent of gross national product, by selected countries - 1996



Fonte/Source: Statistical yearbook [of] UNESCO 1998. Paris, 1998.

(1) Dados de 1995. (2) Dados de 1994. /(1) Data for 1995. (2) Data for 1994.

Trabalho



Labor Henrique Manzo

Labor

Observando o desempenho do mercado de trabalho brasileiro ao longo dos anos noventa, um fato que chama a atenção é o comportamento da taxa de desemprego aberto nas seis maiores regiões metropolitanas do País. Ao contrário dos períodos anteriores, pela primeira vez desde que o IBGE começou a medir esta variável, no início dos anos oitenta, a taxa de desemprego aberto apresenta um comportamento claramente ascendente, mesmo em períodos de crescimento da economia, como em 1995 e 1996. Com a queda do produto ocorrida em 1998, a taxa de desemprego aberto atingiu o nível recorde de 8,34%.

O que torna esta evolução da taxa de desemprego aberto ainda mais preocupante é o fato de que ela ocorreu exatamente em um período em que a taxa de atividade caiu substancialmente, de 61,03% em 1991, para 58,17% em1998. Ou seja, não somente o País está gerando menos postos de trabalho do que o necessário para empregar a população que entra no mercado, assim como a queda na taxa de atividade não está sendo suficiente para compensar esta redução na geração de postos de trabalho.

Este aumento da taxa de desemprego aberto está diretamente relacionado a três fatores:

Primeiro, a abertura da economia que se deu a partir de 1990 e que exigiu um aumento de produtividade e competitividade por parte das empresas. Foi exatamente este aumento de produtividade que permitiu que os preços dos bens industriais tivessem uma redução significativa, em termos reais, ao longo da década, incorporando uma parte substancial da população a este mercado de consumo;

Segundo, e como resultado desta maior abertura da economia, a introdução de tecnologia e de métodos de produção modernos e mais sofisticados, fazendo com que o nível de emprego por unidade produzida caísse substancialmente. Esta mudança tecnológica, por outro lado, criou uma situação na qual a estrutura da oferta de trabalho, em termos de qualificação, ficasse inadequada à estrutura da demanda por trabalho na economia, principalmente, no setor industrial. O resultado

é um aumento do tempo de desemprego e da própria taxa de desemprego aberto; e

Finalmente, mas não menos importante, a estabilização da economia a partir de 1994. Um dos efeitos da estabilização foi eliminar a parte da flexibilidade dos salários reais que se devia a variações da taxa de inflação. Com isto, a flexibilidade salarial foi reduzida, o que faz com que o ajuste do mercado de trabalho se dê mais sobre as quantidades do que sobre os movimentos de salários reais.

Além destas mudanças, devemos destacar o aumento da participação dos serviços no total da ocupação, a redução da participação dos trabalhadores mais jovens e com menor escolaridade no total da ocupação no País. O primeiro fenômeno é uma tendência mundial, enquanto os dois outros devem ser considerados desenvolvimentos positivos, pois significam que os jovens estão permanecendo mais tempo na escola e entrando mais tarde no mercado de trabalho.

José Márcio Camargo
Professor do Departamento de Economia da
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC



When we observe the performance of the Brazilian labor market during the nineties, a fact that draws the attention is the behavior of the open unemployment rate in the country's six largest metropolitan areas. Contrarily to previous periods, for the first time since IBGE started measuring this variable, at the beginning of the eighties, the open unemployment rate presents a clearly ascending behavior, even during periods of economic growth, such as 1995 and 1996. With the fall of the product that took place in 1998, the open unemployment rate reached the record level of 8.34%.

What makes this evolution of the open unemployment rate even more disturbing is the fact that it occurred exactly during a period when the activity rate fell significantly, from 61.03% in 1991 to 58.17% in 1998. That is, not only the Country is generating less work positions than those needed to employ the population entering the market, but also the fall in the rate of activity is not being sufficient to compensate this reduction in the generation of new jobs.

Such increase in the open unemployment rate is directly related to three factors:

Firstly, to the opening of the economy that took place after 1990 and required an increase in productivity and competitiveness on the part of companies. It has been exactly such productivity increase that allowed prices of industrial goods to be significantly reduced, in real terms, during the decade, incorporating a substantial part of the population to this consumer market;

Secondly, and as a result of this greater opening of the economy, the introduction of more modern and sophisticated technology and production methods, making the employment level by production unit fall substantially. This technological change, on the other hand, has created a situation in which the structure of job offer, in terms of qualification, became inadequate as regards the structure of labor demand in the economy, especially in the mining and manufacturing sector. The result is an increase in the duration of unemployment and in the open unemployment rate itself;

Lastly, but not less important, it is related to the stabilization of the economy after 1994. One of stabilization's effects has been to eliminate the part of the flexibility of real wages that was due to changes in the inflation rate. Thus wage flexibility has been reduced, making the labor market adjustment occur more as regards quantity than over real wage movements.

Besides said changes, we must stress the increase in the participation of services in the total number of people employed, and the reduction in the participation of younger and of less schooled workers in the total number of people employed in the Country. The first phenomenon is a world trend, while the two others must be considered as positive developments, since they mean that young people stay longer at school and enter the labor market later.

José Márcio Camargo
Professor, Departamento de Economia,
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC

Tabela 7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo, com indicação de algumas características - 1992/1997

Table 7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by sex and some characteristics - 1992/1997

(continua/continues)

Características/	Total/	Total	Homens/ Male		Mulheres/ Female	
Characteristics	1992	1997	1992	1997	1992	1997
Grupos de Idade/ Age groups	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 14 anos/ 10 to 14 years old	5,3	3,7	5,8	4,1	4,6	3,0
15 a 17 anos/ 15 to 17 years old	6,6	5,7	6,8	6,0	6,2	5,1
18 a 39 anos/ 18 to 39 years old	55,9	55,8	55,1	54,9	57,4	57,1
40 a 59 anos/ 40 to 59 years old	25,9	28,8	25,6	28,3	26,4	29,7
60 anos ou mais/ 60 years old and over	6,2	6,0	6,7	6,6	5,5	5,0
ldade ignorada/ Unknown age	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
Grupos de anos de estudo/ Years of school completed	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano/ No schooling and less than 1 year	17,9	14,1	18,7	15,3	16,5	12,4
1 a 3 anos/ 1 to 3 years	19,5	16,9	20,3	18,0	18,2	15,1
4 a 7 anos/ 4 to 7 years	32,0	31,7	32,8	33,1	30,8	29,6
8 a 10 anos/ 8 to 10 years	12,0	14,1	12,1	14,0	11,9	14,3
11 a 14 anos/ 11 to 14 years	13,3	16,5	11,5	14,1	16,1	20,4
15 anos ou mais/ 15 years and more	5,1	6,4	4,4	5,3	6,2	7,9
Não determinado e sem declaração/ Unspecified and not reported	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3

Tabela 7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo, com indicação de algumas características - 1992/1997

Table 7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by sex and some characteristics - 1992/1997

(continuação/continues)

Características/	Total/	Total	Homens/ Male		Mulheres/ Female	
Characteristics	1992	1997	1992	1997	1992	1997
Posição na ocupação no trabalho principal/ Class of worker of primary job	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado/ Employee	52,3	52,1	58,4	57,6	42,7	43,8
Trabalhador doméstico/ Private household worker	6,7	7,6	0,6	0,9	16,2	17,8
Conta-própria/ Self-employed	21,7	22,7	25,3	27,0	16,0	16,0
Empregador/ Employer	3,7	4,0	5,0	5,3	1,5	2,1
Não-remunerado/ Unpaid worker	10,5	9,0	8,5	7,2	13,6	11,8
Trabalhador na produção para o próprio consumo/ Worker in production for own consumption	4,9	4,3	1,8	1,6	9,9	8,4
Trabalhador na construção para o próprio uso/ Worker in construction for own use	0,2	0,3	0,3	0,4	0,1	0,1
Sem declaração/ Not reported	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ramos de atividade do trabalho principal/ Activity group of primary job	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricola/ Agriculture	28,3	24,2	30,6	26,8	24,7	20,2
Indústria de transformação/ Manufacturing	12,8	12,3	15,2	14,5	9,1	8,8
Indústria da construção/ Construction	6,2	6,6	9,8	10,7	0,5	0,3
Outras atividades industriais/ Other industrial activities	1,4	1,1	1,9	1,6	0,6	0,4
Comércio de mercadorias/ Trade	12,1	13,3	12,5	13,4	11,5	13,2
Prestação de serviços/ Services	17,7	19,4	10,9	12,4	28,4	30,2

Tabela 7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo, com indicação de algumas características - 1992/1997 Table 7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and

over, by sex and some characteristics - 1992/1997 (conclusão/concluded)

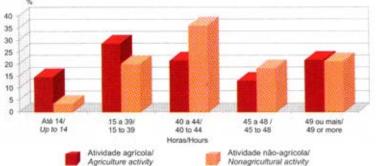
				(00	i lola 3a07 cc	11010000
Características/	Total/	Total	Homens	l Male	Mulheres/ Female	
Characteristics	1992	1997	1992	1997	1992	1997
Ramos de atividade do trabalho principal/ Activity group of primary job						
Serviços auxiliares da atividade econômica/ Auxiliary services of economic activity	2,9	3,6	3,2	3,8	2,5	3,2
Transporte e comunicação/ Transportation and communication	3,5	4,0	5,2	6,0	0,8	0,9
Social/ Social	8,4	9,1	3,4	3,9	16,2	17,2
Administração pública/ Public administration	4,6	4,5	5,1	5,0	3,7	3,9
Outras atividades/ Other activities	2,2	1,8	2,3	1,9	2,0	1,7
Contribuição para instituto de previ- dência no trabalho principal/ Contribution to social security fund in primary job	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribuintes/ Participants	43,3	43,6	46,0	44,8	39,1	41,6
Não-contribuintes/ Nonparticipants	56,6	56,4	5,9	55,2	60,9	58,4
Sem declaração/ Not reported	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuição para previdência privadal Contribution to private security fund	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribuintes/ Participants	2,9	2,6	3,2	2,8	2,4	2,2
Não-contribuintes/ Nonparticipants	97,1	97,4	96,8	97,2	97,6	97,8
Sem declaração/ Not reported	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes/Sources: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.15. v. 15, n. 1, 1997; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v. 19, n. 1, 1998.

Nota: Exclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá./ Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 7.1 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por horas semanais trabalhadas no trabalho principal - 1997

Graph 7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, during the reference week, by number of weekly hours in primary job - 1997

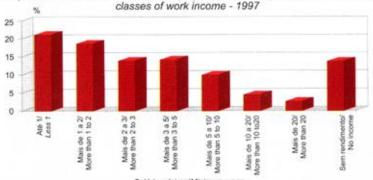


Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicillos 1997. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v. 19, n.1, 1998.

Nota: Exclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Para e Amapá./ Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Para and Amapá.

Gráfico 7.2 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por classes de rendimento de trabalho - 1997

Graph 7.2 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by



Salário mínimo/Minimum wage

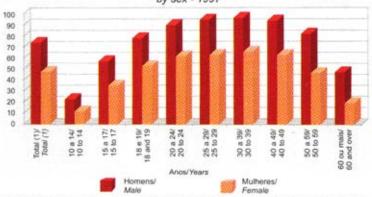
Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997; Brasil, Rio de Janeiro : IBGE, v.19, n. 1, 1998.

Nota: Exclui as pessoas da zona rural de Rôndonia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá./ Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

 Inclusive as pessoas que receberam somente em beneficios. I (1) Includes persons who received only benefits.

Gráfico 7.3 - Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo - 1997

Graph 7.3 - Labor force participation rate of persons 10 years old and over, by sex - 1997



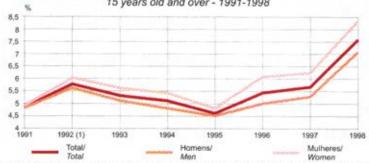
Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicilios 1997. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v. 19, n. 1, 1998.

Nota: Exclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá./ Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Inclui as pessoas com idade ignorada. I (1) Includes persons of age unknown.

Gráfico 7.4 - Taxa de desemprego aberto das pessoas de 15 anos ou mais de idade - 1991-1998

Graph 7.4 - Open unemployment rate of persons 15 years old and over - 1991-1998



Fonte/Source: Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego 1991-1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-1999.

Notas: 1. Média anual.

- Média das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre./ Notes: 1. Annual everage.
 - Mean of Metropolitan Areas of Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo and Porto Alegra.

Exclui os meses de junho e julho. / (1) Excludes the months of June and July.

Gráfico 7.5 - Indicadores de condição de atividade das pessoas de 15 anos ou mais de idade - 1991-1998

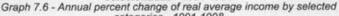
Graph 7.5 - Employment indicators of persons 15 years old and over - 1991-1998 62 61 60 59 58 57 56 55 54 53 1991 1992 (1) 1994 1995 1996 1997 1998

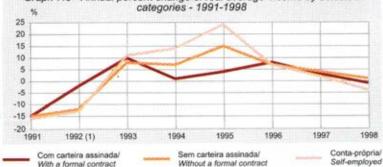
Rate of persons in labor force Rate of persons employed Fonte/Source: Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego 1991-1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-1998.

Taxa de ocupação/

Nota: Média das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. / Note: Mean of Metropolitan Areas of Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo and Porto Alegre. (1) Exclui os meses de junho e julho. / 1) Excludes the months of June and July.

Gráfico 7.6 - Variação anual do rendimento médio real de categorias selecionadas - 1991-1998





Fonte/Source: Indicadores IBGE; pesquisa mensal de emprego 1991-1998. Rio de Janeiro; IBGE, 1992-1999.

Notas: 1. Rendimento deflacionado pelo INPC.

Taxa de atividade/

- 2. Base: ano anterior.
- Média das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

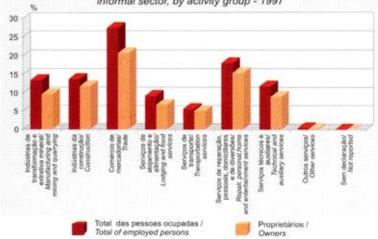
Notes: 1. Income deflated by INPC.

- 2. Base: previous year.
- Mean of Metropolitan Areas of Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo and Porto Alegre.

(1) Exclui os meses de junho e julho. / (1) Excludes the months of June and July.

Gráfico 7.7 - Distribuição das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por grupos de atividade - 1997

Graph 7.7 - Percent distribution of employed persons in companies of the informal sector, by activity group - 1997



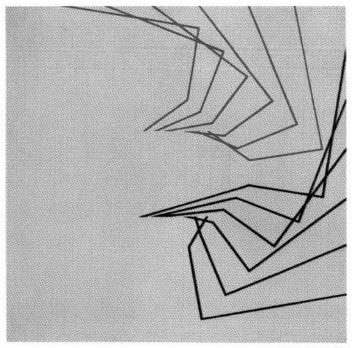
Fonte/Source: Economia informal urbana 1997. Rio de Janeiro : IBGE, 1999. v. 1 : Brasil e grandes regiões.

Tabela 7.2 - Taxas de desemprego, por países selecionados - 1995-1997 Table 7.2 - Unemployment rates, by selected countries - 1995-1997

Paises selecionados/ Selected countries	1995	1996	1997
Alemanha/Germany	12,9	8,8	9.8
Argentina/Argentina	15,9	16,3	-
Brasil/Brazil	6,1	6.9	7,8
Canadá/Canada	9,5	9,7	9.2
Chile/Chile	4,7	5.4	5.3
Estados Unidos/United States	5,6	5,4	4,9
França/France	11,6	12,1	12,3
Itália/Italy	12,0	12,1	12.3
Japão/Japan	3.2	3.4	3,4
Paraguai/Paraguay	***	8,2	
Reino Unido/United Kingdom	8.3	7.6	5.7
Uruguai/Uruguay	10,2		

Fontes/Sources: Yearbook of labour statistics 1998. Genève: International Labour Office, p. 465-466, 468-469. 474-476, 480, 1998; Pesquisa nacional por amostra de domicilios: síntese de indicadores 1997. Río de Janeiro: IBGE, 1998, p. 80.

Participação Política



Idéia visível, 1957 Waldemar Cordeiro

Political Participation

Participação Política

O Brasil passou por um impressionante processo de crescimento do seu eleitorado desde a década de 40. Em 1945, 7,5 milhões (16% da população) estavam aptos para votar; nas eleições de 1998, o número de eleitores inscritos saltou para 106,1 milhões (66% da população). Atualmente, o País tem o quarto maior eleitorado do mundo, ficando atrás apenas da Índia, dos Estados Unidos e da Rússia.

A comparação do número de eleitores que, compareceram para votar com o total da população, revela que nas quatro eleições para a Câmara dos Deputados (1986, 1990, 1994 e 1998) cerca de 50% da população compareceu às urnas. Dito de outra maneira: de cada dois habitantes, um vota com freqüência. Uma nota destoante refere-se ao alto número de votos inválidos (em branco e nulos) nas eleições brasileiras, um dos mais altos do mundo. Nas eleições de 1998, o percentual de votos em branco e nulos foi de 20% (Câmara dos Deputados) e de 17,5% (Assembléias Legislativas).

A experiência da democracia brasileira pós-1985 foi marcada pela freqüência das eleições e pelo grande número de partidos presentes nas disputas. Por quatro vezes (1986, 1990, 1994 e 1998) os eleitores foram convidados a escolher deputados federais, deputados estaduais, senadores e governadores, por quatro vezes escolheram novos prefeitos e vereadores (1985, 1988, 1992 e 1996) e por três vezes (1989, 1994 e 1998) escolheram um novo presidente. Os eleitores foram convidados, ainda, para decidir em plebiscito (1993) acerca do regime e do sistema de governo para o País. Em apenas 13 anos (1985-98) os eleitores compareceram às urnas 10 vezes.

Nas eleições do período, 76 diferentes partidos apresentaram candidatos; desses, 23 conseguiram eleger pelo menos um deputado federal. A partir dos resultados das eleições de 1998, porém, pode-se observar que o quadro partidário brasileiro organiza-se em torno de um número menor de partidos (PPB, PFL, PTB, PMDB, PSDB, PDT, PT e PSB), pelos quais se elegeram os governadores de estado, os senadores, o presidente e mais de 90% dos deputados eleitos.

Jairo Marconi Nicolau
Professor do Instituto Universitário de Pesauisas do Rio de Janeiro-JUPERJ

Political Participation:

Brazil has undergone an amazing process of growth in its electorate since the forties. In 1945, 7.5 million electors (16% of the population) were qualified to vote; in the 1998 elections the number of registered voters leaped to 106.1 million (66% of the population). Currently the country has the world's fourth largest electorate, behind only those of India, the United States and Russia.

The comparison between the number of electors who showed up to vote with the total population reveals that, in the four elections for the Chamber of Deputies (1986, 1990, 1994 and 1998), about 50% of the population cast their ballots. Otherwise said, of every two inhabitants, one votes regularly. A discordant note refers to the large number of invalid voting tickets (blank and void) in Brazilian elections, one of the highest in the world. In the 1998 elections, the percentage of blank and void voting tickets was 20% (Chamber of Deputies) and 17.5% (State Legislatures).

The experience of the Brazilian democracy post-1985 has been characterized by the repeated number of elections and by the large number of political parties disputing the votes. Four times (1986, 1990, 1994 and 1998), electors have been summoned to choose federal and state deputies, senators and governors, four times they had to select new mayors and councilmen (1985, 1988, 1992 and 1996), and three times (1989, 1994 and 1998) they elected a new president. Moreover, voters have been requested to decide by means of a plebiscite (1993) about the country's regime and system of government. In just 13 years (1985-1998), electors had to cast their ballots 10 times.

At those elections, 76 different political parties presented candidates and 23 parties managed to elect at least one federal deputy. From the results of the 1998 elections, however, we may observe that the Brazilian party structure is organizing itself around a smaller number of parties (PPB, PFL, PTB, PMDB, PSDB, PDT and PSB), those that elected the state governors, senators, the president and over 90% of the chosen deputies.

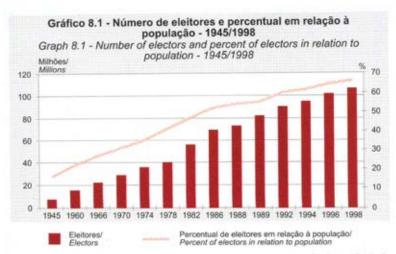
Jairo Marconi Nicolau

Tabela 8.1 - Evolução do eleitorado - 1996/1998

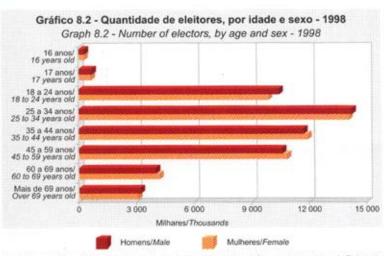
Table 8.1 - Electorate evolution - 1996/1998

·Unidades da Federação/	Eleitores / E	Eleitores / Electors			
Federative Units	Em 1996/ In 1996	Em 1998/ In 1998	Percent change (%)		
Brasil/Brazil	101 287 055	106 101 067	4,76		
Rondônia	775 054	836 179	7,89		
Acre	287 786	318 955	10,83		
Amazonas	1 231 081	1 368 084	11,13		
Roraima	140 504	170 620	21,43		
Pará	3 031 696	3 220 778	6,24		
Amapá	173 884	213 289	22,66		
Tocantins	666 540	624 344	-6,33		
Maranhão	2 782 116	2 987 233	7,37		
Piauí	1 787 411	1 781 150	-0,35		
Ceará	4 338 238	4 301 930	-0,84		
Rio Grande do Norte	1 630 817	1 728 975	6,02		
Paraíba	2 217 296	2 223 259	0,27		
Pernambuco	4 851 695	5 119 100	5,51		
Alagoas	1 268 884	1 383 600	9,04		
Sergipe	1 028 501	1 081 138	5,12		
Bahia	7 635 218	7 932 228	3,89		
Minas Gerais	11 241 173	11 815 183	5,11		
Espírito Santo	1 901 771	1 916 884	0,79		
Rio de Janeiro	9 676 329	9 971 830	3,05		
São Paulo	22 100 788	23 321 034	5,52		
Paraná	6 078 799	6 384 210	5,02		
Santa Catarina	3 353 065	3 516 811	4,88		
Rio Grande do Sul	6 594,884	6 846 077	., 3,81		
Mato Grosso do Sul	1 186 962	1 256 907	5,89		
Mato Grosso	1 430 695	1 516 451	5,99		
Goiás	2 758 422	2 948 932	6,91		
Distrito Federal/Federal District	1 077 686	1 267 925	17,65		
Exterior/ Abroad	39 760	47 961	20,63		

Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.



Fontes/Sources: Kinzo, Maria D'Alva G. Radiografia do quadro partidário brasileiro, São Paulo: Fundação Konrad - Adenaeur - Stifung, 1993. p. 12; Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.



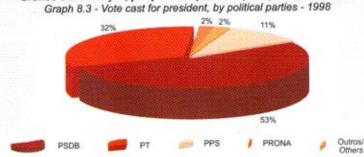
Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado. Nota: Exclui sexo não informado./ Note: Excludes sex not informed.

Tabela 8.2 - Resultados da apuração para presidente - 1998 Table 8.2 - Vote cast for president - 1998

Unidades da Federação/ Federative Units	Votos válidos/ Valid votes	Abstenções/ Abstentions	Votantes/ Voters	Votos brancos/ Blank votes	Votos nulos/ Void votes
			(%)		
Rondônia	0,46	0,24	0,55	0,04	0,05
Acre	0,18	0,07	0,23	0,02	0,03
Amazonas	0,78	0,38	0,91	0,05	0,09
Roraima	0,11	0,03	0,13	0,00	0,01
Pará	1,69	1,01	2,02	0,14	0,19
Amapá	0,15	0,03	0,17	0,00	0,02
Tocantins	0,38	0,12	0,47	0,04	0,05
Maranhão	1,43	0,87	1,94	0,27	0,25
Piauí	0,95	0,41	1,27	0,18	0,15
Ceará	2,50	0,94	3,11	0,26	0,35
Rio Grande do Norte	0,98	0,31	1,32	0,19	0,15
Paraíba	1,13	0,52	1,58	0,21	0,24
Pernambuco	2,70	1,23	3,59	0,39	0,51
Alagoas	0,68	0,37	0,94	0,06	0,20
Sergipe	0,59	0,22	0,80	0,11	0,10
Bahia	3,66	2,38	5,10	0,72	0,71
Minas Gerais	7,15	2,21	8,92	0,84	0,93
Espírito Santo	1,19	0,39	1,41	0,10	0,13
Rio de Janeiro	6,35	1,90	7,50	0,25	0,90
São Paulo	15,32	3,63	18,35	1,16	1,87
Paraná	3,97	1,27	4,75	0,34	0,44
Santa Catarina	2,39	0,54	2,77	0,18	0,20
Rio Grande do Sul	4,73	0,96	5,49	0,38	0,38
Mato Grosso do Sul	0,80	0,24	0,94	0,05	80,0
Mato Grosso	0,86	0,41	1,01	80,0	80,0
Goiás	1,78	0,57	2,21	0,22	0,20
Distrito Federal/Federal District	0,91	0,19	1,01	0,02	0,08
Exterior/Abroad	0,02	0,02	0,02	0,00	0,00

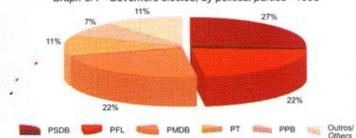
Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.

Gráfico 8.3 - Votação, por partidos políticos para presidente - 1998



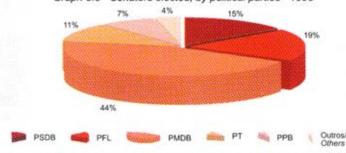
Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.

Gráfico 8.4 - Governadores eleitos, por partido político - 1998 Graph 8.4 - Governors elected, by political parties - 1998



Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.

Gráfico 8.5 - Senadores eleitos, por partido político - 1998 Graph 8.5 - Senators elected, by polítical parties - 1998



Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.

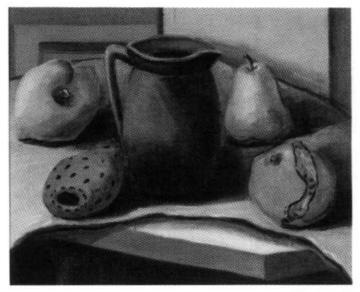
Quadro 8.1 - Partidos políticos com votação -1998

Figure 8.1 - Political parties with votes - 1998

PAN .	Partido dos Aposentados da Nação	
PC do B	Partido Comunista do Brasil	
PCB	Partido Comunista Brasileiro	
PCO	Partido da Causa Operária	
PDT	Partido Democrático Trabalhista	
PFL	Partido da Frente Liberal	
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores	
PL	Partido Liberal	
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	
PMN	Partido da Mobilização Nacional	
PPB	Partido Progressista Brasileiro	
PPS	Partido Popular Socialista	
PRN	Partido da Reconstrução Nacional	
PRONA	Partido Reedificação da Ordem Nacional	
PRP	Partido Republicano Progressista	
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	
PSB	Partido Socialista Brasileiro	
PSC	Partido Social Cristão	
PSD	Partido Social Democrático	
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	
PSCD	Partido Social Democrata Cristão	
PSL	Partido Social Líberal	
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados	
PT	Partido dos Trabalhadores	
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	
PTN	Partido Trabalhista Nacional	
PV	Partido Verde	

Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.

Preços



Natureza morta Arnaldo Ferrari

Prices

A redução da taxa de inflação vem se constituindo, com a implantação do Plano Real, no resultado mais marcante da evolução recente da economia brasileira. Desde a década de 50 até 1993, com breves períodos de interrupção, tais índices cresceram em ritmo cada vez mais intenso, culminando no qüinqüênio 1989-1993 com taxas de variação do INPC-IBGE superiores a 1000%, excetuando-se o ano de 1991, tendo atingido o recorde de 2489,11% em 1993. A partir de meados de 1994, as taxas mensais de inflação mantiveram tendência de queda, comportamento que se refletiu nos índices anuais. De fato, o INPC que havia acumulado variação de 929,32 pontos percentuais em 1994, recuou para 21,98% no ano seguinte, 9,12% em 1996, 4,34% em 1997 e 2,49% em 1998.

Pela primeira vez, desde o final da década de 40, a inflação brasileira voltou a se aproximar, por dois anos consecutivos (1997 e 1998), das taxas observadas em países de economia estável. Este desempenho assume maior expressão quando se considera o fato de que praticamente todos os preços ao consumidor são estabelecidos livremente, sem interferência direta de órgãos governamentais.

Os índices mensais têm sua tendência determinada por variáveis macroeconômicas fundamentais, como: estrutura de taxas de juros, condições de crédito, taxa de câmbio e contas públicas. As variações relativamente a essa tendência são associadas a fatores sazonais, reajustes de tarifas públicas e perturbações não previsíveis — os choques de oferta — que afetam com maior freqüência os produtos alimentícios. Nesse sentido, a série de variações mensais do INPC, referente a 1998, mostra a ocorrência de taxas bem mais elevadas nos meses do primeiro semestre do ano quando comparadas as do segundo semestre, em que ocorreu deflação, refletindo a manutenção ao longo do ano de uma política monetária restritiva. Nota-se que os preços dos produtos alimentícios subiram bem mais no primeiro semestre que no segundo, devido à quebra de safra de alguns produtos básicos, enquanto os produtos não-alimentícios, menos sujeitos a choques de oferta, mantiveram tendência de queda nas taxas até o mês de novembro. Dezembro, por sua

vez, já refletiu o impacto de uma série de medidas fiscais e monetárias, adotadas no âmbito do acordo recém-firmado com o FMI.

Quando se analisa o comportamento dos componentes do INPC, constata-se que saúde e cuidados pessoais, e transportes, foram, em 1998, os grupos que mais pressionaram o nível de preços. No entanto, enquanto no primeiro caso a pressão se distribuiu com mais uniformidade; no segundo se concentrou em alguns meses em que ocorreram reajustes de preços nos transportes coletivos ou nos combustíveis. Observa-se, em contrapartida, que artigos de residência e vestuário encerraram o ano com deflação.

Os preços de materiais e mão-de-obra empregados na indústria de construção civil acompanharam a tendência dos preços dos artigos de consumo. Para uma variação acumulada, em 1998, de 1,56% nos custos mensais da construção civil, o custo da mão-de-obra subiu 4,20%, enquanto o dos materiais caiu 0.07%.

Heron Carlos Esvael do Carmo Professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - USP Reduction of the inflation rate represents, with the implementation of the Real Plan, the most remarkable result of the Brazilian economy recent evolution. Since the fifties until 1993, with brief periods of interruption, such indexes increased at a quicker and quicker pace, culminating at the 1989-1993 period, when INPC-IBGE registered change rates over 1,000%, excepting the year 1991, and having reached the record of 2,489.11% in 1993. After mid-1994, monthly inflation rates maintained their trend of fall, a behavior reflected in annual indexes. In fact, INPC, which had accumulated a change of 929.32 percentage points in 1994, dropped to 21.98% the following year, 9.12% in 1996, 4.34% in 1997 and 2.49% in 1998.

For the first time, since the end of the forties, Brazilian inflation, during two consecutive years, approached the rates observed in countries with a stable economy. Such performance has even more significance when one considers the fact that virtually all consumer prices are freely determined, without direct interference from governmental agencies.

Monthly indexes have their trend determined by fundamental macroeconomic variables such as: interest rates structure, credit conditions, exchange rate and public accounts. Changes relative to this trend are associated to seasonal factors, public utilities price raises and unpredictable disturbances - the offer shocks - which affect more frequently food products. In this sense, INPC series of monthly changes, referring to 1998, show the occurrence of much higher rates during the months of the year's first half when compared with those of the second half, when there was deflation, reflecting the continuance of a restrictive monetary policy during the course of the year. We observe that food products prices increased a lot more during the year's first half than in the second, due to crop failure of some staple products, while nonfood products, less subjected to offer shocks, kept their trend of fall in the rates until November. December, however, reflected the impact of a series of fiscal and monetary decisions adopted in the context of the newly signed agreement with the IMF.

When we analyze the behavior of INPC components, we confirm that health and personal care, and transport, in 1998, have been the

groups with the greatest impact on prices. However, while in the first case pressure was distributed more uniformly, in the second it was concentrated in months when price raises occurred in public transports or fuels. We observe, on the other hand, that household furnishings and apparel closed the year with deflation.

Prices of materials and labor used in the construction industry followed the trend of consumer goods prices. In 1998, for an accumulated change of 1.56% in monthly costs of construction, the cost of labor increased 4.20%, while those of materials fell 0.07%.

Heron Carlos Esvael do Carmo Professor, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo - USP

Tabela 9.1 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1998 Table 9.1 - National Consumer Price Index - INPC - 1998

(continua/continues)

	Variação mensal, por grupos de produtos (%)/ Monthly change by groups of products (%)				
Mês/ Month	INPC/ INPC	Alimentação e bebidas/ Food and beverages	Habitação/ Housing	Artigos de residência/ Household furnishings	
Janeiro/January	0,85	1,61	0,30	0,47	
Fevereiro/February	0,54	0,76	0,23	0,49	
Março/March	0,49	1,01	0,39	1,38	
Abril/April	0,45	0,98	0,48	0,01	
Maio/ <i>May</i>	0,72	2,11	0,19	0,09	
Junho/ <i>June</i>	0,15	0,31	0,17	0,33	
Julho/ <i>July</i>	(-) 0,28	(-) 1,18	0,14	(-) 0,54	
Agosto/August	(-) 0,49	(-) 1,44	0,09	(-) 0,31	
Setembro/September	(-) 0,31	(-) 0,79	0,11	(-) 0,53	
Outubro/October	0,11	0,14	0,01	(-) 0,15	
Novembro/November	(-) 0,18	(-) 0,63	(-) 0,21	(-) 0,55	
Dezembro/December	0,42	0,24	0,60	(-) 0,87	
Acumulado no anol Accumulated in the year	2,49	3,10	2,53	(-) 0,20	

Tabela 9.1 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1998

Table 9.1 - National Consumer Price Index - INPC - 1998

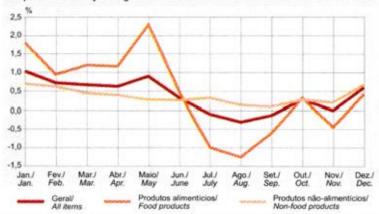
(conclusão/concluded)

	Variação mensal, por grupos de produtos (%)/ Monthly change by groups of products (%)			
Mês/ Month	Vestuário/ Apparel	Transporte e Comunicação/ Transportation and Communication	Saúde e Cuidados pessoais/ Health and personal care	Despesas pessoais/ Personal expenses
Janeiro/January	(-) 0,68	0,45	0,69	1,80
Fevereiro/February	(-) 0,56	1,19	0,47	0.70
Março/ <i>March</i>	(-) 0,68	0,05	0,57	0,10
Abril/ <i>April</i>	(-) 0,22	0,12	0,56	0,02
Maio/May	0,53	0,16	0,64	(-) 0,89
Junho/ <i>June</i>	0,31	0,03	0,18	(-) 0,42
Julho/ <i>July</i>	(-)-0,14	0,43	0,58	0,11
Agosto/August	(-) 0,77	(-) 0,15	0,31	0,22
Setembro/September	(-) 0,07	(-) 0,05	0,29	(-) 0,50
Outubro/October	0,73	(-) 0,09	0,24	(-) 0,01
Novembro/November	0,15	0,17	0,32	0,33
Dezembro/December	0,29	1,65	0,61	(-) 0,08
Acumulado no ano/ Accumulated in the year	(-) 1,12	4,02	5,60	1,36

Fonte/Source: Indicadores IBGE [online]: Sistema nacional de indices de preços ao consumidor: INPC-IPCA 1998. Río de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível: ftp://ftp.ibge.gov.br [capturado em ago. 1999].

Gráfico 9.1 - Variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1998

Graph 9.1 - Monthly change of the National Consumer Price Index - INPC - 1998



Fonte/Source: Indicadores IBGE [online]: Sistema nacional de indices de preços ao consumidor: INPC-IPCA 1998. Río de Janeiro: IBGE, 1999. Disponívei: ftp://ftp.ibge.gov.br [capturado em ago. 1999].

Tabela 9.2 - Variação acumulada no ano do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1989-1998

Table 9.2 - Accumulated annual change of the National Consumer
Price Index - INPC - 1989-1998

	Ano/ Year	Variação acumulada no ano/ Accumulated annual change	Ano/ Year	Variação acumulada no ano! Accumulated annual change
1989		1 863,56	1994	929,32
1990		1 585,18	1995	21,98
1991		475,10	1996	9,12
1992		1 149,06	1997	4,34
1993		2 489,11	1998	2,49

Fontes/Sources: Indicadores IBGE, Rio de Janeiro: IBGE, v. 7-9, 1988-1990; Indicadores IBGE: Indices de preços ao consumidor: 1991-1992. Rio de Janeiro: IBGE, 1991-1993; Indicadores IBGE: Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA 1993-1995. Rio de Janeiro: IBGE, v. [1-3], 1994-1998; Indicadores IBGE [online]: Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA 1996-1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1997-1999. Disponível: ftp://ftp.i/gp.gov.br [capturado em ago, 1999].

Tabela 9.3 - Variação mensal de custos de material e mão-de-obra para a construção civil - 1998

Table 9.3 - Monthly change of material and labor costs in construction - 1998

Mês/ Month	Total/ Total	Material/ Material	Mão-de-obra/ Labor
Janeiro/ <i>January</i>	(-) 0,11	(-) 0,32	0,22
Fevereiro/February	(-) 0,01	(-) 0,13	0,18
Março/March	0,16	(-) 0,27	0,85
Abril/April	0,51	0,79	0,05
Maio/May	0,53	0,27	0,93
Junho/June	0,11	(-) 0,01	0,31
Julho/ <i>Jul</i> y	0,25	0,00	0,65
Agosto/August	0,01	(-) 0,12	0,21
Setembro/September	(-) 0,05	(-) 0,20	0,17
Outubro/October	0,14	0,19	0,05
Novembro/November	(-) 0,14	(-) 0,19	(-) 0,07
Dezembro/December	0,17	(-) 0,08	0,56
Acumulado no ano /Accumulated in the year	1,56	(-) 0,07	4,20

Fonte/Source: Indicadores IBGE [online]: Sistema nacional de pesquisa de custos e indices da construção civil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível: ftp://ftp.ibge.gov.br [capturado em ago, 1999].

Tabela 9.4 - Custo médio do metro quadrado na construção civil - Dez. 1998

Table 9.4 - Average cost per square meter of construction - Dec. 1998

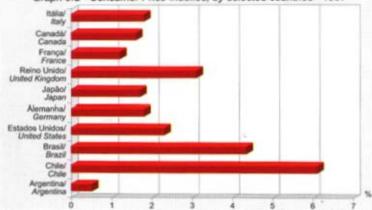
Grandes Regiões/ Major Regions	Custo (R\$/m²)/Cost (R\$/m²)	
Brasil <i>/Brazil</i>	347,15	
Norte/North	385,01	
Nordeste/Northeast	317,15	
Sudeste/Southeast	359,00	
Sul/South	358,48	
Centro-Oeste/Central West	329,59	

Fonte/Source: Indicadores IBGE [online] : Sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil 1998. Rio de Janeiro : IBGE, 1999. Disponível: ftp://ftp.ibge.gov.br [capturado em ago. 1999].



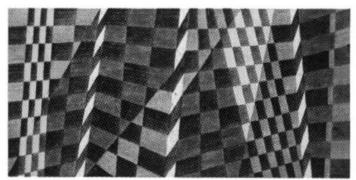
Gráfico 9.2 - Índices de Preços ao Consumidor, por países selecionados - 1997

Graph 9.2 - Consumer Price Indexes, by selected countries - 1997



Fontes/Sources: Indicadores da economia mundial 1998, Brasilia : Ministério do Orçamento e Gestão, n. 9, p. 43, 75, [1999].

Contas Nacionais



Composição 1976, 1976 Alfredo Volpi

National Accounts

Contas Nacionais

As Contas Nacionais visam a estimar o Produto Interno Bruto – PIB –, a renda, o dispêndio e outras variáveis ligadas ao lado "real" da economia durante um certo período de tempo (usualmente um ano). As Contas Nacionais foram construídas inicialmente sob forte inspiração da escola keynesiana de pensamento econômico, resultando daí sua preocupação com a questão da demanda agregada e a consolidação de outros valores para a economia como um todo. Posteriormente, as Contas Nacionais foram integradas com modelos de relações intersetoriais (ou de insumo-produto), permitindo a desagregação dessas informações em setores e categorias de agentes. O novo Sistema de Contas Nacionais do IBGE acompanhou essa evolução, permitindo a apresentação das principais variáveis para 42 setores e 80 produtos.

As tabelas apresentadas neste capítulo sintetizam parte dessas informações, porém dados mais desagregados estão disponíveis pelo novo sistema. A Tabela 10.1 mostra os principais agregados macroeconômicos em valores nominais, ou seja, sem desconsiderar o efeito da inflação. As taxas de crescimento real (após descontar a inflação) são apresentadas no Gráfico 10.1, inclusive para os grandes setores da economia (agricultura, indústria e serviços). A Tabela 10.2 apresenta o percentual que cada um desses grandes setores representa na geração de valor adicionado total. A Tabela 10.3 decompõe o PIB em categorias de dispêndio final agregado (consumo final, formação bruta de capital fixo e saldo da balança comercial), e o Gráfico 10.2 mostra a apropriação da renda de acordo com as categorias funcionais. Por fim, a Tabela 10.4 apresenta alguns dos principais indicadores de desempenho da economia (taxa de investimento, carga tributária e grau de abertura da economia).

A análise dos dados apresentados permite algumas conclusões importantes:

- 1- Crescimento econômico anual foi negativo em 1998, principalmente no setor industrial (que apresentou retração de 1,3% em relação a 1997). Apenas o setor de serviços apresentou variação positiva.
- 2- Declínio da atividade econômica em 1998 é ainda mais forte caso o crescimento demográfico seja considerado: a taxa de variação real do PIB per capita foi -1,5% em comparação ao ano anterior.

- 3- Agravou-se ainda mais a concentração funcional da renda, tendência consistentemente observada em todos os anos a partir de 1994. A parcela da renda apropriada pelos assalariados em 1998 foi reduzida para apenas 36% da renda total (contra 45% em 1993), enquanto que o excedente operacional bruto, que inclui as rendas de propriedade juros, lucros, aluguéis, etc. –, subiu para 44% (em 1993 o excedente representava 35% da renda total). Os rendimentos de autônomos permaneceram estáveis (6%), e a arrecadação líquida dos impostos sobre a produção reduziu-se para 14% da renda total.
- 4- No período 1996/1998 percebe-se um aumento das remessas de propriedade para o exterior, resultando no aumento da diferença entre o PIB e a renda nacional bruta.
- 5- A taxa de investimento (formação bruta de capital fixo/PIB) permaneceu praticamente estável no período 1996/1998, entre 19,2% e 19,9% do PIB.
- 6- A carga tributária também não apresentou variação significativa, mantendo-se entre 28,6 e 28,9% do PIB.
- 7- Os coeficientes de abertura (exportações + importações/PIB) alcançaram o patamar de 17,5% em 1997/1998, crescendo em relação a 1996, mas ainda abaixo do valor máximo observado na década (19,7%, em 1993). As importações continuaram crescendo acima das exportações, embora apenas marginalmente em 1998, e o déficit da balança comercial passou de 1,9% em 1996 para 2,7% do PIB em 1998. Esse dado, combinado com o já referido aumento de remessas de propriedade para o exterior, levou ao aumento da necessidade de financiamento externo de 3,1% em 1996 para 5,0% do PIB em 1998

Carlos Eduardo Frickmann Young Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ The purpose of the National Accounts is to estimate the gross domestic product (GDP), the income, the expenditure and other variables linked to the "real" side of the economy during a certain period of time (usually one year). The National Accounts have been initially built under the strong inspiration of the Keynesian school of economic thought, from which resulted their preoccupation with the question of aggregated demand and consolidation of gold values for the economy as a whole. Some time later the national accounts were interconnected with input-output tables, allowing the information to be broken down into sectors and categories of agents. IBGE new System of National Accounts followed that evolution, allowing the presentation of the main variables for 42 sectors and 80 products.

The tables displayed in this section summarize some of this information, but data divided into smaller parts are available through the new system. Table 10.1 shows the main macroeconomic aggregates in nominal values, that is, considering the effect of inflation. The rates of real growth (after discounting the inflation) are presented in graph 10.1, also for the large sectors of the economy (agriculture, manufacturing, mining and quarrying, and services). Table 10.2 presents the percentage each, among these large sectors, amounts to in the generation of the total value added. Table 10.3 decomposes the GDP into categories of final aggregated expenditure (final consumption, gross fixed capital formation and trade balance), and graph 10.2 shows the allocation of income according to functional categories. Lastly, table 10.4 presents some economic performance indicators (investment rate, tax burden and degree of opening in the economy).

Analysis of data presented bears some important inferences:

- 1- The annual economic growth was negative in 1998, particularly in manufacturing, mining and quarrying (which presented retraction of 1.3% by comparison with 1997). The services sector was the only one exhibiting positive change.
- 2- The decline of the economic activity in 1998 is even stronger if the demographic growth is taken into account: the rate of real change of the GDP per capita was –1.5% by comparison with the previous year.

- 3- The functional concentration of income became even worse, this trend being consistently observed every year from 1994 on. The income share appropriated by salaried workers in 1998 has been reduced to only 36% of the total income (against 45% in 1993), while the gross operating surplus, which includes property income interest, profits, rents etc. increased to 44% (in 1993 the surplus represented 35% of the total income). The income of self-employed people continued stable (6%), and the net collection of production taxes declined to 14% of the total income.
- 4- During the 1996/1998 period we noticed an increase of property remittances abroad, resulting in expansion of the difference between the gross domestic product and the gross national income.
- 5- The investment rate (gross fixed capital formation/GDP) continued virtually stable in the 1996/1998 period, ranging between 19.2% and 19.9% of the GDP.
- 6- The tax burden also did not present a significant change, continuing between 28.6% and 28.9% of the GDP.
- 7- The coefficients of opening (exports + imports/GDP) reached the mark of 17.5% in 1997/1998, increasing by comparison with 1996 but still below the highest figure observed during the decade (19.7% in 1993). Imports continued to grow above exports, although only marginally in 1998, and the deficit of the trade balance went up from 1.9% of the GDP, in 1996, to 2.7% in 1998. This rate, together with the already mentioned increase of property remittances abroad, caused the increase of the need for foreign funding, from 3.1% of the GDP, in 1996, to 5.0% in 1998.

Carlos Eduardo Frickmann Young Professor, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Tabela 10.1 - Principais agregados macroeconômicos - 1996-1998

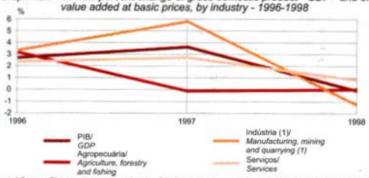
Table 10.1 - Main macroeconomic aggregates - 1996-1998

Principais agregados/	Valor (1 000 R\$)/ Value (1,000 R\$)				
Main aggregates	1996	1997	1998		
Produto interno bruto/ Gross domestic product	778 886 727	864 111 026	899 814 132		
Renda nacional bruta/ Gross national income	766 658 966	847 000 774	877 451 959		
Renda disponível bruta (1)/ Gross disposable income (1)	769 257 216	849 023 710	879 211 396		
Poupança bruta (1)/ Gross saving (1)	138 443 512	149 671 449	146 900 105		
Capacidade (+) ou necessidade (-) de finan- ciamento/	(-) 24 509 968	(-) 37 883 110	(-) 44 573 739		
Net lending (+) or net borrowing (-)					
Produto interno bruto per capita/ Per capita gross domestic product	4,95	5,41	5.56		

Fonte/Source: Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Contas nacionais, n. 2).

(1)Inclui as transferências de capital por impossibilidade de identificá-las, até o momento. / (1)Includes capital transfers due to the impossibility of identifying them up to now.

Gráfico 10.1 - Variação anual do produto interno bruto - PIB - e do valor adicionado a preços básicos, por classes de atividade - 1996-1998 Graph 10.1 - Annual percent change of gross domestic product - GDP - and of



Fonte/ Source: Sistema de contas nacionais : Brasil : resultados preliminares 1998. Río de Janeiro : IBGE, 1999. (Contas nacionais, n. 2).

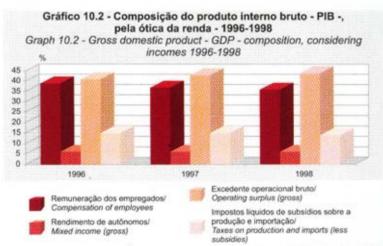
Inclui eletricidade, gás, água e construção. / (1) Includes electricity, gas, water and construction.

Tabela 10.2 - Participação percentual no valor adicionado a preços básicos, por classes de atividade - 1996-1998

Table 10.2 - Percent participation in the value added at basic prices, by industry - 1996-1998

Especificação/	Participação percentual (%)/ Percent participation (%)					
ltem	1996	1997	1998			
Classes de atividade/	105,33	105,13	105,17			
Industry						
Agropecuária/	8.32	7,87	8,42			
Agriculture, forestry and fishing						
Indústria (1)/	34,70	34,84	33,96			
Manufacturing, mining and quarrying (1)						
Serviços/	62,31	62,42	62,80			
Services						
Dummy financeiro/	(-) 5,33	(-) 5,13	(-) 5,17			
Financial Dummy						
Valor adicionado a preços básicos (1)/ Value added at basic prices (1)	100,00	100,00	100,00			

Fonte/Source: Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Contas nacionais, n. 2).



Fonte/Source: Sistema de contas nacionais : Brasil : resultados preliminares 1998. Rio de Janeiro : IBGE, 1999. (Contas nacionais, n. 2).

Tabela 10.3 - Composição do produto interno bruto - PIB sob a ótica da despesa - 1996-1998

Table 10.3 - Gross domestic product composition - GDP considering expenditures - 1996-1998

Composição/	Valor (1 000 R\$)/ Value (1,000 R\$)					
Composition	1996	1997	1998			
Produto interno bruto/ Gross domestic product	778 886 727	864 111 026	899 814 132			
Consumo final/ Final consumption	630 813 704	699 352 261	732 311 291			
Formação bruta de capital/ Gross capital formation	162 953 480	187 554 559	191 473 844			
Exportação de bens e serviços/ Exports of goods and services	54 430 127	65 490 952	66 862 010			
Importação de bens e serviços (-) Imports of goods and services (-)	69 310 584	88 286 746	90 833 013			

Fonte/Source: Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. Rio de Janeiro IBGE, 1999. (Contas nacionais, n. 2).

Tabela 10.4 - Principais relações macroeconômicas - 1996-1998

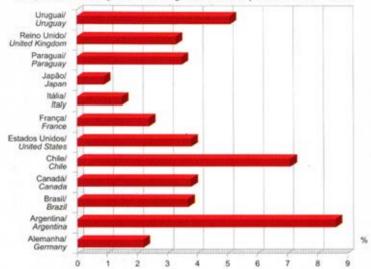
Table 10.4 - Main macroeconomic relationships - 1996-1998

Principais relações/	Em percentual/Percent					
Main relationships	1996	1997	1998			
Taxa de investimento/ Investment rate	19,26	19,93	19,92			
Carga tributária/ Tax burden	28,63	28,87	28,90			
Grau de abertura da economia/ Degree of opening of the economy	15,89	17,80	17,53			

Fonte/Source: Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. Rio de Janeiro IBGE, 1999. (Contas nacionais, n. 2).

Gráfico 10.3 - Taxa real de crescimento do produto interno bruto PIB - 1997

Graph 10.3 - Real growth rate of gross domestic product - GDP - 1997



Fontes/Sources: Indicadores da economia mundial 1998. Brasilia: Ministério do Orçamento e Gestão, n. 9, p. 27, [1999]; Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. (Contas nacionais, n. 1).

Agropecuária



Bananal, 1927 Lasar Segall

Agriculture

Agropectária

Um fato que marcou o ano de 1999, com respeito à agropecuária, foi, sem dúvida, o aumento de mais de 10% da produção total de grãos, que atingiu, assim, um novo recorde histórico.

Como mostra o Gráfico 11.1, a produção de grãos em 1998, frustrando expectativas iniciais, caiu em relação a 1997, devido ao conhecido fenômeno do El Niño. Este último foi responsável por quebras de safras que atingiram especialmente arroz, feijão e milho. A Região Nordeste foi particularmente atingida. As elevações de preços em 1998, que seguiram a essa quebra de safra, estimularam o plantio para a safra de 1998/99; além disso, as condições climáticas foram muito favoráveis no Centro-sul (exceto no caso do milho e da soja, no Rio Grande do Sul) e em algumas regiões do Nordeste.

Esse comportamento favorável da produção agrícola, em 1999, não poderia ter amortecido o impacto altista da desvalorização cambial de janeiro de 1999 sobre o custo da alimentação. O efeito da desvalorização cambial foi menor, também, devido à queda dos preços internacionais das commodities agrícolas.

É interessante, por outro lado, tecer algumas considerações sobre as perspectivas de plantio da próxima safra de verão (ano agrícola de 1999/2000).

A agricultura é reconhecida como um setor cuja produção responde muito a variações da taxa de cambio, devido à maior presença dos tradables, isto é, produtos cujos preços domésticos são muito afetados pelas variações da taxa de câmbio e dos preços internacionais. Deverse-ia esperar, portanto, um aumento do plantio no segundo semestre de 1999, com repercussão favorável sobre o nível de atividade da economia ainda em 1999.

Há temores, contudo, de que a queda dos preços internacionais das commodities, ao reduzir o efeito da variação cambial sobre os preços domésticos dos produtos agrícolas, possa limitar esse aumento de plantio, especialmente devido ao fato de que os preços domésticos de insumos básicos, como fertilizantes, defensivos, combustíveis e máquinas, acompanharam a desvalorização cambial, com a consequente deterioração dos termos de troca da agricultura.

Por outro lado, é possível que haja uma retração, em 1999, do crédito fornecido diretamente pelas tradings e empresas de insumos e máquinas, ou com sua interveniência. Como se sabe, esses financiamentos expandiram-se muito nos últimos anos, valendo-se de captações externas a taxas de juros internacionais, cujos níveis baixos (vis-à-vis os juros domésticos) foram certamente repassados, em alguma medida, aos agricultores brasileiros. Note-se que a busca de crédito alternativo dentro do sistema de crédito rural não é viável, já que este não conta com fontes de recursos.

Não resta dúvida, entretanto, de que, passada a fase atual de dificuldades, os termos de troca vão acabar alterando-se em favor da agricultura, gerando um novo ciclo de expansão do setor. Estaria superada, assim, a situação adversa que a agricultura teve de enfrentar em face do Plano Real, sobretudo devido à valorização cambial.

Gervásio Castro de Rezende Professor Titular da Universidade Federal Fluminense - UFF



The most striking fact occurred in 1999, with respect to agriculture, was, certainly, the more than 10% increase in total production of grains, that reached, in this way, a new historical record.

As it is shown in Graph 11.1, the 1998 production of grains, contrary to initial expectations, decreased in relation to 1997, due to the phenomenon of El Niño. The El Niño was responsible for harvest failures that hit specially rice, beans and corn. The Northeast was particularly affected, too. The price rise that occurred in 1998, due to these crop failures, stimulated the planting for the 1998/99 agricultural year; in addition to that, the climatic conditions were very favorable in the Center-South (except in the case of corn and soybeans, in the state of Rio Grande do Sul) and in some regions of the Northeast.

This favorable behavior of agricultural production in 1999 could not but have cushioned the impact of the exchange rate devaluation of early 1999 on the cost of living index. The effect of the devaluation of the *Real* was also small due to the fall of the international prices of agricultural commodities.

It is interesting, on the other hand, to draw attention to the perspectives of the next summer crops planting (agricultural year 1999/2000).

Agriculture is known to be a sector whose production is very sensitive to changes in the exchange rate, due to greater presence of the *tradables*, that is, goods whose domestic prices are closely related to changes in the exchange rate and in international prices. It should be expected, therefore, a rise in area planted in the second semester of 1999, with a favorable impact on the economy's level of activity.

There are concerns, however, that the fall of international commodity prices, by neutralizing to some extent the exchange rate devaluation's effect on domestic agricultural prices, may limit this rise in area planted. This may be specially the case also due to the fact the domestic prices of basic inputs, like fertilizers, defensives and fuel oil, have accompanied

the rise in the dollar and international oil prices. This has meant a deterioration in agricultural terms of trade.

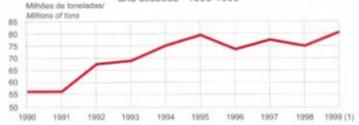
On the other hand, it is likely that there occurs a contraction, in the agricultural year 1999/2000, of credit directly provided by *tradings* and companies that sell inputs and machinery and process agricultural products, or with their intermediation. As it is known this kind of agricultural financing expanded rapidly in the last years, taking advantage of foreign borrowing at internacional interest rates, whose low levels (*vis-à-vis* domestic interest rates) certainly benefited, to some extent, Brazilian agricultural producers, too. It should be noted that the search of alternative financing within the official credit system is not viable, due to the lack of funds and considering that financing provided through foreign borrowing has reached 4 billion dollars, according to some estimates.

There is no doubt, however, that soon the terms of trade will turn again in favor of agriculture, leading to a new cycle of expansion. The current credit problems will be solved, too. In this way, it would be a thing of the past the adverse condition agriculture had to face during the *Real Plan*, specially due to the overvalued exchange rate.

Gervásio Castro de Rezende Professor, Universidade Federal Fluminense - UFF

Gráfico 11.1 - Evolução da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1990-1999

Graph 11.1 - Evolution of the production of cereals, legumes and oilseeds - 1990-1999



Fontes/Sources: Levantamento sistemático da produção agricola 1990-mar. 1999. Rio de Janeiro : IBGE, v. 2-11, 1990-1999.

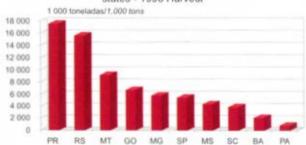
Nota: Compreende a produção de algodão arbôreo (em caroço), algodão herbáceo (em caroço), amendoim em casca, arroz em casca, aveia em grão, oerteio em grão, civada em grão, feijão em grão, marnona, milho em grão, soja em grão, sorgo em grão e trigo em grão o.

Note: Comprises the production of seed cotton (arbonious), seed cotton (herbaccous), peanuts (groundhuts), rice (in the husk), oat (grain), ne (grain), barley (grain), beans (grain), castor beans, com (grain), soybeans (grain), sorphum (grain) and wheat (grain).

(1) Dados até março. / (1) Data collected until March.

Gráfico 11.2 - Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas dos principais estados produtores - Safra 1998

Graph 11.2 - Production of cereals, legumes and oilseeds by main productive states - 1998 Harvest



Fonte/Source: Levantamento sistemático da produção agricola 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, 1998-1999.

Notas: 1. Compreende a produção de algodão arbóreo (em caroço), algodão herbáceo (em caroço), amendoim em casica, arroz em casica, aveia em grão, conteio em grão, oevada em grão, fejão em grão, mamona, milho em grão, soja em grão, sorgo em grão e trigo em grão.

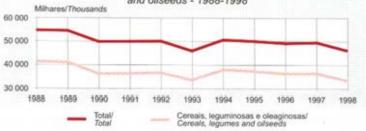
A produção dos estados selecionados corresponde a 96% da safra total de cereais, feguminosas e eleaginosas./

Notes: 1. Comprises the production of seed cotton (arboreous), seed cotton (herbaceous), peanuts (groundnuts), nice (in the husk), out (grain), pe (grain), barley (grain), beens (grain), castor beans, com (grain), solybeans (grain), sorghum (grain) and wheat (grain).

The production of the states selected corresponds to 95% from the total harvest of cereals, legumes and oilseeds.

Gráfico 11.3 - Área colhida total e de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1988-1998

Graph 11.3 - Total area harvested and area harvested of cereals, legumes and oilseeds - 1988-1998



Fonte/Source: Levantamento sistemático da produção agricola 1988-1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1988-1999. Notas: 1.Compreende a produção de algodão arbóreo (em caroço), algodão herbáceo (em caroço), amendoim

em casca, arroz em casca, aveia em grão, centeio em grão, cevada em grão, feijão em grão, mamona, milho em grão, soja em grão, sorgo em grão e trigo em grão.

2.O total da área colhida é referente aos 35 produtos acompanhados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola /

Notes: 1. Comprises the production of seed cotton (arboreous), seed cotton (herbaceous), peanuts (groundnuts), rice (in the husk), oat (grain), rye (grain), badey (grain), beans (grain), castor beans, com (grain), soybeans (grain), sorghum (grain) and wheat (grain).

The total area harvested refers to the 35 products surveyed by the Levantamento Sistemático da Produção Agricola.

Gráfico 11.4- Variação percentual da área colhida total e de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1990-1998

Graph 11.4 - Percent change of total area harvested and area harvested of cereals, legumes and oilseeds - 1990-1998



Fonte/Source: Levantamento sistemático da produção agrícola 1990 -1996. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2-10, 1990-1999. Notas: 1. Compreende a produção de algodão arbóreo (em caroço), algodão herbáceo (em caroço), amendoim em casoa, arroz em casoa, aveia em grão, certieio em grão, cevada em grão, fejão em grão, mamona, milho em grão, soja em grão, sorgo em grão e trigo.

2.O total da área colhida é referente aos 35 produtos acompanhados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agricola./

Notes: 1. Comprises the production of seed cotton (arborrous), seed cotton (herbaceous), peanuts (groundnuts), nice in the husk), oat (grain), ryo (grain), barley (grain), beans (grain), castor beans, com (grain), saybeans (grain) sorghum (grain) and wheat (grain).

The total area harvested refers to the 35 products surveyed by the Levantamento Sistemático da Produção Agricola.

Tabela 11.1 - Principais produtos das lavouras permanentes - 1996
Table 11.1 - Main products of permanent crops -1996

	Área colhida	Quanti- dade produ-	Rendi- mento	Principal produtor/ Major producer		
Principais produtos/ Main products	(ha)/ Area harvested (ha)	zida (1 000 t)/ Total production (1,000 tons)	médio (kg/ha)/ Mean yield (kg/ha)	Unidade da Federação/ Federative Unit	Produção obtida (1 000 t)/ Production (1,000 tons)	
Banana(1)/ Bananas(1)	496 593	496	999	Bahia	63	
Cacau (em amêndoa)/ Cacao beans	661 923	257	387	Bahia	204	
Café (em coco)/ Coffee beans	1 920 253	2 738	1 426	Minas Gerais	1 333	
Coco-da-baía (2)/ Coconut (2)	217 286	956	4 402	Bahia	263	
Laranja (2)/ Oranges (2)	964 373	105 395	109 288	São Paulo	87 735	
Limão (2)/ Lemons (2)	41 426	6 700	161 729	São Paulo	5 468	
Maçã (2)/ Apples (2)	25 326	3 504	138 351	Santa Catarina	1 994	
Mamão (2)/ Papayas (2)	33 243	1 098	33 017	Bahia	666	
Maracujá (2)/ Passion fruits (2)	44 462	3 420	76 921	Bahia	755	
Tangerina (2)/ Tangerines (2)	51 237	4 585	89 484	São Paulo	2 105	
Uva/ Grapes	55 916	685	12 248	Rio Grande do Sul	334	

Fonte/Source: Produção agrícola municipal : culturas temporárias e permanentes 1996. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v. 23, n. 1, 1999.

Nota: Selecionados os produtos com valor de produção acima de 140 milhões de reais. / Note: Includes only those products with production value above R\$140 million.

(1) Quantidade obtida em milhões de cachos e rendimento médio em cachos por hectare. (2) Quantidade obtida em milhões de frutos e rendimento médio em frutos por hectare. I (1) Production expressed in million bunches and mean yield in bunches per hectare. (2) Production expressed in million fruits and mean yield in fruits per hectare.

Table 11.2 - Principais produtos das lavouras temporárias - 1996
Table 11.2 - Main products of temporary crops - 1996

	Área	Quanti- dade produ-	Rendi- mento	Principal pro Major prod	
Principais produtos/ Main products	(ha)/ Area harvested (ha)	zida (1 000 t)/ Total production (1,000 tons)	médio (kg/ha)/ Mean yield (kg/ha)	Unidade da Federação/ Federative Unit	Produção obtida (1 000 t)/ Production (1,000 tons)
Algodão herbáceo (caroço)/ Seed cotton (herbaceous)	744 898	952	1 278	Paraná	287
Arroz (em casca)/ Rice (in the husk)	3 253 767	8 644	2 656	Rio Grande do Sul	4 348
Batata-inglesa/ Potatoes	163 072	2 406	14 756	Paraná	726
Cana-de-açúcar/ Sugarcane	4 750 296	317 106	66 754	São Paulo	192 320
Feijāo (em grāo)/ Beans (grain)	4 290 513	2 449	570	Paraná	490
Fumo (em folha)/ Tobacco (leaves)	314 279	473	1 504	Rio Grande do Sul	203
Mandioca/ Cassava	1 508 918	17 743	11 758	Pará	3 815
Milho (em grão)/ Com (grain)	11 933 811	29 590	2 479	Paraná	7 933
Soja (em grão)/ Soybeans (grain)	10 291 470	23 155	2 249	Paraná	6 440
Tomate/ Tomatoes	70 916	2 647	37 331	São Paulo	832
Trigo/ Wheat	1 795 985	3 293	1 833	Paraná	2 104

Fonte/Source: Produção agrícola municipal : culturas temporárias e permanentes 1996. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v. 23, n. 1, 1999.

Nota: Selecionados os produtos com valor de produção superior a 400 milhões de reais. /

Note: Includes only those products with production value above R\$400 million.

Tabela 11.3 - Preços médios reais das lavouras - 1992-1998

Table 11.3 - Average real prices of the crops - 1992-1998

Produtos (kg)/			Valor (R	\$) / Valu	e (R\$)		
Products (kg)	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Algodão em caroço/ Seed cotton	0,56	0,63	0,64	0,56	0,58	0,63	0,53
Amendoim em cascal Peanuts (groundnuts)	0,44	0,56	0,50	0,45	0,46	0,55	0,43
Arroz em casca/Rice (in the husk)	0,30	0,30	0,30	0,23	0,24	0,25	0,31
Feijão/Beans	0,74	0,92	1,11	0,66	0,73	0,65	1,11
Milho/Com	0,20	0,21	0,18	0,15	0,17	0,14	0,15
Soja/Soybeans	0,33	0,32	0,28	0,21	0,27	0,29	0,24
Trigo em grão/Wheat (grain)	0,25	0,23	0,19	0,19	0,23	0,17	0,16

Fonte/Source: Agroanalysis. Rio de Janeiro: FGV, v. 19, n. 4, p. 57-78, abr. 1999.

Tabela 11.4 - Número de estabelecimentos e capacidade útil das unidades armazenadoras - 1º semestre de 1998

Table 11.4 - Number of establishments and capacity of storage units - 1st semester 1998

Tipos de propriedade da empresa/ Type of owner	Número de estabele- cimentos/ Number of establishments	Armazéns convencionais, estruturais e infláveis (m³)/ Conventional, structural and inflatable warehouses (cubic meters)	Armazéns graneleiros e granelizados (t)/ Grain and bulk warehouses (tons)	Silos (t)/ Silos (tons)	
Total ! Total	9 329	86 875 968	34 781 060	22 977 199	
Government owned	406	9 756 083	1 346 110	1 066 331	
Iniciativa privada/ Private	7 274	58 952 469	21 609 464	14 591 177	
Cooperativa/ Co-operative association	1 446	13 239 028	10 185 756	5 963 405	
Economia mista/ Government and private co-ownership	203	4 928 388	1 639 730	1 356 286	

Fonte/Source: Pesquisa de estoques 1. sem. 1998 [online]. Rio de Janeiro : IBGE, 1999. Disponível: itc://ftp.ibge.gov.br [capturado em ago. 1999].

Table 11.5 - Efetivo dos rebanhos e das aves - 1996 *Table 11.5 - Number of livestock and poultry on farms - 1996*

Tipos/ Type	Efetivo (1 000 cabeças)/ Number (1,000 heads)
Bovinos/ Cattle	158 290
Bubalinos/ Buffaloes	. 1 046
Equinos/ Horses	5 705
Asininos/ Asses	1 232
Muares/ Mules	1 286
Caprinos/ Goats	7 437
Ovinos/ Sheep	14 725
Suínos/ Hogs and pigs	29 204
Coelhos/ Rabbits	319
Galinhas/ Hens	178 528
Galos, frangos (as), pintos de 1 dia/ Roosters, pullets, one-day old chicks	549 612
Codornas/ Quails	4 220

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, Produção da Pecuária Municipal 1996.

Tabela 11.6 - Variação percentual do número de cabeças abatidas e do peso das carcaças - período 1997-1998

Table 11.6 - Percent change of the number of animals slaughtered and carcass weight - 1997-1998 period

	Bovinos /C	attle (%)	Suínos /Hogs a	nd pigs (%)	Frangos /Pullets (%)	
Mês/ Month	Cabeças abatidas/ Animals slaughtered	Peso das carcaças/ Carcass weight	Cabeças abatidas/ Animals slaughtered	Peso das carcaças/ Carcass weight	Cabeças abatidas/ Animals slaughtered	Peso das carcaças/ Carcass weight
Janeiro/ January	0,00	0,89	0,32	5,77	(-) 0,14	2,73
Fevereiro/ February	(-) 0,17	1,97	8,61	12,48	(-) 0,49	2,02
Março/ March	11,42	13,38	16,96	21,53	9,01	11,53
Abril/ April	(-) 2,88	(-) 0,94	4,55	5,56	(-) 1,52	6,57
Maio/ May	2,51	4,01	13,87	15,50	4,31	11,46
Junho/ June	3,68	5,42	10,31	10,56	2,94	11,77
Julho/ July	0,30	2,69	12,08	14,08	3,27	8,43
Agosto/ August	(-) 5,64	(-) 3,93	13,96	15,17	4,42	8,09
Setembro/ September	(-) 7,66	(-) 6,73	8,80	9,30	2,60	8,76
Outubro/ October	(-) 6,43	(-) 4,67	4,31	5,00	(-) 1,60	4,48
Novembro/ November	(-) 1,68	0,12	13,13	12,15	2,63	12,03
Dezembro/ December	(-) 1,04	0,01	3,86	3,23	(-) 1,48	5,30

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abates de Animais 1997-1998.

Tabela 11.7 - Variação percentual da produção de couro, leite e ovos de galinha - período 1997-1998

Table 11.7 - Percent change of production of leather, milk and hen's eggs - 1997-1998 period

Mês/	Variação percentual (%)/ Percent change (%)					
Month	Couro/ Leather	Leite/ Milk	Ovos/ Eggs			
Janeiro/ January	(-) 8,73	7,46	2,87			
Fevereiro/ February	1,85	6,70	2,76			
Março/ March	10,87	4,80	3,80			
Abril/ <i>April</i>	(-) 4,86	2,33	3,46			
Maio/ May	(-) 2,69	2,76	4,66			
Junho/ <i>June</i>	1,11	4,51	4,25			
Julho/ <i>July</i>	(-) 4,31	(-) 1,40	2,65			
Agosto/ August	(-) 1,57	4,76	3,37			
Setembro/ September	(-) 7,16	7,79	3,18			
Outubro/ October	(-) 2,53	(-) 3,12	(-) 4,43			
Novembro/ November	8,37	(-) 2,78	(-) 2,83			
Dezembro/ December	. 1,12	(-) 3,72	(-) 3,74			

Fontes/Sources: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Couro 1997-1998, Pesquisa Trimestral do Leite 1997-1998, Produção de Ovos de Galinha 1997-1998.

Tabela 11.8 - Preços médios reais dos produtos animais e derivados - 1992-1998

Table 11.8 - Average real prices of animal products - 1992-1998

Protudos/	Unidade/		Valor (R\$)/ Value (R\$)					
Products	Unit 1992 199	1993	1994	1995	1996	1997	1998	
Boi gordo/Beef cattle	15 kg/ <i>15 kg</i>	36,60	38,79	37,66	30,63	26,08	26,38	27,60
Suino/Hogs and pigs	15 kg/ <i>15 kg</i>	20,62	23,04	21,20	19,21	15,58	17,74	16,37
Frango/Pullets	kg/ <i>kg</i>	1,35	1,36	1,30	1,06	0,99	0,93	0,93
Leite/Milk	Litro/Liter	0,37	0,38	0,35	0,36	0,32	0,28	0,26
Ovos/Eggs	Dúzia/Dozen	0,95	1,06	0,99	0,81	0,89	0,86	0,82
Boi magro/Steer	Cabeça/Head	307,98	322,89	361,13	318,73	259,07	249,84	248,84

Fonte/Source: Agroanalysis. Rio de Janeiro: FGV, v. 19, n. 4, p. 59, abr. 1999.

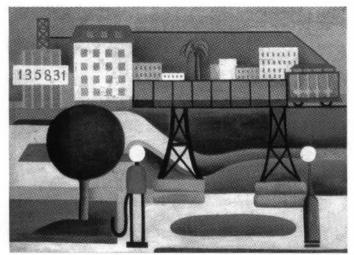
Tabela 11.9 - Produção das principais espécies florestais - 1994-1996

Table 11.9 - Production of the main forest species - 1994-1996

Produtos/	Quantidade obtida/ Total production			
Products	1994	1995	1996	
Borracha (t)/ Rubber (tons)	15 652	14 386	7 581	
Gomas não-elásticas (t)/ Non-elastic gums (tons)	157	170	54	
Ceras (t)/ Waxes (tons)	17 053	17 392	10 374	
Fibras (t)/ Fibers (tons)	83 867	87 554	96 704	
Tanantes (t)/ Tanning products (tons)	671	595	485	
Oleaginosos (t)/ Oilseeds (tons)	121 171	124 728	138 752	
Alimenticios (t)/ Food products (tons)	391 322	396 693	341 753	
Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes (t)/ Aromatic, medicinal, toxic and dyeing products (tons)	5 669	4 634	3 184	
Carvão vegetal (t)/ Charcoal (cubic meters)	1 886 782	1 805 151	1 461 536	
Lenha (m³)/ Firewood (cubic meters)	89 747 728	84 795 387	67 377 486	
Madeira em tora (m³)/ Roundwood (cubic meters)	62 526 820	61 588 270	49 855 821	
Nó-de-pinho (m³)/ Pine-knots (cubic meters)	80 715	70 850	349 944	

Fonte/Source: Produção da extração vegetal e da silvicultura 1994-1996. Rio de Janeiro: IBGE, v. 9-11, 1996-1999.

Indústria



São Paulo, 1924 Tarsila do Amaral

Industry

O desempenho industrial brasileiro ao longo de 1998 caracterizouse por uma dupla tendência: por um lado, pela continuação da desaceleração da produção que começou a ocorrer a partir da crise asiática de meados de 1997; por outro, pela continuação dos ganhos de produtividade da mão-de-obra, fruto conjunto dos processos de reestruturação que têm marcado a indústria desde o início da atual década e da própria redução dos níveis de produção.

Quanto ao primeiro aspecto, sua face mais nítida foi a queda no volume da produção industrial, em 1998, da ordem de 2,24% no conceito de Indústria Geral, depois de haver crescido 3,87% no ano anterior. Registre-se que 1998 foi o primeiro ano em que houve redução da produção industrial brasileira nos anos 90, descontados os anos de recessão no começo da década. No que toca à Indústria de Transformação a redução foi maior ainda (– 3,49% em 1998, contra + 3,59% em 1997). O resultado total do setor só não foi pior devido ao desempenho da Extrativa Mineral, que registrou ganho de 12,45% na produção física, em 1998, ganho este bem acima dos 7,29% de 1997.

Além disso, a variabilidade das taxas de crescimento da produção industrial segundo gêneros foi enorme, havendo desde modestos ganhos (Química: 3,75%, Produtos Farmacêuticos e Veterinários: 4,26%, Perfumaria, Sabões e Velas: 3,11%) até fortes quedas: 22,7% (Fumo), 14,7% (Material de Transporte), 13,6% (Couros e Peles) e 10,4% (Material Elétrico e de Comunicações).

Esta dispersão das taxas de crescimento por gêneros refletiu-se também, como seria previsível, na variação da produção por categorias de uso dos bens. De fato, a produção dos bens de consumo duráveis, após crescer cerca de 3,5% em 1997, diminuiu não menos do que 19,8% em 1998. Isso é o que explica a quase totalidade da redução de 2,2% da produção em 1998, dado que a queda na produção desses bens foi muito superior à das demais categorias de uso: — 2,50% para os bens de capital; — 1,46% para os bens de consumo não-duráveis; e — 0,78% para os bens intermediários. Note, em particular, que essa dispersão das taxas de variação é muito maior do que a verificada no

ano anterior, o que também caracteriza a instabilidade produtiva de 1998. Em parte, esse desempenho da produção de duráveis de consumo resultou dos aumentos das taxas de juros como um desdobramento da crise russa que se desenhou a partir de agosto de 1998.

No que toca à variação do emprego industrial, o registro estatístico é de continuação da tendência que vinha caracterizando o desempenho da indústria desde o começo da década de 90. O volume de emprego diminuiu seja no conceito de número de pessoas (– 9,15%), seja no de horas pagas na produção (– 9,6%). Como no caso da produção física, o registro é de grande dispersão nas taxas de variação. A diferença é que, aqui, ao contrário da produção física, não há taxas de variação positivas: as taxas de decréscimo chegam a – 20,0% na Têxtil; – 16,5% na Indústria de Fumo; – 14,8% na de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido; – 12,7% em Plásticos; e – 12,4% na Indústria de Material Elétrico e de Comunicações.

O fato de que a ordenação e magnitudes de variação dessa listagem não coincidam exatamente com as das variações na produção é que dá origem a ganhos de produtividade bastante diferenciados por gêneros. De fato, em torno de uma média de 8,17% para a Indústria Geral (e de 6,83% para a Indústria de Transformação) registraram-se taxas de + 20,0% para a Indústria Extrativa Mineral, + 15,2% na Têxtil, + 14,2% na de Plásticos, + 11,3% em Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido e + 10,2% na Química. No extremo oposto situam-se os gêneros em que a produtividade diminuiu em 1998 – fato inédito na presente década, ao menos nas ordens de grandeza registradas: Couros e Peles (– 8,97%), Fumo (– 8,13%) e Material de Transporte (– 3,85%). De qualquer forma, dos 20 gêneros e classes objetos de pesquisa, apenas esses três últimos apresentaram decréscimo de produtividade.

Outro aspecto de interesse revelado pelas pesquisas mensais do IBGE refere-se aos ganhos de salário médio real, definidos como a variação no salário médio pago pelo empregador deflacionada pela variação do Índice de Preços ao Consumidor: depois de aumentar 1,5% no ano de 1997, o salário médio real na indústria brasileira cresceu 2,1% em 1998. Este resultado, embora não possa ser considerado brilhante, representa continuação dos ganhos observados desde o começo da década de 90, após o ano de 1991. E embora sua interpretação padeça dos problemas usuais associados ao efeito composição (que faz com que o salário médio caia sempre que as demissões de mão-deobra se concentram nos trabalhadores de salários mais baixos), é esti-

mulante constatar que (modestos) ganhos salariais ocorreram na maioria dos gêneros e classes de indústria: em apenas dois gêneros a perda de salário médio real superou a taxa de 1% (Têxtil e Vestuário, Calçados e Acessórios de Tecido).

Regis Bonelli

Pesquisador - Associado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Brazilian national performance during 1998 has been characterized by a double trend: on one side, the continuing production slow down which started after the crisis in Asia in mid-1997, on the other, by the continuing productivity gains of labor, joint fruit of restructuring processes which have been distinguishing mining and manufacturing industries since the beginning of the current decade and of the reduction itself of production levels.

Regarding the first aspect, its most clear face was the fall in the industrial production volume in 1998, amounting to 2.24% in the General Industry concept, after having grown 3.87% in the previous year. We must register that 1998 has been the first year of the nineties when there was reduction in the Brazilian industrial production, discounting the years of recession at the beginning of the decade. Regarding Manufacturing, the reduction was even larger (-3.49% in 1998 against +3.59% in 1997). The sector's total result was not worse because of Mining and Quarrying performance, with gain of 12.45% in physical production in 1998, a gain well above the 7.29% rate of 1997.

Besides that, variability industrial production growth rates according to groups of industry has been huge, ranging from modest gains (Chemicals: 3.75%, Pharmaceutical and Veterinary Products: 4.26%, Toilet Preparations, Soap and Candles: 3.11%) to sharp falls: 22.7% (Tobacco), 14.7% (Transport Equipment), 13.6% (Leather and Hides), and 10.4% (Electric and Communication Equipment).

Such dispersion of growth rates by groups of industry has been reflected also, as would be predictable, in the change of production by categories of use of goods. In fact, production of durable consumer goods, after increasing about 3.5% in 1997, declined no less than 19.8% in 1998. This explains almost all the production total reduction of 2.2% in 1998, since the fall in the production of such goods has been quite above that of the remaining categories of use: -2.50% for capital goods, -1.46% for nondurable consumer goods, and -0.78% for intermediate goods. We must consider in particular that such dispersion of change rates is quite larger than the one observed in the prior year, which also characterizes the productive instability of 1998. Partly, such performance of

durable consumer goods production resulted from interest rates raises as a consequence of the Russian crisis that took place after August 1998.

Regarding industrial employment change, the statistical record is the continuing trend that has been characterizing the performance of mining and manufacturing industries since the beginning of the nineties. The volume of employment has decreased both in the concept of number of people (-9.1%) and that of hours paid in production (-9.6%). As is the case of physical production, the record is of a large dispersion in the change rates. The difference here is that, contrarily to physical production, there are no positive change rates: the rates of decrease reach -20.0% in Textiles, -16.5% in the Tobacco industry, -14.8% in Apparel, Footwear and Textile Products, -12.7% in Plastics, and -12.4% in Electric and Communication Equipment.

The fact that classification and magnitude of changes in this listing do not coincide exactly with those of changes in production originates productivity gains that are quite different by groups of industry. In fact, around an average of 8.17% of Industries as a whole (and of 6.83% for Manufacturing) we had rates of +20.0% in Mining and Quarrying, +15.2% in Textiles, +14.2% in Plastics, +11.3% in Apparel, Footwear and Textile Products, and +10.2% in Chemicals. At the farthest end are ranged the groups of industry where productivity declined in 1998 - a new fact in the current decade, at least in the magnitude orders registered: Leather and Hides (-8.97%), Tobacco (-8.13%), and Transport Equipment (-3.85%). Anyway, among the 20 groups of industry surveyed, only these three presented productivity decrease.

Another interesting aspect revealed by IBGE monthly surveys refers to average real wages gain, defined as the change in average wages paid by the employer and deflated by the consumer price index change: after increasing 1.5% in the year 1997, real average wages in Brazilian industries had grown 2.1% in 1998. This result, although not brilliant, represents continuation of gains observed since the beginning of the nineties, after the year 1991. And though its interpretations suffer from the usual problems associated to the composition effect (which makes average wages fall whenever labor dismissals are concentrated among lower wage workers), it is stimulating to verify that (modest) wage gains took place for most groups of industry: in only two groups the loss of real average wages surpassed the rate of 1% (Textiles and Apparel, Footwear and Textile Products).

Regis Bonelli

Associate-Researcher, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA.

Tabela 12.1 - Taxas anuais de crescimento na indústria - 1998

Table 12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing - 1998

(continua/continues)

			\+-··	
Classes e gêneros de indústria/ Classes and groups of industry	Produção física/ Physical production	Emprego/ Employment	Salário médio real/Real average wage	Produtividade/ Productivity
Geral/ General	(-) 2,24	(-) 9,15	2,07	8,17
Indústria extrativa mineral/ Mining and quarrying	12,45	(-) 6,76	3,97	20,00
Indústria de transformação/ Manufacturing	(-) 3,49	(-) 9,18	2,02	6,83
Produtos de minerais não-metálicos/ Nonmetallic mineral products	(-) 0,50	(-) 2,42	(-) 0,23	1,37
Metalúrgica/ Metal products	(-) 3,83	(-) 7 ,19	0,50	4,31
Mecânica/ Machinery	(-) 4,10	(-) 11,22	5,65	9,75
Material elétrico e de comunicações/ Electric and communication equipment	(-) 10,42	(-) 12,44	4,02	1,74
Material de transporte/ Transportation equipment	(-) 14,66	(-) 8,09	1,58	(-) 3,85
Madeira/ Wood products	(-) 6,01	(-) 8,18	1,09	3,78
Mobiliário/ Furniture	(-) 8,17	(-) 6,39	0,64	0,47
Papel e papelão/ Paper and paperboard	0,66	(-) 3,97	(-) 0,17	6,88
Borracha/ Rubber products	(-) 8,08	(-) 11,96	4,20	5,26
Couros e peles/ Leather, hides and skins	(-) 13,57	(-) 5,12 ·	(-) 0,33	(-) 8,97
Química/ Chemicals	3,74	(-) 5,26	1,25	10,17
Produtos farmacêuticos e veterinários/ Pharmaceutical and veterinary products	4,26	(-) 1,30	4,26	4,54
Perfumaria, sabões e velas/ Toilet preparations, soap and candles	3,11	(-) 3,98	2,83	5,15
Produtos de matérias plásticas/ Plastic products	(-) 2,46	(-) 12,71	1,12	14,19

Tabela 12.1 - Taxas anuais de crescimento na indústria - 1998

Table 12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing - 1998

(conclusão/concluded)

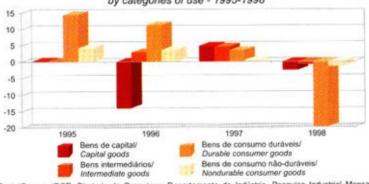
			factions are accounted at	
Classes e géneros de indústria/ Classes and groups of industry	Produção fisica/ Physical production	Emprego/ Employment	Salário médio real/Real average wage	Produtividade/ Productivity
Tëxtil/ Textiles	(-) 6,83	(-) 20.00	(-) 1,53	15,17
Vestuário, calçados e artefatos de tecido/ Apparel, footwear and textile products	(-) 4,68	(-) 14,82	(-) 1,77	11,30
Produtos alimentares/ Food products	0,67	(-) 5,19	(-) 0,90	5,81
Bebidas/ Beverages	(-) 2,19	(-) 7,90	1,33	9.05
Fumo/ Tobacco	(-) 22,73	(-) 16,54	5,85	(-) 8,13
Editorial e gráfica/ Printing and publishing		(-) 6,23	5,08	
Diversas/ Other		(-) 12.96	5,24	

Fontes/Sources: IIBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física Brasil 1998; Pesquisa Insdustrial Mensal: Dados Gerais 1998.

Nota: Base: ano anterior = 100. /Note: Base: previous year = 100 .

Gráfico 12.1 - Taxas anuais de crescimento da produção industrial, por categoria de uso - 1995-1998

Graph 12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing production, by categories of use - 1995-1998



Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal : Produção Física Brasil 1995-1998.

Tabela 12.2 - Taxa de crescimento industrial - 1990-1998

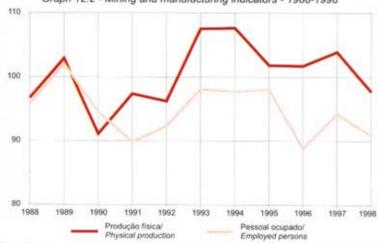
Table 12.2 - Mining and manufacturing growth rate - 1990-1998

Ano/ Year	Produção física/ Physical production	Pessoal ocupado/ Employed persons	Horas pagas/ Hours paid	Productividade/ Productivity	Salário médio real/ Real average wages
1990	(-) 8,9	(-) 5,4	(-) 6,9	(-) 2,2	(-)16,4
1991	(-) 2,6	(-) 10,1	(-) 10,1	8,3	(-) 0,2
1992	(-) 3.7	(-) 7.7	(-) 8,0	4,6	11,5
1993	7,5	(-) 1,9	(-) 1,9	9,5	6,9
1994	7,6	(-) 2,2	(-) 2,9	10,8	5,7
1995	1,8	(-) 1.9	(-) 2,3	4,3	8.7
1996	1.7	(-) 11,2	(-) 11.5	14,9	3.7
1997	3,9	(-) 5,8	(-) 6,2	10.7	1,5
1998	(-) 2,2	(-) 9.2	(-) 9,6	8,2	2.1
1998/1990	4.0	(-) 43,8	(-) 46,2	93.2	22,6

Fontes/Sources: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mer sal : Produção Física Brasil 1990-1998; Pesquisa Industrial Mensal : Emprego, Salário e Valor da Produção 1990-1998.

Nota: Base: ano anterior = 100. /Note: Base: previous year = 100.

Gráfico 12.2 - Indicadores da indústria - 1988-1998 Graph 12.2 - Mining and manufacturing indicators - 1988-1998



Fontes/Sources: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal : Produção Física Brasil 1988-1998; Pesquisa Industrial Mensal : Emprego, Salário e Valor da Produção 1988-1998.

Nota: Base: ano anterior = 100. / Note: Base: previous year = 100.

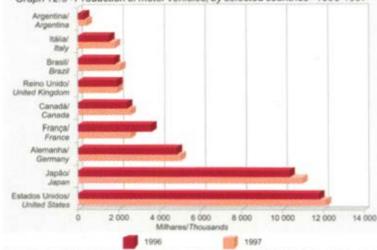
Tabela 12.3 - Produção industrial - 1996-1997 Table 12.3 - Mining and manufacturing production - 1996-1997

Produtos selecionados/ Selected products	Unidade de medida/ <i>Unit</i>	1996	1997
Aço bruto/	1 000 t	25 237	26 153
Crude steel	1,000 tons		
Ferroligas/	1 000 t	974	843
Ferroalloys	1,000 tons		
Produtos químicos/	1 000 t	26 886	28 925
Chemicals	1,000 tons		
Petróleo/	1 000 m³	45 529	49 032
Petroleum	1,000 cu.meters		
Gás natural/	1 000 m³	9 167	9 825
Natural gas	1,000 cu.meters		
Máquinas agrícolas automotrizes/	Unidade	22 189	31 657
Self-propelled agricultural machines	Unit		
Automóveis/	Unidade	1 458 676	1 677 858
Automobiles	Unit		
Papel/	1 000 t	6 176	6 518
Paper	1,000 tons		
Cimento/	1 000 t	34 597	38 096
Cement	1,000 tons		
TV em cores (1)/	1 000 unidades	8 542	7 836
Color television sets (1)	1,000 units		
Refrigeradores (1)/	1 000 unidades	4 042	3 720
Refrigerators (1)	1,000 units		•
Sistemas de som (1)/	1 000 unidades	3 782	2 889
Sound equipment (1)	1,000 units		

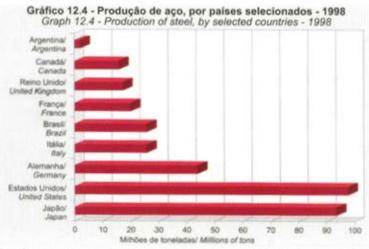
Fontes/Sources: Anuário estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro : IBGE; v. 58, 1999; Associação N₂ cional de Fabricantes de Produtos Eletronicos: Eletros; Associação Brasileira da Indústria Química Departamento de Assuntos Econômicos.

⁽¹⁾ Dados relativos a vendas industriais. /(1) Industrial sales data.

Gráfico 12.3 - Produção de autoveículos, por países selecionados 1996-1997 Graph 12.3 - Production of motor vehícles, by selected countries - 1996-1997



Fonte/Source: Anuário estatístico da indústria automobilistica brasileira 1957-1997. São Paulo : Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, p. 23, 1998.



Fonte/Source: Anuário estatístico [do] Instituto Brasileiro de Siderurgia 1999. Rio de Janeiro, p.1/4, 1999. Nota: Dados preliminares / Note: Preliminary figures.

Energia



Três orixás, 1966 Djanira da Motta e Silva

Energy

O processo de reestruturação do setor produtor de energia no Brasil, apesar da série de mudanças já introduzidas, se encontra ainda em fase de implantação. As agências reguladoras federais, Agência Nacional do Petróleo – ANP - e Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - encontram-se em fase de estruturação interna. O aprofundamento do processo de desverticalização da estrutura produtiva, a consolidação e implementação dos instrumentos regulatórios e a abertura ao capital privado estão em andamento.

Os Gráficos 13.1 e 13.2 mostram o crescimento bastante significativo da oferta interna de energia primária na última década. Importantes investimentos têm sido realizados na produção de energia, e a produção de energia primária cresceu de forma expressiva nos últimos anos, principalmente a de hidrocarbonetos. Contudo, o rápido crescimento da demanda por energia, apresentado nos Gráficos 13.3 e 13.4, sinaliza para a necessidade de avançar nesse processo de reorganização da base produtiva e de acelerar a dinâmica de ampliação da capacidade de oferta. Este forte aumento da demanda pode também ser observado através da relativa estabilidade do indicador de dependência externa, apesar do bom desempenho do setor produtor, com exceção do petróleo que mostra uma tendência de redução do grau de dependência (Gráfico 13.5).

O ano de 1998 foi marcado pela retração do processo de crescimento econômico em relação aos anos anteriores devido às crises financeiras internacionais e à posição cautelosa dos investidores em relação ao Brasil. Entretanto, enquanto o Produto Interno Bruto brasileiro — PIB - cresceu apenas 0,15%, o consumo final de energia cresceu 3%, motivado principalmente pelo crescimento no consumo comercial e residencial de energia elétrica, no consumo de gasolina e querosene de aviação. O quadro sinaliza para um crescimento da demanda por energéticos intimamente ligados ao bem-estar da população, ocasionando em uma elasticidade igual a 20 do consumo de energia em relação ao PIB, absolutamente distante das estimativas usuais.

Analisando os dados contidos na Tabela 13.1, verifica-se que no ano de 1998 a produção de petróleo cresceu 16,4% em relação a

1997, alcançando a marca de 1001 mil barris/dia, e levando a uma queda da dependência externa de 46 para 40%. Cerca de 1,4 milhão de automóveis foram incorporados à frota nacional, com um aumento de 5,1% no consumo de gasolina e uma queda de 2,5% no álcool automotivo. Todavia, o aumento do consumo de gasolina, que chegou a 551 mil bep¹, ficou bem abaixo do que representaria o consumo da nova frota, de onde se estima uma redução de 3% do consumo médio por veículo. O consumo do querosene de aviação continua a apresentar as expressivas taxas de crescimento dos anos anteriores, atingindo um aumento de 10,6%.

Já o consumo de energia elétrica em 1998 cresceu 4,2% em relação ao ano anterior, totalizando 307 TWh, principalmente em função dos segmentos residencial e comercial. O consumo residencial segue impulsionado pelas novas ligações, 1,6 milhão de novas contas, e pelo aumento do consumo médio, mais 4,5% por conta.

O consumo de energia como um todo na indústria, inclusive no setor produtor de energia, cresceu 2,05%, impulsionado pelos setores energointensivos, tais como Papel e Celulose, Açúcar e Cimento. Os energéticos com melhor desempenho foram o bagaço de cana e o carvão mineral, com crescimento de 16,8 e 8,6% respectivamente, contra um crescimento do consumo de energia elétrica de apenas 0,6%.

Em suma, o crescimento da produção primária e da oferta interna de energéticos no Brasil tem sido bastante expressivo. Mas o forte crescimento da demanda de energia nos últimos anos e a expectativa de crescimento ainda mais expressivo para os próximos, representam, mais que um estímulo, a expressão da necessidade de transformação do setor produtor brasileiro de energéticos de forma a adequá-lo aos desafios do próximo milênio.

José Cesário Cecchi Superintendente de Comercialização e Movimentação de Gás Natural da Agência Nacional do Petróleo - ANP



¹Bep = barris equivalentes de petróleo.

The energy sector reorganizing process in Brazil, despite the series of changes that have already been introduced is still being implemented. Federal regulating agencies, the National Petroleum Agency-ANP and the National Electric Energy Agency-ANEEL are undergoing internal reorganization. The deepening of the productive structure decentralizing process, the consolidation and implementation of regulating instruments, and the opening to private capital are under way.

Graphs 13.1 and 13.2 show the quite significant growth domestic offer of primary energy had in the last decade. Important investments have been made in energy production, and primary energy production has grown expressively in the last years, mainly that of hydrocarbonaceous fuels. However, the fast growth of energy demand, presented in graphs 13.3 and 13.4, indicates the need to go forward in this process of reorganization of the productive base and to accelerate the capacity of supply expansion dynamics. This sharp increase of the demand may also be observed through the relative stability of the indicator of dependence on foreign energy, despite the good performance of the production sector, with the exception of petroleum, which exhibits a trend of reduction in the degree of dependence (graph 13.5).

The year 1998 has been characterized by the retraction of the process of economic growth by comparison with earlier years, due to international financial crises and the cautious position of investors towards Brazil. Nevertheless, while the Brazilian Gross Domestic Product (GDP) increased only 0.15%, final energy consumption increased 3%, moved mostly by the growth of commercial and residential consumption of electric energy, gasoline and aviation fuel consumption. The scenario indicates growth of demand for energy products closely linked to the population welfare.

When we analyze the data on table 13.1, we notice that in 1998 petroleum production increased 16.4% by comparison with 1997, amounting to 1,001 thousand barrels/day, and causing decline of the rate of dependence on foreign oil from 46% to 40%. About 1.4 million

automobiles have been added to the national fleet, with an increase of 5.1% in gasoline consumption and a fall of 2.5% in automotive alcohol. However, the increase of gasoline consumption, which reached 551 thousand boe¹, remained well below what would represent the consumption by the new fleet, from where we estimate reduction of 3% in the average consumption per vehicle. Aviation fuel consumption continues to present the expressive rates of growth of the prior years, reaching 10.6%.

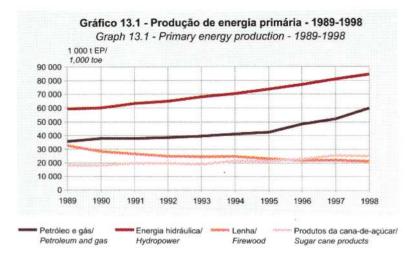
As to electric energy consumption, in 1998, it increased 4.2% by comparison with the previous year, adding up to 307 TWh, especially on account of the residential and the commercial segments. Residential consumption continues to grow by virtue of new users connected, 1.6 million new accounts, and by the increase of average consumption, over 4.5% per account.

Overall energy consumption by the industrial sector, including the energy-producing segment, increased 2.05%, driven by energy-intensive sectors, namely Paper and Cellulose, Sugar, and Cement. Energy sources with the best performance were sugar cane bagasse and coal, with increase of 16.8% and 8.6%, respectively, against a growth in electric energy consumption of just 0.6%.

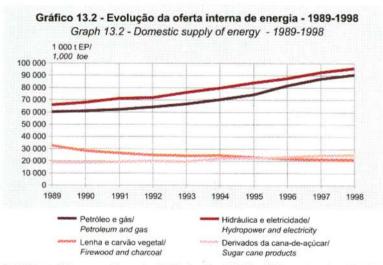
In brief, the growth of primary production and domestic supply of energy in Brazil has been quite expressive. However, the sharp increase in the demand for energy in the last years and the expectation of an even more significant growth during the next years, more than an incentive, express the need for a major change in the Brazilian energy sector to adapt it to the next millenium challenges.

José Cesário Cecchi Superintendent, Comercialização e Movimentação de Gás Natural, Agência Nacional do Petróleo - ANP

¹ boe = barrels of oil equivalent.

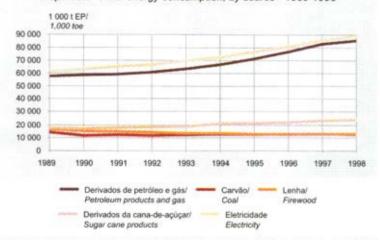


Fonte/Source: Balanço energético nacional 1999. Brasília : Ministério de Minas e Energia, p. 15, 1999. Ano-base 1998.



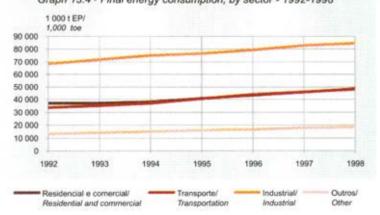
Fonte/Source: Balanço energético nacional 1999. Brasília : Ministério de Minas e Energia, p. 16, 1999. Ano-base 1998.

Gráfico 13.3 - Evolução do consumo final de energia, por fonte - 1989-1998 Graph 13.3 - Final energy consumption, by source - 1989-1998



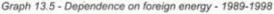
Fonte/Source: Balanço energético nacional 1999. Brasilia : Ministério de Minas e Energia, p. 18, 1999. Ano-base 1998.

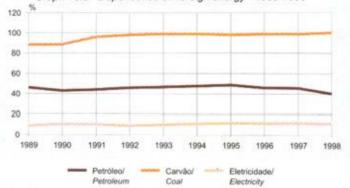
Gráfico 13.4 - Evolução do consumo final de energia, por setor - 1992-1998 Graph 13.4 - Final energy consumption, by sector - 1992-1998



Fonte/Source: Balanço energético nacional 1999. Brasilia : Ministério de Minas e Energia, p. 20, 1999. Ano-base 1998.

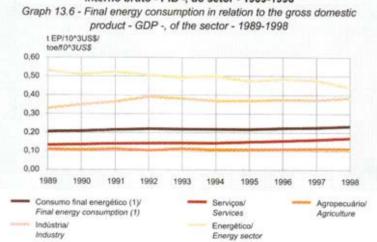
Gráfico 13.5 - Dependência externa de energia - 1989-1998





Fonte/Source: Balanço energético nacional 1999. Brasília : Ministério de Minas e Energia, p. 22, 1999. Ano-base 1998.

Gráfico 13.6 - Evolução do consumo final de energia em relação ao produto interno bruto - PIB -, do setor - 1989-1998



Fonte/Source: Balanço energético nacional 1999. Brasília: Ministério de Minas e Energia, p. 83, 1999. Ano-base 1998.

Nota: Dólar constante de 1996./ Note: Constant dollar of 1996.

Exclui consumo residencial./ (1) Excludes residential consumption.

Tabela 13.1 - Dados gerais de energia - 1997-1998

Table 13.1 - General data of energy - 1997-1998

Especificação/ Item	Unidade/ <i>Unit</i>	1997	1998
Oferta interna de energia/	10^6tep/	242,90	250,10
Domestic energy supply	10^6toe		
Per capita/	tep/	1,53	1,55
Per capita/	toe		
Por PIB/	tep/1 000 US\$ (1)/	0,31	0,32
Per GDP	toe/1,000 US\$ (1)		
Consumo final de energia/	10^6tep/	221,60	228
Final energy consumption	10^6toe	,,,,	
Oferta de eletricidade/	TWh/	348	361
Electricity supply	TWh		
Geração de eletricidade/	TWh/	308	322
Electricity generation	TWh		
Produção de petróleo/	10^3b/d /	860	1 001
Petroleum production	10^3b/d		
Importação total de energia/	10^3bep/d /	1 469	1 366
Total energy imports	10^3boe/d		
Exportação total de energia/	10^3bep/d /	96	134
Total energy exports	10^3boe/d		
Reserva total de petróleo + Gás natural/	10^9bep/	16,9	17,3
Total pretroleum reserves + Natural gas	10^9boe	· - , -	,-

Fonte/Source: Balanço energético nacional 1999. Brasília : Ministério de Minas e Energia, p. 13, 1999. Ano-base 1998.

⁽¹⁾ Taxas de câmbio médias de 1997 e 1998./ (1) 1997 and 1998 average exchange rates.

Tabela 13.2 - Consumo total de energia - 1997-1998 Table 13.2 - Total consumption of energy - 1997-1998

Especificação/ Item	Unidade/ Unit	1997	1998
Derivados de petróleo/ Petroleum derivatives	10^3bep/d / 10^3boe/d	1 608	1 666
Gasolina e álcool/ Gasoline and alcohol	10^3b/d / 10^3b/d	541	551
Óleo diesel/ Diesel oil	10^3b/d / 10^3b/d	569	600
Óleo combustível/ Fuel oil	10^3b/d / 10^3b/d	239	238
Querosene de aviação/ Aviation fuel	10^3b/d / <i>10</i> ^3b/d	59	66
Eletricidade total (1)/ Total electricity (1)	TWh / <i>TWh</i>	295	307
Industrial/ Industrial	TWh / <i>TWh</i>	196	136
Residencial/ Residential	TWh / <i>TWh</i>	74	79
Comercial/ Commercial	TWh / TWh	38	42
Gás natural/ Natural gas	10^6m³/d / 10^6m³/d	17,1	18,4

Fonte/Source: Balanço energético nacional 1999. Brasília: Ministério de Minas e Energia, p. 13, 1999. Ano-base 1998.

⁽¹⁾ Inclui outros./ (1) Includes others.

Tabela 13.3 - Produção e consumo total e per capita de energia primária, por países selecionados - 1995

Table 13.3 - Total production and total and per capita consumption of primary energy, by selected countries - 1995

Paises selecionados/ Selected countries	Produção (1)/	Consumo/ Consumption		
	Production (1)	Total (1)/ Total (1)	Per capita (2)/ Per capita (2)	
Alemanha/Germany	199 956	461 018	5 650	
Argentina/Argentina	95 425	76 962	2 214	
Brasil <i>/Brazil</i>	93 543	144 969	912	
Canadá/Canada	496 012	320 860	10 913	
Chile/Chile	6 840	21 956	1 545	
Estados Unidos /United States	2 444 217	3 021 575	11 312	
França/France (1)	166 032	308 633	5 309	
Itália/Italy (1)	42 928	235 644	4 118	
Japão/ <i>Japan</i>	132 624	638 454	5 105	
Reino Unido/United Kingdom	364 154	309 871	5 315	

Fonte/Source: Energy statistics yearbook 1995. New York: United Nations, 1997.

⁽¹⁾ Inclui Mônaco. (2) Inclui San Marino. (1) Includes Monaco. (2) Includes San Marino.

Comércio



Carrefour d'infinis, 1968 Wega Nery Gomes Pinto

Trade

Dentre as atividades que compõem o Produto Interno Bruto – PIB –, o comércio foi uma das que mais cresceu no período de 1994-1996: uma expansão acumulada de 21,5% contra 13,4% para o PIB como um todo, ou seja, 6,7% ao ano contra uma taxa de 4,3% ao ano para o PIB. Esse desempenho acima da média, impulsionado pelo crescimento do consumo agregado observado após o lançamento do Plano Real, persistiu mesmo com a desaceleração da atividade econômica, que teve lugar como conseqüência da crise cambial mexicana, no final de 1994.

A Tabela 14.1 sintetiza dados gerais do comércio em 1996. O comércio varejista é o segmento mais importante do setor, respondendo por 44,3% da receita líquida total (R\$135,7 bilhões) e por 84,5% dos 1 144 007 estabelecimentos comerciais do País. O comércio atacadista vem logo a seguir em importância em termos de receitas: R\$ 104,5 bilhões ou 34,1% do total. Uma característica importante da atividade comercial é a sua capacidade de geração de empregos. Em 1996, havia cerca de 5 milhões de empregados no comércio, cabendo ao varejo a maior parte desses postos de trabalho – 3,5 milhões, ou 71,3% do total. Essa oferta maior traduziu-se, no entanto, em salários médios menores e margens de lucro maiores no varejo vis-à-vis os demais segmentos.

O Gráfico 14.1 mostra a distribuição das vendas líquidas do comércio, por Grandes Regiões. A Região Sudeste responde por 58,6% do total, seguida pelas Regiões Sul (19,5%), Nordeste (12,9%), Centro-Oeste (6,6%) e Norte (2,3%). O Gráfico 14.2, por sua vez, mostra a participação dos segmentos do varejo na receita total em 1996. Destaque-se a crescente participação do segmento de super e hipermercados, que atingiu 28% nesse ano. Esse fato tem pelo menos duas conseqüencias relevantes. Por um lado, a concorrência entre os super e hipermercados estimula a eficiência e ajuda a conter os preços no varejo, notadamente se considerarmos o poder de barganha deste segmento junto aos fornecedores. Por outro, pode haver perdas de postos de trabalho, uma vez que os micros e pequenos estabelecimentos empregam mais por unidade de receita.

O setor de comércio no Brasil vem passando por um processo de reestruturação e consolidação acentuado em alguns de seus segmentos, caracterizado, em particular, pelo ingresso expressivo de capitais externos e pelas incorporações, fusões e associações de firmas, especialmente no comércio varejista. Os grandes grupos do setor têm apresentado uma tendência de fortalecimento, em detrimento das médias e pequenas redes. Estas últimas, de uma maneira geral, estão sendo absorvidas ou vendidas para grupos maiores e mais capitalizados.

O varejo de alimentos, por exemplo, encontra-se em um acelerado processo de concentração. Atualmente, as cinco maiores cadeias do varejo de alimentos representam 37% do total das vendas, enquanto, em 1994, essa participação era de 23%. Das dez maiores cadeias existentes em 1996, quatro foram adquiridas por cadeias maiores. Grandes varejistas, como o Carrefour e a Companhia Brasileira de Distribuição – CBD – (grupo Pão de Açúcar), vêm incorporando as lojas ou o próprio controle societário de pequenos e médios varejistas. Além disso, o País vem presenciando o ingresso de cadeias varejistas internacionais, a exemplo de Wal-Mart, Royal Ahold (via Bompreço), Sonae, Jerônimo Martins e Casino (via Pão de Açúcar), atraídas, dentre outros motivos, pela amplitude do mercado consumidor interno.

Tudo isso se refletiu em uma redução do número de pontos de vendas, particularmente com a eliminação das lojas de menor tamanho. Assim, entre 1987 e 1998, o número total de lojas operadas pelos 300 maiores varejistas de alimentos decresceu de 4 949 para 3 218, enquanto a área média de vendas das lojas cresceu de 833 para 1 327 metros quadrados. Outra conseqüência desses movimentos foi o acirramento da competição no segmento de super e hipermercados. É possível, não obstante, que esse processo de reestruturação também favoreça os grandes varejistas de alimentos, uma vez que podem beneficiar-se de economias de escala na prestação de serviços, da redução de custos e de ganhos de eficiência e produtividade, associados, inclusive, ao relacionamento com os fornecedores.

Pode-se esperar, portanto, que a concentração da oferta em um pequeno número de grandes cadeias varejistas leve a uma inversão na prática negocial existente entre o segmento de super e hipermercados e os setores da indústria que atuam como fornecedores primários, os quais deverão ter o seu poder de barganha nas negociações de fornecimento razoavelmente enfraquecido. Adicione-se a isso o fato de que a entrada de cadeias varejistas internacionais no País tende

a aumentar a oferta doméstica através do incremento das importações. Essa situação já sinaliza a possibilidade de as compras do varejo passarem a ser cotadas de forma global.

Destaque-se, finalmente, como oportunidade mercadológica para o segmento de super e hipermercados, o aumento da oferta de produtos até então exclusivos das grandes cadeias do segmento de lojas de departamento, tais como: bens de consumo duráveis (eletroeletrônicos das linhas marrom e branca), artigos dos ramos de vestuário e calçados, CDs e livros.

Eduardo Rath Fingerl Diretor da Área de Indústria, Comércio e Serviços do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Among the activities that compose the Gross Domestic Product (GDP), trade has been one of those which grew more in the 1994-1996 period: an accumulated expansion of 21.5% against 13.4% for the GDP as a whole, that is, 6.7% a year against a rate of 4.3% a year for the GDP. Such an above-average performance, influenced by the growth of aggregate consumption observed after the launching of the Real Plan, has persisted even with the slow down of economic activity that took place as a consequence of the Mexican exchange crisis, at the end of 1994.

Table 14.1 synthesizes trade general data in 1996. Retail trade is the sector's most important segment, answering for 44.3% of the total net revenue (R\$135.7 billion) and for 84.5% of the Country's 1,144,007 trade establishments. Wholesale trade follows close by in terms of revenue: R\$104.5 billion or 34.1% of the total. An important feature of trade activity is its ability to generate jobs. In 1996, there were about 5 million employees in trade, most in retail trade - 3.5 million, or 71.3% of the total. This greater offer, however, has been translated into lower average wages and larger profit margins in retail vis-à-vis the other segments.

Graph 14.1 shows the distribution of trade net sales, by Major Regions. The Southeast Region answers for 58.6% of the total, followed by the South (19.5%), Northeast (12.9%), Central West (6.6%) and North Regions (2.3%). Graph 14.2 shows the participation of retail segments in the total revenue in 1996. We must highlight the growing participation of the supermarkets and hypermarkets segment, which has reached 28% that year. Such fact has at least two relevant consequences. On one hand, the competition among supermarkets and hypermarkets stimulates efficiency and helps to contain retail prices, particularly if we consider the bargaining power this segment has as regards suppliers. On the other hand, there may be losses in the number of jobs, since small establishments employ more people per revenue unit.

The trade sector in Brazil has been going through a marked restructuring and consolidation process in some of its segments,

characterized, in particular, by the expressive ingress of foreign capital and by company incorporations, mergers and associations, especially in retail trade. The sector's larger groups have been presenting a trend of strengthening, at the expenses of medium and small companies. These last, in general, are being incorporated or sold to larger and richer groups.

Food retail, for example, is undergoing an accelerated process of concentration. Currently, the five largest chains of food retail represent 37% of the total sales, while in 1994 this participation consisted of 23%. Among the 10 largest chains existing in 1996, four have been acquired by larger chains. Major retailers, such as Carrefour and Companhia Brasileira de Distribuição-CBD (Pão de Açúcar group) have been incorporating the stores or even partnership control of small and medium retailers. Moreover, the Country has been observing the ingress of international retail chains, such as Wal-Mart, Royal Ahold (through Bompreço), Sonae, Jerônimo Martins and Casino (through Pão de Açúcar), attracted, among other reasons, by the size of the domestic consumer market.

All that has reflected in a reduction in the number of outlets, particularly with the elimination of smaller-sized stores. Thus, between 1987 and 1998, the total number of stores operated by the 300 largest food retailers decreased from 4,949 to 3,218, while the stores' average sales area increased from 833 to 1,327 square meters. Another consequence of these movements was the exacerbation of competition in the supermarkets and hypermarkets segment. It is possible, however, that such restructuring process will help also the large food retailers, because they may benefit from economies of scale in providing services, from cost reductions and from efficiency and productivity gains, associated even to their relationship with suppliers.

We may expect, therefore, that offer concentration into a small number of large retailing chains will lead to an inversion in the negotiating practice existing between the supermarkets and hypermarkets segment and the industry sectors that act as primary suppliers, which shall have their bargaining power reasonably weakened in negotiations for supplying. We must add to that the fact that the ingress of international retailing chains in the Country tends to increase domestic offer through the increment of imports. This situation already suggests the possibility of retail purchases being priced globally.

We must highlight, finally, as a marketing opportunity to the supermarkets and hypermarkets segment, the increased offer of products until now exclusive to large chains in the department stores segment, such as durable consumer goods (household appliances of the white and brown lines), apparel and footwear goods, CDs and books.

Eduardo Rath Fingerl
Director, Área de Indústria, Comércio e Serviços, Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

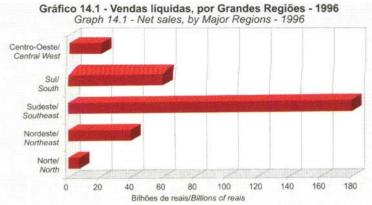
Tabela 14.1 - Dados gerais do comércio - 1996

Table 14.1 - General data of trade -1996

		Comér	cio/ <i>Trade</i>	
Dados gerais/ General data	Total/ Total	De veículos e motocicletas e varejista de combustíveis/ Vehicles and motorcycles and retail trade of fuels	Varejista/ Retail 	Atacadista/ Wholesale
Número de empresas/ Number of companies	1 060 944	89 600	897 039	74 305
Número de estabelecimentos/ Number of establishments	1 144 007	95 977	966 245	81 785
Receita liquida de revenda (1)/ Net receipt of sales (1)	306 267 818	65 977 413	135 779 511	104 510 894
Pessoal ocupado/ Employed persons	4 892 213	681 708	3 487 198	723 307
Salários e retiradas (1) Wages and withdrawals (1)	19 688 096	3 632 425	11 151 327	4 904 344
Salário médio (2) Average wage(2)	2,86	3,78	2,27	4,82
Taxa de margem (%) Margin Rate (%)	26,63	18,97	33,96	22,87

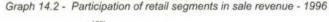
Fonte/Source: Pesquisa anual de comércio [online]. Rio de Janeiro : IBGE, 1999. Disponível: ftp://ftp.ibge.gov.br [capturado em ago. 1999].

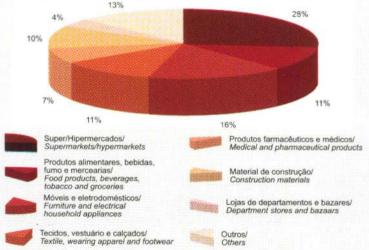
⁽¹⁾ Valores expressos em mil reais. (2) Em salários mínimos./ (1) Figures in thousands of reais. (2) In minimum wages.



Fonte/Source: Pesquisa anual de comércio [online], Rio de Janeiro : IBGE, 1999. Disponível: flb.//flb.ibge.gov.br/capturado.em.ago, 1999].

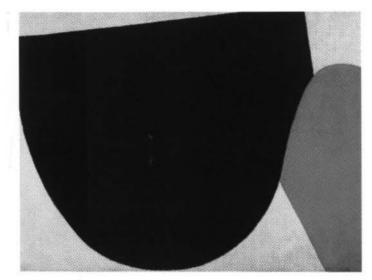
Gráfico 14.2 - Participação dos segmentos do varejo, na receita de revenda - 1996





Fonte/Source: Pesquisa anual de comércio [online]. Rio de Janeiro : IBGE, 1999. Disponível: ftp://ftp.ibge.gov.br[capturado.em.ago. 1999].

Transportes



Forma e silêncio, 1970 Arcángelo lanelli

Transportation

Transportes

É grande o desafio nacional de eliminar os obstáculos que impedem o aproveitamento econômico do potencial dos diversos modais de transportes brasileiros, em prol da redução do custo de deslocamento de pessoas e mercadorias e do desenvolvimento sustentável e integrado da nação.

Ainda que date do século passado o desenvolvimento da malha ferroviária atual e se reconheçam as vantagens da disponibilidade da extensa área costeira e das bacias hidrográficas navegáveis, é o modal rodoviário o predominante no País, impulsionado pelo desenvolvimento da indústria automobilística e da criação de mecanismos de financiamento para a expansão das rodovias estruturais, notadamente durante a década de 60. Cabe lembrar que, na década seguinte, a construção naval e a marinha mercante, que hoje enfrentam graves dificuldades de competição, desenvolveram-se, em muito alavancados, por mecanismos de financiamentos próprios.

Entretanto, a partir da crise financeira enfrentada pelo Setor Público, que viu reduzida drasticamente sua capacidade de investimento, o setor de transportes foi impactado com profundos movimentos de reestruturação, ainda não totalmente concluídos, de forma a enfrentar o novo ambiente que se apresentava: grande déficit de investimentos, sucateamento da infra-estrutura instalada e, ainda, os desafios impostos pelo processo de abertura da economia e de competição ampla por mercados.

Várias estratégias foram lançadas para esse enfrentamento. O processo de concessão de toda malha ferroviária em trechos, das rodovias federais e estaduais, da movimentação portuária por agentes privados, inclusive da carga de terceiros em portos privativos, foi, sucessivamente, acontecendo ao longo da década de 90, de forma a promover aumento da taxa de investimento, maior disponibilidade da oferta de infra-estrutura e redução tarifária dos serviços públicos.

Paralelamente, processos importantes de reestruturação no setor de transportes se deram no mundo, através de movimentos diversos, seja na marinha mercante (utilização de novos tipos de navios, processos de união de empresas transportadoras), seja nos portos (utilização ampla de contêineres, de equipamentos de movimentação de carga mais produtivos e de tecnologia de informação), seja nas ferrovias e rodovias (utilização de equipamentos especiais visando transbordo em menores tempo e custo).

Mas a questão da redução do custo de deslocamento vai além da disponibilidade da infra-estrutura/tecnologia e do financiamento aos novos investimentos: ela requer resposta a como integrar modais diferentes, agora sob a gestão de diversos agentes privados, numa única operação multimodal, transferindo as produtividades privadas ao usuário/cliente produtor. É na logística de transporte que se deverão concentrar os esforços para o aumento da competitividade do produto nacional. A implantação do Operador de Transporte Multimodal – OTM – é o grande passo a trilhar. E como se dará, quem será o agente estruturador dessa mudança? Cada mercado dará a resposta. O transporte será cada vez mais especializado e quem dominar esta especificidade da carga será o OTM. É na logística que se darão as maiores reduções de custo, aproveitando os potenciais de cada modal. Será um desafio o entendimento entre concessionários ferroviários, portuários e os transportadores rodoviários.

Com relação aos dados setoriais brasileiros, é relevante comentar:

- ainda que apenas pouco mais de 10% das rodovias sejam pavimentadas, a maior parte são estruturadoras e encontram-se no proarama de concessões;
- a demanda transportada pelo modal ferroviário de passageiros está concentrada nos sistemas do Rio e São Paulo, estadualizados; a demanda transportada pelo modal ferroviário de carga se destaca, notadamente, pelo escoamento da produção de granéis nos corredores de exportação;
- o transporte aéreo de mercadorias é muito pequeno no Brasil, mas apresenta expectativas de crescimento, notadamente com a proximidade da regulamentação da concessão para implantação, modernização e operação de terminais de passageiros e de cargas, o que deverá incrementar operações multimodais de mercados específicos, de alto valor agregado e perecíveis;
- o movimento portuário é, notadamente, relativo às transações do comércio exterior, já que a cabotagem ainda é incipiente; com a mo-

dernização dos equipamentos portuários e a concorrência nos serviços de movimentação, há expectativas de fortalecimento da cabotagem, caso do transporte de carga geral, se viabilizadas há uma logística multimodal competitiva: e

- por fim, o índice de veículos/habitantes é aparentemente baixo no Brasil, se comparado com países desenvolvidos; mas, concentrando-se a análise na Grande São Paulo, verifica-se que a relação chega a quase 1:4 e, em algumas localidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, a 1:2, exatamente o indicador internacional. Neste caso, vale registrar que o incremento da oferta e consumo nacionais deverá vir acompanhado de estratégias de racionalização do transporte urbano de passageiros, sem o que representará enormes deseconomias e dispêndios urbanos em congestionamentos.

Por fim, ressalta-se que a reestruturação do setor de transportes vem impondo um novo papel aos setores público e privado. O modelo de regulamentação através de Agências Nacionais (de Transportes e de Aviação Civil) procurará proporcionar um ambiente competitivo na prestação dos serviços, em benefício dos usuários e clientes. Há grandes perspectivas de um ciclo virtuoso multimodal, que, entretanto, demandará acordos entre os agentes para a efetivação da desejada operação multimodal mais econômica ao País.

Fernando Perrone

Diretor da Área de Projetos de Infra-Estrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Gerente

Temático de Logística do Programa de Estímulo às Exportações – PEE da Câmara de Comércio Externo - CAMEX.

ransportation

A great national challenge is to eliminate the obstacles that hinder the economic utilization of the potential offered by the Brazilian diverse transport modes, in order to reduce the cost of moving people and goods and enhancing the nation's sustainable and integrated development.

Although the development of the current railway network dates from the past century and the advantages of the extensive coastal area and of the navigable river basins are well known, the highway mode predominates in the Country, spurred by the development of the automotive industry and the creation of mechanisms to finance the expansion of structured highways, notably during the sixties. One must recall that, during the following decade, shipbuilding and the merchant marine, that today are facing serious difficulties to be competitive, had their development levered in large part by their own financing mechanisms.

However, after the financial crisis faced by the Public Sector, causing a drastic reduction in its investment capacity, the transportation sector suffered the impact of profound restructuring movements, not yet completely concluded, in order to confront the *new environment* that was becoming evident: great investment deficit, scrapping of the installed infrastructure and even the challenges posed by the process of economic opening and widespread competition for markets.

Various strategies have been launched for this confrontation. The process of concession of the whole railway network in sections, of federal and state highways, of port movement by private agents, including third parties cargo in private harbors, has been taking place successively during the nineties, in order to promote increase of the investment rate, a greater availability of infrastructure offer and reduction of public services tariffs.

Concomitantly, important restructuring processes in the transports sector took place around the world, through diverse movements, whether in the merchant marine (use of new types of ships, mergers of freight carriers), or in ports (wide use of containers, more productive equipment

to move cargo, information technology), or even in railways and highways (use of special equipment aimed at transshipping freight in less time and at a lower cost).

But the problem of reducing the cost of moving goes beyond the availability of infrastructure/technology and funding of new investments: it requires an answer to the question of how to integrate different modes. now under the management of various private agents, in just one multimodal operation, transferring private productivities to the user/ producer client. It is on the logistics of transport that efforts must be concentrated to increase the competitiveness of the national product. The implementation of the multimodal transport operator (MTO) is the great step to be taken. And how will it happen, who will be the agent structuring this change? Each market will give the answer. Transportation will be more and more specialized and the one who dominates this specificity of freight will be the MTO. Logistics will bring the largest cost reductions, making a better use of each mode's potential. It will be a challenge the understanding between railway and port concession holders and highways freight carriers.

Regarding Brazilian sectorial data, it is relevant to comment:

- although just a little over 10% of the highways are paved, most are structured and have been included in the concession program:
- the demand carried by the passenger railway mode is concentrated on the state systems of Rio de Janeiro and São Paulo; the demand carried by the freight railway mode consists mostly of bulk production flowing through export routes;
- air transportation of goods is insignificant in Brazil, but there is some expectation of growth, especially with the regulation of concession to put in place, modernize and operate passenger and freight terminals, and that shall increase specific markets, high aggregate value and perishables multimodal operations;
- port movement relates mainly to foreign trade transactions, since coastwise transportation is still incipient; with the modernization of port equipment and the competition in moving services, there are expectations of strengthening this mode of transportation regarding general freight carrying, if a competitive multimodal logistics becomes viable:
- lastly, the vehicle/inhabitant index is seemingly low in Brazil, if compared with developed countries; but if we concentrate the analysis

on the Great São Paulo, we observe that the ratio is close to 1:4 and in some localities of Rio de Janeiro and São Paulo, it is 1:2, which is exactly the international indicator. In this case, we must stress that the increment of domestic offer and consumption must be followed by strategies to improve urban passenger transportation, or it will represent huge urban misspending and expenses caused by traffic jams.

To conclude, we must stress that the transportation sector restructuring has been posing a new role to the public and private sectors. The regulation model through National Agencies (Transportation and Civil Aviation) will seek to supply a competitive environment in providing services, to benefit users and clients. There is great anticipation regarding a multimodal virtuous cycle which, nevertheless, will require agreements between agents to make the desired multimodal operation more economic to the Country.

Fernando Perrone
Director, Área de Projetos de Infra-Estrutura, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
e Social - BNDES.
Thematic Logistics Manager, Programa de Estímulo às Exportações-PEE, Câmara de Comêrcio
Externo - CAMEX.

Tabela 15.1 - Dados gerais do transporte rodoviário - 1995-1996

Table 15.1 - General data of highway transportation -1995-1996

	Tota	al/		Tipo de tra Type of tran	•	
Dados gerais <i>i</i> General data	Total		De pass Passe	Ü	De ca Freig	•
	1995	1996	1995	1996	1995	1996
Número de empresas/	6 027	5 648	1 147	1 151	4 880	4 497
Number of companies						
Pessoal ocupado/ Employed persons	721 730	721 831	482 083	. 500 499	239 647	221 332
Salários e retiradas (1)/	4 897	5 171	3 152	3 475	1 746	1 696
Wages and withdrawals (1)						
Receita total (1)/	23 271	22 792	11 240	11 659	12 031	11 133
Total receipts (1)						
Custo total (1)/ Total outlays 1)	23 153	22 219	11 785	11 668	11 368	10 551

Fonte/Source: Pesquisa anual do transporte rodoviário 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8-9. 1997-1998

Tabela 15.2 - Extensão da rede rodoviária nacional em tráfego - 1997

Table 15.2 - Extent of the national highway network in traffic - 1997

(continua/continues) Grandes Regiões Em tráfego/ In traffic Unidades da Federação/ Não-Total/ Pavimentada/ Major Regions and pavimentada/ Total Paved Federative Units Unpaved Brasil/Brazil 1 658 677 150 836 1 507 841 Norte/North 96 722 9 4 7 5 87 247 Rondônia 22 433 1 417 21 016 Acre 2 267 480 1 787 Amazonas 6 034 1 702 4 332 Roraima 4 868 746 4 122 Pará 34 343 3 4 1 7 30 926 Amapá 2 012 223 1 789 1 490 23 275 Tocantins 24 765

⁽¹⁾ Valores em milhões de reais, em moeda constante de 1995. / (1) Figures in millions of reais, at 1995 constant currency.

Tabela 15.2 - Extensão da rede rodoviária nacional em tráfego - 1997

Table 15.2 - Extent of the national highway network in traffic - 1997

(conclusão/concluded)

Grandes Regiões	Em tráfego/ In traffic				
e Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units	Total/ Total	Pavimentada/ Paved	Não- pavimentada/ Unpaved		
Nordeste/Northeast	396 860	41 763	355 097		
Maranhão .	52 686	4 210	48 476		
Piauí	52 736	3 578	49 158		
Ceará	48 084	6 270	41 814		
Rio Grande do Norte	26 921	3 753	23 168		
Paraíba	33 190	2 978	30 212		
Pernambuco	41 263	5 405	35 858		
Alagoas	12 989	2 230	10 759		
Sergipe	9 510	1 719	7 791		
Bahia	119 481	11 620	107 861		
Sudestel Southeast	479 585	52 574	427 011		
Minas Gerais	232 533	19 075	213 458		
Espírito Santo	29 957	3 015	26 942		
Rio de Janeiro	22 070	5 178	16 892		
São Paulo	195 025	25 306	169 719		
Sul/South ·	460 558	29 820	430 738		
Paraná	260 834	15 166	245 668		
Santa Catarina	61 363	5 397	55 966		
Rio Grande do Sul	138 361	9 257	129 104		
Centro-OesteiCentral West	224 952	17 204	207 748		
Mato Grosso do Sul	53 916	4 651	49 265		
Mato Grosso	82 875	3 995	78 880		
Goiás	86 699	7 822	78 877		
Distrito Federal/	1 462	736	726		
Federal District					

Fonte/Source: Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Sistema de Trechos Unitários do Plano Nacional de Viação.

Tabela 15.3 - Dados gerais do transporte ferroviário - 1997

Table 15.3 - General data of railway transportation - 1997

Especificação/ <i>Item</i>	1997
Extensão em tráfego (km)/	29 70
Extent in traffic (km)	
Material rodante em tráfego/	
Rolling stock in service	
Locomotivas/	1 48
Locomotives	
Automotrizes/	3
Railcars	
Trens unidade/	49
Trains	•
Carros (todos os tipos)/	2 03
Passenger cars (all types)	
Vagões (todos os tipos) (1)/	55 99
Freight cars (all types) (1)	
Pessoal empregado em 31.12/	51 47
Persons employed on Dec. 31st	
Movimento financeiro (1 000 R\$)/ Railway finances (1,000 R\$)	
Receita total/	4 377 02
Total receipts	
Despesa total/	6 901 97
Total expenses	0 301 37
Transporte realizado/	
Transportation services	
Passageiros (1 000)/	1 221 23
Passengers carried (1,000)	22120
Mercadorias (1 000 t úteis) e outros/	268 33
'Freight carried (1,000 of net tons) and other	200 33
,	
Consumo de energia/	
Energy consumption	
Energia elétrica (MWh)/	796 47
Electric energy (MWh)	
Óleo diesel (t)/	623 98
Diesel fuel (tons)	

Fonte/Source: Anuário estatístico das ferrovias do Brasil 1998. Brasilia : Ministério dos Transportes, D partamento de Transportes Ferroviários, [1998].

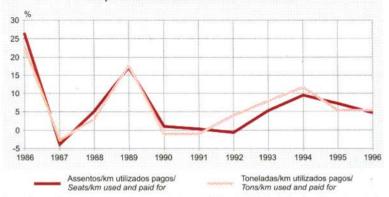
⁽¹⁾ Não inclui os vagões de propriedade particular. / (1) Excludes private cars.

Tabela 15.4 - Tráfego aéreo doméstico e internacional - 1996 Table 15.4 - Domestic and international air traffic - 1996

Especificação/ Item	Doméstico/ Domestic	Internacional/ International	Regional/ Regional	
Horas voadas/	255 679	238 280	294 857	
Hours flown				
Quilômetros voados (1 000)/	167 676	189 264	119 428	
Kilometers flown (1,000)				
Velocidade média (km/h)/	656	794	405	
Average speed (km/h)				
Assentos/quilômetros/				
Seats/kilometers				
Oferecidos (1 000)/	20 457 737	39 524 409	7 283 970	
Offered (1,000)				
Utilizados (1 000)/	12 538 911	24 883 369	3 785 566	
Used (1,000)				
Toneladas/quilômetros/				
Tons/kilometers				
Oferecidos (1 000)/	2 883 790	7 154 497	772 206	
Offered (1,000)				
Utilizados (1 000)/	1 509 107	3 853 051	346 902	
Used (1,000)				
Dearirea amb arradas/				
Passageiros embarcados/				
Passengers enplaned Total (1 000)/	11 522	4 357	F 004	
Total (1,000)	11 533	4 357	5 661	
Pago (1 000)/	11 334	4 243	5 555	
Paid (1,000)	11 334	4 243	5 555	
Consumo de combustível (1 000 l)/ Fuel consumed (1,000 l)	1 016 076	1 944 869	352 780	

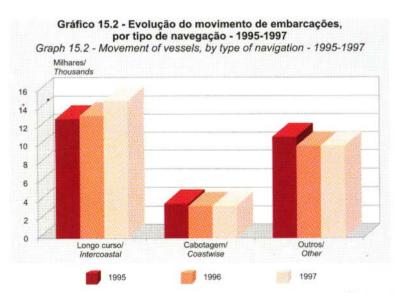
Fonte/Source: Anuário do transporte aéreo : dados estatísticos 1996. Rio de Janeiro : Departamento de Aviação Civil, 1998.

Gráfico 15.1 - Evolução do tráfego aéreo brasileiro - 1986-1996 Graph 15.1 - Brazilian air traffic - 1986-1996



Fonte/Source: Anuário do transporte aéreo : dados estatísticos 1996. Rio de Janeiro : Departamento de Aviação Civil, 1998.

Nota: Base: 1981 = 100 / Note: Base: 1981 = 100.



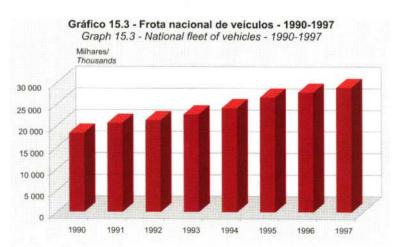
Fonte/Source: Ministério dos Transportes, Secretaria de Transporte Aquaviário, Departamento de Portos.

Tabela 15.5 - Transporte dutoviário de carga - 1993-1997

Table 15.5 - Freight pipeline transportation - 1993-1997

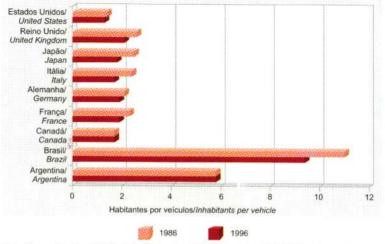
Especificação/ Item		Carga transportada (1 000 t)/ Freight carried (1,000 t)				
	1993	1994	1995	1996	1997	
Oleodutos/ Oil pipeline	153 953	134 431	153 978	146 307	260 535	
Minerodutos/ Ore pipeline	9 304	11 070	11 505	11 240	11 613	
Gasodutos/ Gas pipeline	12 304	13 275	14 735	14 609	15 555	

Fonte/Source: Anuário estatístico dos transportes 1997. Brasília : Ministério dos Transportes, v. 24, 1997.



Fonte/Source: Ministério da Justiça. Departamento Nacional de Trânsito, Sistema Nacional de Estatística de Trânsito.

Gráfico 15.4 - Habitantes por autoveículo em alguns países - 1986/1996 Graph 15.4 - Inhabitants per vehicle in selected countries - 1986/1996



Fonte/Source: Anuário estatístico da indústria automobilística brasileira 1957-1997. São Paulo : Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, p. 22, 1998.

Turismo



Tropical, 1917 Anita Malfatti

Tourism

O desempenho do setor do turismo nos últimos anos, em particular em 1998, tem sido determinado pela mudança de prioridades, desde que coube ao setor, nas políticas de governo, o papel de gerar empregos e renda para a população brasileira, por meio da promoção do crescimento da atividade em todo o Território Nacional, buscando a diminuição das desigualdades de renda e desenvolvimento social entre as diversas regiões brasileiras.

Para atingir este objetivo, a estratégia de atuação da EMBRATUR contempla, como prioridade maior, o fomento do mercado interno e, depois, a captação de turistas provenientes dos países fronteiriços, em especial aqueles do Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile). A seguir, as prioridades são os Estados Unidos e alguns países do mercado europeu (Alemanha, Itália, França, Inglaterra, Espanha e Portugal).

O Brasil, nos últimos anos e até o final de 1998, passou a ser um crescente mercado emissor de turistas internacionais, em função: 1) dos efeitos da nossa política cambial, com o real estável ante ao dólar; 2) da democratização do uso de cartões de crédito internacionais; 3) da liberdade de aquisição de moeda estrangeira para fins de turismo (limite de US\$ 8 000,00 em espécie ou travellers checks, além de igual montante via cartões de crédito); e, também, 4) do aumento da oferta de assentos e redução de tarifas em vôos internacionais, provocados tanto pelo surgimento de uma maior competição entre as empresas, especialmente nas rotas para os Estados Unidos, quanto pela concessão de novas rotas internacionais para as companhias aéreas brasileiras.

Este contingente de brasileiros, que passou a encarar os destinos turísticos internacionais como primeira opção para as suas férias, tem sido o principal grupo consumidor que se procura conquistar para os nossos destinos internos. São brasileiros de classe média que, em geral, moram no Centro-sul e Sul do País e que realizam elevados gastos em suas viagens, mesmo em padrões internacionais.

Com isso, além de promovermos o desenvolvimento em regiões carentes, com elevado potencial turístico, como o Norte e o Nordeste, diminuiremos o nosso déficit no balanço de pagamentos, afetado pelo resultado de nossa despesa cambial com turismo, que passou de US\$ 2,2 bilhões, em 1994, para US\$ 5,7 bilhões, em 1998, conforme se verifica no Gráfico 16.2.

A estratégia de incremento do mercado interno pode ser percebida se observarmos os números relativos aos desembarques de passageiros de vôos domésticos que, no período de 1994 a 1998, passaram de 12,6 milhões para 26,5 milhões, dobrando o nosso tráfego aéreo doméstico (Gráfico 16.3).

Para que os diversos programas, projetos e ações da EMBRATUR pudessem dispor de um maior e mais diversificado conjunto de dados e estatísticas, realizamos, em 1998, dois importantes estudos sobre o turismo brasileiro. O primeiro, por meio de convênio com a Fundação Instituto de Pesquisas da Universidade de São Paulo – FIPE –, foi uma ampla pesquisa sobre o nosso mercado interno, procurando dimensionar os fluxos entre os diversos estados brasileiros. O segundo, com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade de Pernambuco – FADE –, dimensionou os nossos fluxos receptivos internacionais, adotando uma nova metodologia de cálculo, similar às utilizadas por países europeus e outros países do Mercosul.

Como se verifica na Tabela 16.1 o número de turistas estrangeiros que ingressaram no País, em 1998, foi de 4,818 milhões. Estes dados passaram a computar com maior clareza os fluxos terrestres provenientes dos países limítrofes ao Brasil, que afetam principalmente os estados das Regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil.

O ingresso de turistas provenientes dos mercados de longa distância (América do Norte, Europa e Ásia) se dá, majoritariamente, através das cidades que dispõem de aeroporto internacional. Assim, chega a São Paulo o maior número de vôos internacionais, que, portanto, aparece como principal portão de entrada no País, apesar de sabermos que o Rio de Janeiro continua sendo a cidade mais visitada pelos turistas estrangeiros, com 37,4% do total.

Ao analisarmos os números da entrada de turistas estrangeiros por Unidades da Federação da Tabela 16.2, notaremos que os maiores incrementos ocorreram nos estados que dispõem de fronteira terrestre com outros países da América do Sul, demonstrando a importância do turismo inter-regional para o Brasil, como ocorre em todo o mundo. Houve, porém, aumento no número de turistas estrangeiros ingressados no País de praticamente todos os nossos mercados emissores.

Segundo a Organização Mundial do Turismo — OMT —, o Brasil, em 1998, passou a ocupar o 30º lugar no ranking dos principais destinos turísticos no mundo, considerando-se a chegada de turistas internacionais. De acordo com a mesma fonte, foi também verificado o maior percentual de variação no mundo, entre 1997-1998, no montante de 69,1%. O Gráfico 16.6 mostra que houve uma inversão no ranking dos principais destinos turísticos mundiais: a França assume o primeiro lugar, com 70 milhões de turistas, e a Espanha recua para o segundo lugar, praticamente empatada com os Estados Unidos.

Caio Luiz de Carvalho
Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR

The performance of the tourism sector in the last years, particularly in 1998, has been determined by the change of priorities, ever since fell to the sector, by government policies, to generate employment and income for the Brazilian population, by promoting the growth of the activity all over the national territory and seeking to diminish income and social development inequalities among the various Brazilian regions.

To reach this goal, EMBRATUR defined a strategy of action that has as its top priority to foment the domestic market and, afterwards, to attract tourists from neighboring countries, especially those in the Mercosur (Argentina, Uruguay, Paraguay and Chile). Next, the priorities are the United States and some countries in the European market (Germany, Italy, France, United Kingdom, Spain and Portugal).

Brazil, in the last years and until the end of 1998, was increasingly a sending market of international tourists, on account of 1) the effects of our exchange policy, with the real stable in the face of the dollar; 2) the democratization in the use of international credit cards; 3) the freedom to acquire foreign currency for travelling (limit of US\$ 8,000 in cash or travelers checks, besides the same amount in credit card expenses), and also 4) the increased offer of seats and reduction of fares in international flights, caused both by the greater competition between air carriers, especially in routes to the United States, and the concession of new international routes to Brazilian air carriers.

This contingent of Brazilians that began to see international destinations as the first option for their vacations has been the main consumer group that we aim to win to our domestic destinations. They are middle-class Brazilians who, in general, live in the Central South and the South of the country and who expend large amounts in their travels, even by international standards.

Thus besides promoting the development of needy areas with a high touristic potential, such as the North and the Northeast, and also diminishing our deficit in the balance of payments, affected by the result of our foreign currency expenditure in tourism, which went up from US\$ 2.2 billion, in 1994, to US\$ 5.7 billion in 1998, as shown in graph 16.2.

The strategy to increment the domestic market may be noticed if we observe that the figures relative to passengers disembarked from domestic flights air arrivals, in the period comprised between 1994 and 1998, went up from 12.6 million to 26.5 million, doubling our domestic inflow traffic (graph 16.3).

To allow the diverse programs, projects and actions of EMBRATUR a larger and more varied set of data and statistics, we carried out in 1998 two significant studies on Brazilian tourism. The first, through an agreement with the Foundation Institute of Research of the University of São Paulo - FIPE, was a wide survey of our domestic market, seeking to assess the flows between the diverse Brazilian states. The second, with the Foundation to Support Research and Development of the University of Pernambuco - FADE, measured our international incoming traffic, adopting a new calculation methodology similar to those used by European countries and other countries in the Mercosur.

As can be seen in table 16.1, the number of foreign incoming tourists, in 1998, was 4,818 million. These data began to compute with greater accuracy traveler flows coming by land from neighboring countries, that affect mostly the states in the South and Central West Regions.

Incoming tourists from long distance markets (North America, Europe and Asia) enter the country mostly through cities that have international airports. São Paulo receives the largest number of international flights and is thus the main entrance gateway in the country, despite the known fact that the city of Rio de Janeiro is the one visited by the largest number of foreign tourists, 37.4% of the total.

When we analyze the figures for incoming foreign tourists by Federative Units, in table 16.2, we notice that the largest increments took place in the states that have a land boundary with other countries in South America, evincing the importance of interregional tourism for Brazil, as occurs in the rest of the world. There was, however, an increase in the number of foreign tourists admitted to the country from virtually all the sending markets.

According to the World Tourism Organization - WTO, Brazil in 1998 became the 30th in the ranking of main touristic destinations in the world, when we consider the inflow of international tourists. According to the same source, we had also the highest percent change in the world, between 1997 and 1998, amounting to 69.1%. Graph 16.6 shows

that there was an inversion in the ranking of the main touristic destinations of the world: France takes the first position, with 70 million tourists, and Spain falls to the second place, closely followed by the United States.

Caio Luiz de Carvalho President, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR

Tabela 16.1 - Entrada de turistas no Brasil - 1996-1998

Table 16.1 - Tourists admitted to Brazil - 1996-1998

(continua/continues)

País de residência permanente/ Country of permanent residence	1996	1997	1998
Total/Total	2 665 508	2 849 750	4 818 084
África/Africa	23 187	23 747	40 959
América Central/Central America	18 571	19 047	31 503
América do Norte/North America	406 295	459 553	607 852
Canadá/Canada	26 306	29 278	46 986
Estados Unidos/United States	356 000	402 200	524 093
México/Mexico	23 959	28 075	36 773
América do Sul/South America	1 405 583	1 520 367	2 810 101
Argentina/Argentina	858 189	938 973	1 467 926
Bolívia/Bolivia	37 085	41 923	150 240
Chile/Chile	87 153	92 233	159 673
Colômbia/Colombia	19 286	22 561	49 282
Paraguai/Paraguay	118 563	146 581	451 693
Peru/Peru	21 308	, 28 834	48 913
Uruguai/ <i>Uruguay</i>	209 333	206 468	359 188
Venezuela/Venezuela	. 37 461	27 820	59 832
Outros/Other countries	17 205	14 974	63 354
Ásia /Asia	98 771	83 906	95 590
Japão/ <i>Japan</i>	48 474	39 194	38 145
Outros/Other countries	50 297	44 712	57 445

Tabela 16.1 - Entrada de turistas no Brasil - 1996-1998

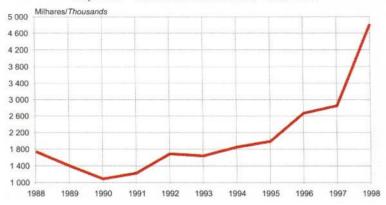
Table 16.1 - Tourists admitted to Brazil - 1995-1997

(conclusão/concluded)

		(correids	aur correlation)
País de residência permanente/ Country of permanent residence	1996	1997	1998
Europa/Europe	671 152	701 684	1 144 599
Alemanha/Germany	141 562	140 578	262 739
Áustria/Austria	15 081	13 729	24 028
Bélgica/Belgium	14 472	13 721	25 026
Espanha/Spain	65 140	63 809	91 969
França/France	75 277	84 552	121 274
Holanda/Netherlands	30 114	31 322	54 043
Inglaterra/England	58 201	62 308	117 518
Itália/Italy	109 834	123 114	169 567
Portugal/Portugal	62 642	63 315	105 593
Suíça/Switzerland	48 595	46 542	66 546
Outros/Other countries	50 234	58 694	106 296
Oceânia/Oceania	10 867	11 322	26 102
Oriente Médio/Middle East	· 17 532	19 049	29 735
Israel/Israel	10 188	11 375	16 073
Outros/Other countries	7 344	7 674	13 662
Não especificado/Unspecified	13 580	11 075	31 643

Fonte/Source: Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

Gráfico 16.1 - Evolução da entrada de turistas no Brasil - 1988-1998 Graph 16.1 - Tourists admitted to Brazil - 1988-1998



Fonte/Source: Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

(1) Dados preliminares./ (1) Preliminary data.

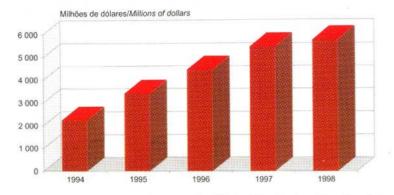
Tabela 16.2 - Entrada de turistas no Brasil, por Unidades da Fèderação de acesso - 1996-1998

Table 16.2 - Tourists admitted to Brazil, by Federative Unit of access - 1996-1998

Unidades da Federação de acesso/ Federative Unit of access	1996	1997	1998
Amazonas	18 158	18 432	75 901
Pará	8 354	9 956	22 793
Pernambuco	53 734	40 996	48 400
Bahia	61 559	55 340	62 539
Rio de Janeiro	518 046	557 188	734 026
São Paulo	988 903	1 007 456	1 251 176
Paraná	185 532	225 187	544 198
Rio Grande do Sul	512 648	516 635	952 336
Mato Grosso do Sul	40 623	41 485	166 680
Distrito Federal/Federal District	5 205	5 966	5 501
Outros/Other	272 746	371 109	954 544

Fonte/Source: Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

Gráfico 16.2 - Despesa cambial com turismo - 1994-1998 Graph 16.2 - Foreign currency expenditure in tourism - 1994-1998

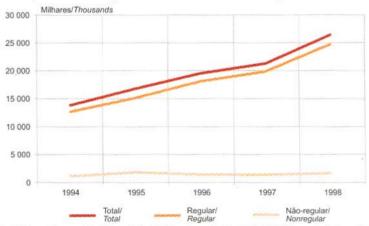


Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online]. Brasilia, jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago. 1999].

Nota: Despesa cambial gerada pela saída de brasileiros para o exterior. /

Note: Foreign currency expenditures generated by the departure of Brazilians to foreign countries.

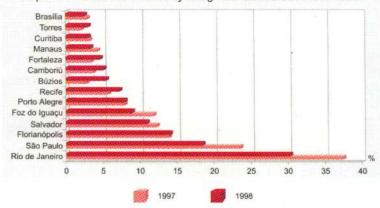
Gráfico 16.3 - Desembarque de passageiros de vôos domésticos - 1994-1998 Graph 16.3 - Passengers disembarked from domestic flights - 1994-1998



Fonte/Source: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, Comando da Aeronáutica.

Gráfico 16.4 - Cidades mais visitadas do Brasil, por turistas estrangeiros - 1997-1998

Graph 16.4 - Cities more visited by foreign tourists in Brazil - 1997-1998



Fonte/Source: Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

Tabela 16.3 - Agências de viagens e turismo - 1998

Table 16.3 - Travel and tourism agencies - 1998

Unidades da Federação/ Federative Units	Agências/ Agencies	Unidades da Federação/ Federative Units	Agēncias/ Agencies
Brasil/Brazil	13 611	Alagoas	108
		Sergipe	62
Rondônia	66	Bahia	427
Acre	20	Minas Gerais	991
Amazonas	186	Espírito Santo	226
Roraima	18	Rio de Janeiro	1 992
Pará	154	São Paulo	4 694
Amapá	17	Paraná	822
Tocantins	18	Santa Catarina	770
Maranhão	75	Rio Grande do Sul	1 204
Piauí	54	Mato Grosso do Sul	191
Ceará	234	Mato Grosso	141
Rio Grande do Norte	166	Goiás	177
Paraíba	88		
Pernambuco	367	Distrito Federal/Federal District	343

Fonte/Source: Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

Gráfico 16.5 - Receita da balança de pagamentos da conta turismo - 1988-1998

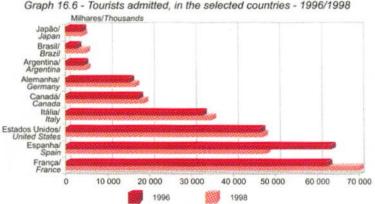
Graph 16.5 - Receipt of the balance of payments of the tourism account - 1988-1998



Fonte/Source: Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

- (1) Dados estimados através de pesquisas. (2) Dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil./
- (1) Data estimated from surveys. (2) Data from the Central Bank of Brazil.

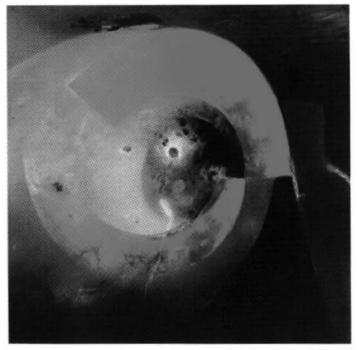
Gráfico 16.6 - Entrada de turistas, nos países selecionados - 1996/1998



Fonte/Source: Organização Mundial do Turismo - OMT, Banco de Dados.

(1) Em 1996, dados de 1995. (2) Inclui excursionistas, visitantes que não realizam pernoite. (3) Somente turistas hospedados em hotéis./(1) In 1996, data for 1995. (2) Includes excursionists, visitors who do not make an overniant stay. (3) Only tourists lodaced at hotels.

Comunicações



Paisagem cósmica, 1967-1969 Danila Di Prete

Communications



A busca de novo modelo para as telecomunicações brasileiras, iniciada em 1995 com a quebra do monopólio estatal, avançou passos importantes no ano de 1998. Relevante destacar que esse novo modelo foi pensado para atender às necessidades e direitos do usuário. Firma-se, por isso, sobre dois princípios essenciais: primeiro, universalizar, isto é, criar condições para que todos os brasileiros tenham oportunidade de contar com os serviços básicos de telecomunicações; segundo, introduzir a competição entre empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, a fim de se oferecer ao cidadão o direito de escolha, tendo em conta a abrangência, a qualidade e, principalmente, o preço do serviço.

Nesse contexto, a Agência Nacional de Telecomunicações — Anatel —, órgão regulador do setor, não formulou apenas as bases para a privatização do Sistema Telebrás como fixou as condições essenciais para a universalização e a competição. O Brasil, que em dezembro de 1997 tinha 4,5 milhões de telefones celulares em operação, no fim de 1998 (Tabela 17.3) chegava a 9 milhões de unidades, com previsão de alcançar 12 milhões em 1999 (Gráfico 17.1). A competição aumentou o número de aparelhos, reduziu custos e tarifas, permitindo que o telefone celular ficasse ao alcance de todas as classes sociais.

O segmento da telefonia fixa (Tabela 17.3), que terminou em 1997 com 18,8 milhões de linhas instaladas, chegou ao final de 1998 com 22,6 milhões de linhas, mas com a previsão de ultrapassar 26 milhões em 1999 (Gráfico 17.1) e chegar a quase 40 milhões de terminais em 2001. O índice de digitalização da rede, inferior a 50% em 1995, em 1998 já alcançava 80%. Os telefones públicos saltaram de 520,5 mil em 1997 para 613,9 mil em 1998, volume que deverá ampliar-se consideravelmente. Pelas metas de universalização, até dezembro de 2005, todo núcleo com mais de 100 habitantes, mesmo que se localize numa reserva indígena, terá pelo menos um telefone público.

Os Correios vêm, igualmente, promovendo profundas e abrangentes transformações em seus serviços. Processo iniciado em 1996 deu passos significativos em 1997 e avançou, em 1998, para a consolidação

de grande parcela de mudanças operacionais, comerciais e administrativas. Em síntese, essas mudanças visaram a promover a universalização na oferta de serviços, além da competitividade, com vistas a ampliar e melhorar cada vez mais os serviços que a Empresa presta. Nessa empreitada, deu ênfase a serviços inéditos com o propósito de atender às necessidades específicas do mundo atual, cenário em que a ECT sofre a concorrência cada vez maior dos meios eletrônicos de transporte de dados e mensagens.

As melhorias no tratamento, transporte e distribuição postal podem ser medidas pelos saltos observados nos volumes transportados (Tabela 17.1): o transporte de superfície saltou de 497 198 (1997) para 508 221 toneladas em 1998; o transporte aéreo de 117 186 para 119 780 toneladas no mesmo período. No esforço modernizador empreendido pela ECT, as unidades de atendimento diminuíram, mas foram compensadas pela ampliação das caixas de coleta, bem como pela introdução de ousado projeto de modernização e automação do processamento de objetos postais. Foram fatores decisivos para os resultados positivos alcançados pelos Correios em 1998. Um esforço que exigiu grandes investimentos em equipamentos e treinamento, sustentou a eficácia dos serviços e a evolução das receitas, que passaram de R\$ 2,9 bilhões (1997) para R\$ 3,3 bilhões (1998), como mostra a Tabela 17 1

Evidenciam esses números, cifras e indicadores, que, em telecomunicações e nos serviços postais, em 1998, o Brasil deu passos expressivos para avançar, nesses setores, rumo aos países desenvolvidos.

> Renato Navarro Guerreiro Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

Communications

The search for a new model for the Brazilian telecommunications, initiated in 1995 with the break of the state monopoly, moved firmly forward in the year of 1998. It is necessary to take into consideration that the new model was conceived to fulfill the user's needs and rights. It is therefore based on two fundamental principles: first, to universalize, that is, to create the conditions within which all the Brazilians can dispose of the basic telecommunication services; second, to introduce the competition among the operators in order to offer the citizen the right of the choice, taking into account the extent, the quality and above all the cost of the service.

In that context, the National Telecommunications Agency - Anatel, whose scope is the regulation of the sector, elaborated not only the guidelines for the privatization of the Telebrás system but also the basic rules for the universalization and the competition. Brazil, that in December 97 had 4,5 million cellular telephones in operation, by the end of 98 (Table 17.3) reached the mark of 9 million units. In 1999, as per forecasts, this figure will amount to 12 million (Graph17.1). The competition increased the number of telephone sets, cut down costs and tariffs and put the cellular telephone to the reach of all the social classes.

The segment of the switched fixed telephony (Table 17.3), that at the end of 1997 counted with 18,8 million installed lines, had at the end of 98 22,6 million lines. According to forecasts, in 1999 the limit of 26 million terminals will be surpassed (Graph 17.1) and by 2001 the number of installed lines will amount roughly to 40 million. The index of digitalization of the network, inferior to 50% in 1995, attained 80% in 1998. The number of pay phones jumped from 520,5 thousand in 1997 up to 613,9 thousand in 1998. This amount is expected to increase considerably. According to the universalization targets, by December 2005 every human agglomeration with more than 100 inhabitants, even if located in an indian reserve, will have at least one public telephone.

The Post and Telegraph Company (ECT) has equally been promoting deep and comprehensive changes in its services. The process, which

started in 1996, progressed significantly in 1997 and moved forward, in 1998, to the consolidation of a great portion of operational, commercial and administrative changes. In brief, these changes aimed at promoting the universalization in the offer of services, besides the competitiveness, in order to further enhance and improve the services. In that task-work, the Company gave emphasis to the offer of new services so that to cope with specific needs of the current world, scenery in which it suffers the ever growing competition of the electronic means of transport of data and messages.

The improvements in the postal treatment, transport and distribution can be measured by the jumps observed in the quantity of handled objects (Table 171). The amount of objects carried by surface jumped from 497.198 (1997) to 508.221 tons in 1998; the amount carried by air increased from 117.186 to 119.780 tons in the same period. In the modernizing effort undertaken by ECT, the number of post offices decreased, but this circumstance was compensated by an increase in the number of mailboxes and operational units supported by an audacious project of modernization and automation in the handling of postal objects. These factors were decisive to the positive results reached by ECT in 1998. Such an effort, which demanded great investments in equipment and training, sustained the effectiveness of the services and the evolution of the revenues, which increased from R\$ 2,9 billion (1997) to R\$ 3,3 billion (1998), as displayed in Table 17.1.

Those figures, ciphers and indicators show clearly that in the communications field, both in the telecommunication and the postal sectors, in 1998 Brazil gave meaningful steps to attain the level reached by the developed countries in those sectors.

Renato Navarro Guerreiro President, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

Tabela 17.1 - Organização dos Correios e Telégrafos - 1996-1998 Table 17.1 - Organization of Postal and Telegraph Services - 1996-1998

Especificação/ Item	1996	1997	1998
Unidades de atendimento/ Post offices	23 188	26 083	23 394
Caixas de coleta/ Mail collection boxes	24 068	24 650	25 138
Unidades operacionais/ Mail handling units	694	711	752
Pessoal/ Employees	77 620	77 577	82 464
Receita total (1 000 R\$)/ Total revenue (1,000 R\$)	2 627 176	2 924 257	3 344 500
Transporte de superficie (carga transportada)/ Surface mail (volume carried)	443 000	497 198	508 221
Transporte aéreo (carga transportada)/ Air mail (volume carried)	133 635	117 186	119 780

Fonte/Source: Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão.

Tabela 17.2 - Tráfego postal - 1996-1998 *Table 17.2 - Postal traffic - 1996-1998*

Especificação/ Item	1996	1997	1998
Total/ Total	6 009 791 111	6 046 918 804	5 846 478 288
Serviço Postal Convencional/ Conventional Postal Service	5 502 105 097	5 519 037 632	5 190 370 906
Serviço Especial de Entrega de Documentos - SEED/ Special Document Delivery Service - SEED	373 746 699	395 840 555	529 727 408
Outros/ Other services	133 939 315	132 040 617	126 379 974

Fonte/Source: Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão.

Tabela 17.3 - Terminais telefônicos em serviço - 1998

Table 17.3 - Telephone lines in service - 1998

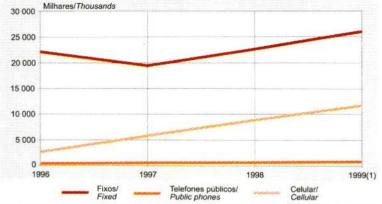
Unidades da Federação/ Federative Units	Total/ Total	Fixo/ Fixed	Telefones de uso público/ Public phones	Celular/ Cellular
Brasil/ Brazil	32 314	22 600	614	9 100
Rondônia	222	125	5	92
Acre	81	58	1	21
Amazonas	385	233	8	145
Roraima	61	45	2	14
Pará	655	375	17	263
Amapá	80	58	2	20
Tocantins	97	70	3	25
Maranhão	405	282	11	113
Piauí	240	193	8	40
Ceará	826	590	30	207
Rio Grande do Norte	291	199	8	84
Paraíba	388	283	11	95
Pernambuco	829	510	29	290
Alagoas	250	167	7	76
Sergipe	200	128	6	65
Bahia	1 346	890	46	410
Minas Gerais	3 335	2 428	57	850
Espírito Santo	624	401	13	210
Rio de Janeiro	3 719	2 596	78	1 045
São Paulo	10 596	7 430	111	3 055
Paraná	1 953	1 440	53	460
Santa Catarina	1 235	790	25	420
Rio Grande do Sul	1 837	1 400	37	400
Mato Grosso do Sul	402	285	7	110
Mato Grosso	430	295	9	126
Goiás	807	600	22	185
Distrito Federal/	1 022	729	13	281
Federal District				

Fonte/Source: Agência Nacional de Telecomunicações. Telemapa Brasil [online]. Disponível: http://www.anatel.gov.br/telemapa/default.htm [capturado em ago. 1999].

Nota: Dados em mil unidades./ Note: Data expressed in 1,000 units.

Gráfico 17.1 - Evolução dos terminais telefônicos - 1996-1999

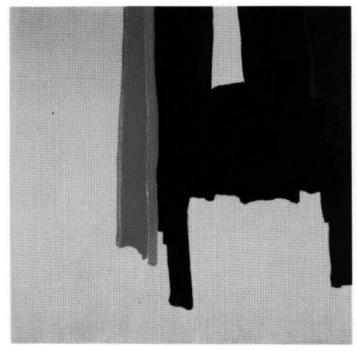
Graph 17.1 - Telephone lines in service - 1996-1999



Fonte/Source: Agência Nacional de Telecomunicações. Telemapa Brasil [online]. Disponível: http://www.anatel.gov.br/telemapa/default.htm [capturado em ago. 1999].

(1) Dados preliminares./ (1) Preliminary data.

Finanças



Pintura, 1967 Maria Leontina Franco da Costa

Finances

Os dados apresentados nesta seção revelam a austeridade das políticas fiscal, monetária e de crédito adotadas em 1998. Tais políticas já vinham sendo implementadas desde meados da década, quando da implementação do Plano Real, e tinham como objetivo central a manutenção da estabilidade da moeda.

No âmbito fiscal, o governo brasileiro atuou no sentido de reduzir seu déficit orçamentário. Dado o peso do pagamento dos juros da dívida pública, o esforço concentrou-se na obtenção de um superávit primário. Entretanto, a execução financeira do Tesouro Nacional em 1998 não apresentou melhora significativa em relação aos anos anteriores (Tabela 18.1). Embora a receita tenha se elevado, o resultado de caixa continuou negativo. O saldo positivo observado na disponibilidade de recursos deveu-se, mais uma vez, ao aumento do endividamento, com a emissão de títulos públicos.

A Tabela 18.2 apresenta o saldo dos empréstimos totais do sistema financeiro, incluindo as instituições bancárias e não-bancárias, tanto públicas como privadas. Quando comparado com o ano de 1997, notase um aumento superior a 100%. Esta aparente distorção deve-se ao fato de haverem sido incluídas as rendas a apropriar. Excluindo-se estas, o saldo das operações de empréstimos situou-se em R\$ 281,4, sendo que cerca de 10% desse total são créditos em atraso ou liquidação. Em relação a 1997, o saldo do crédito aos setores privados e público cresceu apenas 5,9%, o que representa possivelmente um aperto do crédito em função das elevadas taxas de juros cobradas nos empréstimos.

Nos últimos anos, a proporção do saldo dos créditos concedidos por instituições financeiras sobre o PIB tem se situado em torno de 30%. Considerando-se o porte do sistema financeiro nacional, e numa comparação internacional, essa proporção pode ser considerada baixa. Apenas 25% dos ativos do sistema financeiro estão comprometidos com operações de empréstimo. Esses números se explicam pela política de crédito restritiva que vem sendo adotada pelo Banco Central,

com a manutenção de elevadas alíquotas de depósitos compulsórios, e pela atrativa remuneração dos títulos da dívida pública. Vale salientar, contudo, que a baixa alavancagem das instituições bancárias brasileiras - assim como a relativamente pequena participação de passivos em moeda estrangeira - contribuiu para que o sistema financeiro nacional não viesse a ser abalado pelas recentes crises financeiras internacionais.

O Banco Central continuou, em 1998, a controlar o crescimento da liquidez da economia. O rendimento das aplicações financeiras mostrou-se bastante atraente em termos reais, contribuindo por um lado para reduzir as pressões de demanda e, por outro lado, para atrair capitais externos necessários para sustentar a taxa de câmbio dentro dos limites de oscilações preestabelecidos. No caso da caderneta de poupança, a rentabilidade mensal oscilou entre 0,88% e 1,39% (Gráfico 18.4), muito superior portanto à taxa de inflação. O crescimento do saldo dos principais agregados monetários foi mantido dentro das metas estabelecidas. Tanto a base monetária (Gráfico 18.6) como os meios de pagamento M1 (Tabela 18.3) permaneceram relativamente estáveis ao longo de 1998.

Fernando Carlos Cerqueira Lima Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ The Brazilian government adopted austerity of fiscal, credit and monetary policies in 1998. The data presented in this section reveal the extent of these policies, which have been implemented since the introduction of the Real Plan in July 1994 with the aim of maintaining monetary stability.

In the fiscal area, the government's goal is the reduction of the federal government deficit in nominal terms and to prevent further increases in the public debt. Given the weight of interest payments in this total, it would be necessary to achieve a cash surplus. In 1998, however, the performance of the National Treasury was not much different from those of previous years (Table 18.1). The cash result remained negative despite a substantial increase in revenues, and the resources available were up thanks to the net issue of federal securities.

Table 18.2 reveals the total outstanding amount of lending extended by the financial system, which includes banking and non-banking institutions, both public and private. As compared to 1997, the data show an increase of over 100 per cent. Such apparent distortion is due to the fact that the 1998 data include total earnings appropriation. If this item is not included, the outstanding credit operations amounted to R\$ 281.4 billion - of which around 10 per cent were in arrears and nonperforming. This means an increase of 5.9 per cent, indicating a credit squeeze if one takes into account the high levels of interest rates charged by the financial institutions.

In recent years, credit outstanding has stood at around 30 per cent of GDP. Considering the size and the degree of sophistication of the Brazilian financial system, such ratio may be considered extremely low by international standards. Credit operations represent no more than 25 per cent of the assets of the financial institutions. These figures can be partly explained by Central Bank's restrictive credit policy - the current ratio of required reserves on sight deposits is 70 per cent - and also by the attractive yields offered by government securities. It must be pointed out, however, that the low leverage of Brazilian banks, as well as the relatively small proportion of foreign denominated liabilities, helped the

financial system escaping major losses in the wake of the recent international financial crises.

In 1998 the Central Bank continued to carry out a strict control of liquidity. As a result, bank deposits and public securities yielded high rates of return contributing, on the one hand, to reduce demand pressures and, on the other hand, to attract foreign capital needed to keep stable the exchange rate. Graphic 18.4 shows that the monthly nominal rate of return on saving deposits stood within the range of .88 per cent and 1.39 per cent, well above the rate of inflation. The monetary aggregates were kept within the previously set targets. Both the monetary base (Graphic 18.6) and the money supply M1 (Table 18.3) remained relatively stable throughout the year.

Fernando Carlos Cerqueira Lima Professor, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Tabela 18.1 - Execução financeira do Tesouro Nacional - 1996-1998 Table 18.1 - National Treasury performance - 1996-1998

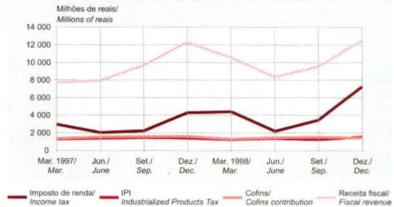
Especificação/	Fluxos (1 000 000 R\$)/ Flows (1,000,000 R\$)		
Item -	1996	1997	1998
Receita/ Revenues	97 132	116 034	139 086
Despesa/ Expenditures	106 257	121 680	148 333
Resultado de caixa/ Cash balance	(-) 9 125	(-) 5 646	(-) 9 247
Operações com títulos públicos federais/ Federal security operations	20 846	29 209	31 240
Remuneração de disponibilidade no Banco Central/ Remuneration of available funds in the Central Bank	3 386	3 843	9 821
Encargos da dívida mobiliária da carteira do Banco Central/ Federal security charges - Central Bank portfolio	(-) 1 671	(-) 3 146	(-) 4 269
Renegociação da divida externa e aquisição de garantias/ Negotiation of foreign debt and acquirement of warranties	(-) 6 504	(-) 161	(-) 578
Amortização da dívida contratada interna e externa/ Domestic and external contracted debt amortization	(-) 5 321	(-) 9 947	(-) 8 260
Disponibilidade de recursos/ Resources available	1 611	14 152	18 707

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online]. Brasília, Jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago. 1999].

Nota: Regime de caixa. /Note: Cash basis.

Gráfico 18.1 - Principais receitas do Tesouro Nacional - Mar. 1997/Dez.1998

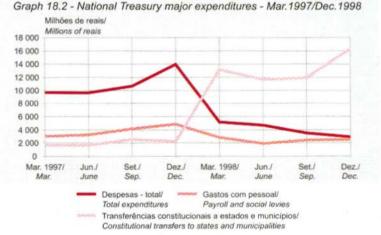
Graph 18.1 - National Treasury major revenues - Mar. 1997/Dec. 1998



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online], Brasilia, jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago. 1999].

Nota: Regime de caixa. /Note: Cash basis.

Gráfico 18.2 - Principais despesas do Tesouro Nacional - Mar. 1997/Dez. 1998



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online]. Brasilia, mar. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago. 1999].

Nota: Regime de caixa. /Note: Cash basis.

Tabela 18.2 - Empréstimos do sistema financeiro - 1998

Table 18.2 - Financial system loans - 1998

(continua/continues)

Saldos (1 000 000 R\$)/ Balances (1,000,000 R\$)

	Balances (1,000,000 R\$)					
Mês/ Month	Total (1)/	Governo/	Alividades empresariais/ Business activities			
	Total (1)	Government —	Total/ Total	Indústria/ Industry	Comércio/ Commerce	
Janeiro/January	524 493	27 477	497 016	155 809	70 594	
Fevereiro/February	553 666	27 858	525 808	165 315	76 162	
Março/March	581 603	27 888	553 715	173 433	81 506	
Abril/April	614 449	28 161	586 288	184 329	88 583	
Maio/ <i>May</i>	651 786	28 130	623 656	195 763	96 604	
Junho/ <i>June</i>	685 581	27 533	658 048	206 945	104 531	
Julho <i>/July</i>	728 930	26 810	702 120	221 462	114 467	
Agosto/August	778 606	26 076	752 530	237 762	126 038	
Setembro/September	562 751	25 727	537 024	167 995	38 100	
Outubro/October	591 154	25 763	565 391	178 768	39 220	
Novembro/November	626 917	24 165	602 752	188 824	40 430	
Dezembro/December	657 791	23 250	634 541	199 069	41 041	

Tabela 18.2 - Empréstimos do sistema financeiro - 1998

Table 18.2 - Financial system loans - 1998

(conclusão/ concluded)

Saldos (1 000 000 R\$)/
Balances (1,000,000 R\$,

	Balances (1,000,000 R\$) Alividades empresariais/ Business activities					
Mês/ Month						
	Habitação/ Housing	Outros serviços/ Other services	Rural/ Rural	Pessoas físicas/ Individuals		
Janeiro/January	66 949	130 670	29 257	43 737		
Fevereiro/February	67 766	140 724	30 348	45 493		
Março/March	67 614	152 055	30 854	48 253		
Abril/April	67 689	163 683	31 792	50 212		
Maio/May	68 370	177 685	32 274	52 960		
Junho/June	69 207	191 567	31 932	53 866		
Julho/ <i>July</i>	69 981	207 000	32 397	56 813		
Agosto/August	69 556	225 997	33 291	59 886		
Setembro/September	70 416	177 897	32 149	50 467		
Outubro/October	70 952	1 92 119	32 463	51 869		
Novembro/November	71 616	215 878	33 119	52 885		

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online]. Brasilia, jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago. 1999].

234 837

Nota: Dados preliminares. / Note: Preliminary data.

71 485



Dezembro/December

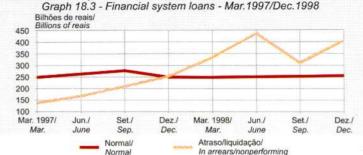
33 876

54 233

⁽¹⁾ Inclui operações do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). / (1) Includes FGTS

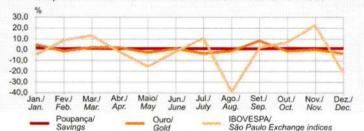
⁽Government Severance Indemnification Fund for Employees) operations.

Gráfico 18.3 - Empréstimos do sistema financeiro - Mar. 1997/Dez. 1998



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online]. Brasília, jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago. 1999].

Gráfico 18.4 - Rendimentos nominais das aplicações financeiras - 1998 Graph 18.4 - Nominal income of financial investments - 1998



Fonte/Source: Retrospectiva 1998, Rio de Janeiro : ANDIMA, 1999, p. 55.

Normal

Gráfico 18.5 - Base monetária média diária - 1998 Graph 18.5 - Monetary base daily average - 1998 25 Saldos em bilhões de reais/ Balances in billions of reais 20 15 10 5 Reservas bancarias/Banking reserves O Jan./ Fev./ Mar./ Abr./ Maio/ Jun./ Feb. Mar. Apr. May June Jul./ Ago./ Set./ Out./ July Nov./ Aug. Sep. Dez./ Oct. Nov. Dec.

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online]. Brasilia, jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago. 1999].

Nota: Cálculo sobre os dias úteis do mês. /Note: Calculated using the number of working days of the month.

Tabela 18.3 - Saldos dos meios de pagamento - 1998 Table 18.3 - Money supply balances - 1998

(continua/continues)

		FAF, FIF-CP e FRP-CP/ Financial	Titulos em pod Securities outs	
Mês/ Month	M ₁	investment funds and short-term fixed-income funds	Federais/ Federal	Estaduais e Municipais/ State and Municipal
		1 000 000 1,000,000		
Janeiro/January	42 620	7 084	142 047	8 758
Fevereirc/February	42 821	7 094	148 737	8 499
Março/ <i>March</i>	41 922	7 459	159 160	8 312
Abril/April	42 275	7 834	163 318	8 038
Maio/May	42 502	8 157	168 122	7 552
Junho/June	43 987	7 840	169 788	8 916
Julho/ <i>July</i>	43 945	7 997	176 802	8 879
Agosto/August	44 237	8 109	176 485	9 341
Setembro/September	43 914	7 735	164 325	8 655
Outubro/October	42 953	7 389	168 046	9 037
Novembro/November	46 091	7 768	177 853	9 358
Dezembro/December	50 556	7 441	184 514	9 361

Tabela 18.3 - Saldos dos meios de pagamento - 1998

Table 18.3 - Money supply balances - 1998

(conclusão/concluded)

Mès/ Month	M ₂	Depósitos de poupança/ Savings deposits	M_3	Títulos privados (2)/ Private securities (2)	M ₄
			1 000 000 R\$/ 1,000,000 R\$		
Janeiro/ <i>Januar</i> y	200 508	99 412	299 920	96 503	396 423
Fevereiro/February	207 151	97 872	305 023	100 154	405 177
Março/March	216 853	97 178	314 031	102 863	416 894
Abril/April	221 464	97 095	318 559	100 322	418 882
Maio/May	226 334	97 386	323 720	101 481	425 201
Junho/June	230 531	98 892	329 424	101 649	431 073
Julho/ <i>July</i>	237 623	100 276	337 899	100 784	438 683
Agosto/August	238 172	101 476	339 648	99 584	439 232
Setembro/September	224 630	103 061	327 690	95 771	423 462
Outubro/October	227 424	104 596	332 020	96 348	428 368
Novembro/November	241 071	106 205	347 276	95 952	443 228
Dezembro/December	251 873	107 422	359 294	93 903	453 198

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online]. Brasília, jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago, 1999].

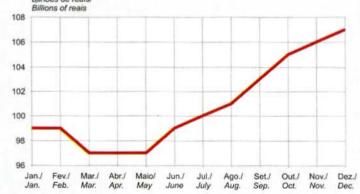
(1) Exclui títulos em carteira do Banco Central do Brasil, dos FAF, dos FRF-CP, dos FIF-CP e de Instituições Financeiras. (2) Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio e letras hipotecárias, exceto aqueles em poder dos fundos de aplicação financeira, dos fundos de investimentos financeiros de curto prazo, dos fundos de renda fixa de curto prazo e em carteira das Instituições Financeiras. (1) Excludes securities in portfolios of the Central Bank of Brazil, financial investment funds, short-term fixed-income funds, short-term financial investment funds and Financial Institutions. (2) Includes time deposits, exchange bills and mortgage bonds, excepting those held by financial investment funds, short-term fixed-income funds, short-term financial investment funds and those in Financial Institutions portfolios.

Gráfico 18.6 - Meios de pagamento no fim de período - 1998 Graph 18.6 - Money supply at the end of period - 1998



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online], Brasilia, jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago. 1999].

Gráfico 18.7 - Saldos em depósitos de poupança - 1998 Graph 18.7 - Savings deposits balances - 1998 Billions de reais/ Billions of reais



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online]. Brasilia, jun, 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago. 1999].

Comércio Exterior



Porto, 1922 Antônio Gonçalves Gomide

Foreign Trade

Comércio Exterior

O ano de 1998 foi marcado pela piora nas contas externas brasileiras, que antecederam a mudança do regime cambial brasileiro, em vigor desde o início do plano de estabilização de julho de 1994 — um sistema de câmbio administrado num intervalo de variação definido pelo governo, o sistema de bandas cambiais. A piora nas contas está refletida no déficit de US\$ 17,265 bilhões da balança de pagamentos e pela perda de US\$ 7,742 bilhões nas reservas internacionais. Alguns fatos podem ser destacados na explicação desse resultado.

A crise dos países asiáticos, iniciada em meados de 1997, levou a um menor crescimento da demanda mundial, contribuindo para a queda nos preços de diversos produtos primários exportados pelo País. A situação para os produtos industrializados também não foi favorável. Os principais mercados para essas exportações brasileiras são os países da América Latina, que apresentaram redução no seu ritmo de crescimento. Assim, pela primeira vez na década de 90, há uma queda nas exportações de 3,5%. O menor déficit comercial em 1998, em comparação com o de 1997, foi obtido, e então, pela queda mais acentuada das importações (6,2%), associada ao baixo crescimento econômico do País, cerca de 0,1%.

A redução do saldo comercial não foi suficiente para diminuir o saldo negativo em transações correntes que se elevam para US\$ 30,351 bilhões. Isso não seria um problema se o País estivesse captando recursos externos em montantes similares ao de 1996. E aqui reside o principal fato marcante de 1998. Somando-se a crise asiática, que já contribuíra para um menor fluxo de capitais para os chamados "mercados emergentes", a declaração da moratória da dívida externa russa, em agosto de 1998, provocou uma grande saída de capitais do País. Entre julho e setembro, o País perdeu US\$ 24,828 bilhões de reservas internacionais. Os dados da conta de capital da balança de pagamentos mostram claramente esse comportamento pela redução da entrada líquida do item "outros capitais", a partir de 1997 e o saldo negativo de 1998. Ao mesmo tempo, deve ser chamada a atenção de que a crise de confiança que afetou os movimentos de capitais de

curto prazo não é verificada nos fluxos de investimentos que se mantém relativamente estáveis entre 1997 e 1998. Em termos de composição, os investimentos norte-americanos foram majoritários no período de 1993-1995, não devendo ter sido alterada essa situação.

Visando a evitar uma crise que obrigasse o governo a uma grande desvalorização cambial, dada a queda de reservas, foi realizado um acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI -, garantindo recursos da ordem de US\$ 18 bilhões. Esse acordo através do qual o governo se compromete com uma série de metas fiscais e monetárias permitiu ainda que fossem assegurados empréstimos do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de países industrializados, totalizando US\$ 23,5 bilhões.

O País evitou, assim, até fins de 1998 uma mudança abrupta na condução de sua política cambial. As condições mais restritivas no mercado internacional para o financiamento do déficit em conta corrente apontavam, entretanto, a importância de uma melhora no desempenho exportador. Acelera-se o ritmo das variações cambiais e anuncia-se o Programa Especial de Exportações, com a meta de atinair US\$ 100 bilhões de exportações no ano 2002.

No início de janeiro de 1999, o anúncio de que o governo iria operar com um intervalo de variação cambial, maior, provocou novas saídas de capital. As reservas internacionais caem para US\$ 35,177 bilhões, em janeiro. O governo é obrigado a abandonar o regime administrado de câmbio e implementa um regime de câmbio livre.

Finalmente, nos dados apresentados do comércio mundial de alguns países selecionados, destaca-se o reduzido tamanho das exportações brasileiras e argentinas. Enquanto os três principais países do comércio mundial explicam, respectivamente, 12,5% (Estados Unidos), 9,3% (Alemanha) e 7,6% (Japão) das exportações mundiais, a Argentina participa com 0,5% e o Brasil com 0,96%.

Lia Vals Pereira Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

Foreign Trade

The year 1998 has been characterized by a turn for the worse as regards Brazilian foreign accounts, which preceded the change of the Brazilian exchange base, in force since the beginning of the stabilization plan of July 1994 - an exchange system managed according to an interval of variance defined by the government, the system of exchange bands. The account worsening is reflected on a trade balance deficit of US\$ 17.265 billion and a loss of US\$ 7.742 billion in international reserves. Some facts must be stressed when explaining such result.

The Asian countries crisis, which started in mid-1997, led to less growth in worldwide demand, contributing to price drops for various primary products exported by the Country. Manufactured products also did not have a favorable result. The major markets for Brazilian exports are Latin American countries, which presented reduction in their rhythm of growth. Thus for the first time in the nineties a fall of 3.5% in exports has been observed. The lower trade deficit in 1998 by comparison with 1997 has been attained and then, through a sharper fall of imports (6.2%), associated to the Country's low economic growth, about 0.1%.

Reduction in the balance of trade was not enough to lessen the negative balance in current transactions which increased to US\$ 30.351 billion. This would not be a problem if the Country had been obtaining foreign funding in amounts similar to those of 1996. And here lies the most significant fact of 1998. Adding up the Asian crisis, which had already contributed to a lower inflow of capital towards the so called "emerging markets", the declaration of the Russian foreign debt moratorium, in August 1998, provoked a huge outflow of capital from the Country. Between July and September the Country lost US\$ 24.828 billion in international reserves. Data from the balance of payments' capital account clearly show this behavior through the reduction of the net inflow in the "other capitals" item, which began in 1997, and the negative balance in 1998. At the same time, we must draw attention to the fact that the confidence crisis that affected the movement of shortterm capitals does not take place in investment flows that remain relatively stable between 1997 and 1998. In terms & composition, NorthAmerican investments have been major during the 1993-1995 period, and this situation has not changed.

To avoid a crisis that constrained the government to a major exchange devaluation, due to declining reserves, an agreement has been reached with the International Monetary Fund (IMF) to guarantee funds amounting to US\$ 18 billion. This agreement, through which the government vouches to attain a series of fiscal and monetary goals, has ensured also loans from the World Bank, the Inter-American Development Bank and some industrialized countries, to the amount of US\$ 23.5 billion.

Thus the Country has avoided an abrupt change in the conduction of its exchange policy until the end of 1998. More restrictive international market conditions to fund the current account deficit however pointed to the importance of an improvement by the performance of exports. The rhythm of exchange rate oscillations accelerates and the Special Exports Program is announced with the goal of achieving US\$ 100 billion in exports in the year 2002.

At the beginning of January 1999, the announcement that the government was going to operate with a larger exchange interval caused new capital outflows. International reserves fall to US\$ 35.177 billion in January. The government is forced to abandon the managed exchange regime and implements a free exchange regime.

To conclude, data presented for world trade by selected countries shows the reduced size of Brazilian and Argentine exports. While the three main countries in international trade account for, respectively, 12.5% (United States), 9.3% (Germany) and 7.6% (Japan) of world exports, Argentina participates with 0.5% and Brazil with 0.96%.

Lia Vals Pereira Professor, Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

Tabela 19.1 - Balanço de pagamentos - 1996-1998 Table 19.1 - Balance of payments - 1996-1998

Especificação /	1996	1997	1998		
Especificação/ Item	1 000 000 US\$/ 1,000,000 US\$				
Balança comercial/ Trade balance	(-) 5 554	(-) 6 848	(-) 6 591		
Exportações/ Exports	(-) 47 747	(-) 52 990	(-) 51 120		
Importações/ Imports	(-) 53 301	(-) 59 838	(-) 57 711		
Serviços/ Services	(-) 20 483	(-) 26 28 <u>4</u>	(-) 28 798		
Juros/ Interest	(-) 9 153	(-) 10 390	(-) 11 948		
Outros/ Other services	(-) 11 310	(-) 15 894	(-) 16 850		
Transferências unilaterais/ Unrequited transfers	(-) 2 900	(-) 2 216	(-) 1 778		
Transações correntes/ Current transactions	(-) 23 136	(-) 30 916	(-) 33 611		
Capital/ Capital	(-) 33 868	(-) 25 882	(-) 20 232		
Investimento/ Investment	(-) 15 540	(-) 20 662	(-) 20 759		
Outros/ Other	(-) 18 328	(-) 5 220	(-) 527		
Erros e omissões/ Errors and omissions	(-) 1 715	(-) 2 811	(-) 3 906		
Resultado da balança de pagamentos/ Result of the balance of payments	(-) 9 017	(-) 7 845	(-)17 285		

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online]. Brasília, jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago.1999].

Tabela 19.2 - Exportação - 1996-1998

Table 19.2 - Exports - 1996-1998

(continua/continues)

Especificação/	1996	1997	1998	
ltem	1 000 000 US\$ FOB/ 1,000,000 US\$ f.o.b.			
Total / Total	47 747	52 990	51 120	
Produtos primários/ Primary products	18 071	20 254	19 175	
Café/ Coffee	2 095	3 094	2 576	
Sojal Soybeans	4 458	5 729	4 755	
Cacau (grãos, manteiga, licor e torta)/ Cacao (beans, butter, liqueur and cake)	162	116	140	
Açúcar (cristal, demerara e refinado)/ Sugar (crystal, raw and refined)	1 491	1 770	1 941	
Suco de laranja/ Orange juice	1 392	1 003	1 262	
Carne/ Meat	1 509	1 563	1 598	
Minério de ferro, manganês e outros minérios metalúrgicos/ Iron ore, manganese and other ores	2 933	3 061	3 466	
Fumo em folhas/ Tobacco in leaf	1 029	1 091	940	
Outros/ Other	3 004	2 827	2 497	
Produtos industrializados/ Manufactured products	29 676	32 736	31 945	
Material de transporte e componentes (partes, peças e equipamentos para transportes)! Transportation equipment and components (parts, accessories and equipment)	4 750	6 758	7 599	

Tabela 19.2 - Exportação - 1996-1998

Table 19.2 - Exports - 1996-1998

(conclusão/concluded)

	1996	(conclusar	1998		
Especificação/ Item	1 000 000 US\$ FOB/ 1,000,000 US\$ f.o.b.				
Produtos industrializados/ Manufactured products			heren med de la combination de la fill de la filma		
Máquinas e instrumentos mecânicos/ Machines and mechanical instruments	3 150	3 393	3 197		
Equipamentos elétricos e eletrônicos/ Electric and electronic equipment	1 584	1 783	1 712		
Produtos metalúrgicos/ Fabricated metal products	6 261	6 018	5 418		
Produtos químicos/ Chemical products	3 464	3 829	3 671		
Madeiras e manufaturas/ Wood and products	1 110	1 218	1 127		
Calçados e produtos de couro/ Footwear and leather products	1 712	1 663	1 454		
Derivados de petróleo/ Petroleum products	. 927	973	967		
Papel e celulose/ Paper and cellulose	1 935	1 991	1 979		
Produtos têxteis/ Textile products	1 272	1 250	1 093		
Outros/ Other	3 511	3 858	3 727		

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online]. Brasília, jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago.1999].

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento. /Note: Individual figures may not add up to the totals due to data rounding.

Tabela 19.3 - Importação - 1996-1998

Table 19.3 - Imports - 1996-1998

(continua/continues)

Fannaifianaño/	1996	1997	1998
Especificação/ Item	1 0 1,0		
Total/ Total	53 301	61 347	57 529
Bens de consumo/ Consumer goods	9 214	9 397	8 786
Alimentos/ Food products	3 279	3 290	3 053
Vestuário/ Apparel	862	979	789
Outros/ Other	5 073	5 128	4 944
Matérias-primas/ Raw materials	17 775	19 510	19 169
Cereais e produtos de indústria de moagem/ Grains and mill products	2 103	1 583	1 941
Trigo/ Wheat	1 288	822	828
Adubos e fertilizantes/ Fertilizers	860	1 021	979
Produtos químicos/ Chemical products	7 958	8 926	9 263
Ferro fundido e aço/ Cast iron and steel	793	1 254	1 362
Metais não-ferrosos/ Nonferrous metals	938	1 127	1 084
Carvão/ Coal	755	807	747
Outras/	4 368	4 804	3 794
Petróleo e derivados/ Petroleum and derivatives	6 124	6 208	4 339

Tabela 19.3 - Importação - 1996-1998

Table 19.3 - Imports - 1996-1998

(conclusão/concluded)

4	1996	1997	1998
Especificação/ Item	1/05/0	0 000 US\$ FOB/ 0,000 US\$ f.o.b.	
Bens de capital/	20 188	26 232	25 235
Capital goods			
Material de transporte/	4 514	6 456	6 754
Transportation equipment			
Veículos automóveis, tratores, etc./	3 979	5 410	5 639
Automotive vehicles, tractors, etc.			
Outros/	535	1 046	1 114
Other			
Máquinas e material elétrico/	15 674	19 776	18 481
Machines and electric equipment			

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online]. Brasilia, jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago.1999].

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento. /Note: Individual figures may not add up to the totals due to data rounding.



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online]. Brasilia, jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado.em.ago.1999].

Tabela 19.4 - Investimentos diretos e reinvestimentos estrangeiros no País - 1993-1995

Table 19.4 - Foreign investments and reinvestments in the Country - 1993-1995

Países selecionados/	Ano/	Total/ Total	Investimentos/ Investments	Reinvestimentos/ Reinvestments
Selected countries	Year		1 000 US\$/ 1,000 US\$	
Canadá/	1993	2 132 155	1 470 459	661 696
Canada	1994	2 209 859	1 524 002	685 857
	1995	2 262 002	1 534 243	727 759
Estados Unidos (1)/	1993	14 896 800	11 888 165	3 008 635
United States(1)	1994	18 589 119	15 590 068	2 999 051
	1995	19 134 126	16 146 656	2 987 470
Cayman/	1993	2 182 441	2 164 467	17 974
Cayman	1994	2 617 299	2 592 787	24 512
	1995	180 844	156 277	24 567
Alemanha/	1993	5 476 468	3 657 434	1 819 034
Germany	1994	6 315 171	4 283 962	2 031 209
	1995	7 053 554	4 778 776	2 274 778
França/	1993	2 037 545	1 202 539	835 006
France	1994	2 387 508	1 467 051	920 457
	1995	2 640 342	1 581 156	1 059 186
Itália/	1993	1 668 385	1 376 666	291 719
Italy	1994	1 603 371	1 292 953	310 418
	1995	1 614 303	1 318 523	295 780
Reino Unido/	1993	3 537 680	2 691 087	846 593
United Kingdom	1994	5 107 009	4 209 311	897 698
	1995	5 215 804	4 370 566	845 238

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil. Suplemento estatístico [online]. Brasilia, mar. 1998. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em 30 abr. 1998].

Nota: Em 1995, dados de junho. / Note: In 1995 data for June.



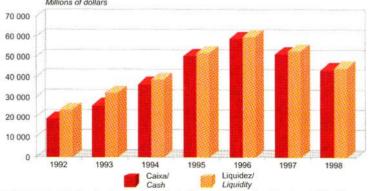
⁽¹⁾ Inclui Porto Rico. / (1) Includes Puerto Rico.

Table 19.5 - Dívida externa registrada total - 1995-1997 Table 19.5 - Total registered external debt - 1995-1997

Divide external	1995	1996	1997
Dívida externa/ External debt		1 000 000 US\$/ 1,000,000 US\$	
Total/ Total	129 313	144 092	167 760
Empréstimos compensatórios/ Compensatory loans	142	68	32
Empréstimos-programa/ Program loans	204	184	164
Bōnus/ Bonds	53 903	54 876	49 387
Financiamentos de importações/ Import financing	36 113	34 165	50 785
Empréstimos diversos/ Other loans	23	19	17
Empréstimos em moeda/ Currency loans	38 928	54 780	67 375

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil. Suplemento estatístico [online]. Brasília, jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em ago. 1999].

Gráfico 19.2 - Reservas internacionais do Pais - 1992-1998 Graph 19.2 - International reserves of the Country - 1992-1998 Millios de dólares/ Millions of dollars



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil [online]. Brasilia, jun. 1999. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado.emago.1999].

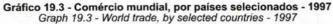
Tabela 19.6 - Taxa de câmbio - 1998

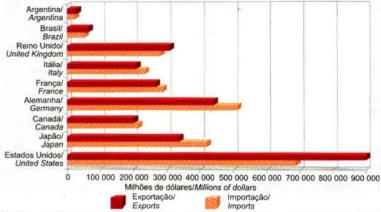
Table 19.6 - Exchange rate - 1998

Ano e mês/ Year and month	Média mer R\$/U\$ Monthly ave R\$/U\$	S\$/ erage in	Taxa real (%) (1)/ Real rate (%) (1)		
	Compra/ Buying	Venda/ Selling	Ao mês/ Monthly	Ào ano/ Annual	
Janeiro/January	1,119133	1,119933	(-) 0,71	(-) 0,71	
Fevereiro/February	1,126322	1,127122	0,59	(-) 0,12	
Março/ <i>March</i>	1,132900	1,133700	0,18	0,06	
Abril/ <i>April</i>	1,140395	1,141195	1,13	1,19	
Maio/May	1,147330	1,148130	0,72	1,92	
Junho/June	1,153771	1,154571	0,23	2,15	
Julho/ <i>July</i>	1,160691	1,161491	1,33	3,51	
Agosto/August	1,170924	1,171724	0,89	4,43	
Setembro/September	1,180086	1,180886	0,91	5,38	
Outubro/October	1,187567	1,188367	1,06	6,50	
Novembro/November	1,192870	1,193670	0,72	7,26	
Dezembro/December	1,204550	1,205350	(-) 0,72	6,49	
Média anual/Annual average	1,159712	1,160512			

Fonte/Source: Retrospectiva 1998. Rio de Janeiro: ANDIMA, 1999. p. 140.

⁽¹⁾ O conceito de taxa de câmbio real corresponde à variação nominal de câmbio, multiplicada pela taxa de paridade (Índice de Preços por Atacado do Norte-Americano, sobre o Índice de Preços por Atacado do IPA-OG Brasil). I (1) The concept of real exchange rate corresponds to the nominal exchange change, multiplied by the parity rate (Wholesale Price Index of IPA-OG Brazil).



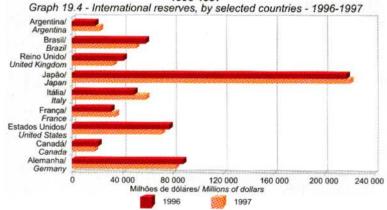


Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil. Suplemento estatístico [online]. Brasilia, mar. 1998. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em 30 abr. 1998].

Nota: Valores da exportação em dólares FOB e da importação em dólares CIF./

Note: All exports in dollars f.o.b., and all imports in dollars c.i.f.

Gráfico 19.4 - Reservas internacionais, por países selecionados 1996-1997



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil. Suplemento estatistico [online]. Brasilia, mar. 1998. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturadoem30abr. 1998].

Nota: Ouro avaliado a DES (Direito Especial de Saque) 35,00/Onça-Troy./ Note: Gold valuated at SDR (Special Drawing Right) 35,00/Troy-ounce.

Ciência e Tecnologia



Máquina humana, 1969 Flávio-Shiró Tanaka

Science and Technology

Ciência e Lacnologia

A evidência inegável de que o desenvolvimento dos países depende cada vez mais do domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos faz com que este capítulo tenha uma importância especial no contexto da compreensão do nosso País através dos números.

Uma diversidade grande de instituições e organizações estão envolvidas na execução e no financiamento das atividades que ampliam, disseminam e aplicam o conhecimento científico e tecnológico, atividades essas comumente conhecidas como atividades de C&T. Algumas dessas instituições pertencem ao setor privado enquanto outras são do Governo, ou tem um caráter independente. O leitor notará nos gráficos e tabelas que compõem este capítulo que há diferenças no valor dos recursos investidos pelos principais setores da sociedade. Cada um desses setores tem um papel diferenciado na sociedade, e a OCDE classifica as organizações dentro dos quatro seguintes setores: 1) a Empresa; 2) o Governo; 3) o Ensino Superior; e 4) as organizações não-governamentais, mais conhecidas como ONGs.

As atividades de C&T executadas pela Empresa são basicamente financiadas por ela mesma, uma vez que este setor executa somente atividades onde existem perspectivas de lucro. Aquelas executadas pelo Ensino Superior, que são as pesquisas mais teóricas e básicas, e que não visam ao lucro, são, por conseguinte, financiadas pelo Governo. O Governo, em algumas áreas consideradas estratégicas, constrói centros ou institutos de pesquisa, onde ele mesmo executa e financia suas atividades de C&T. Finalmente, as ONGs executam pesquisa e são financiadas por uma diversidade de instituições, nacionais e internacionais. Infelizmente, dados referentes às atividades de C&T das ONGs não estão ainda disponíveis no Brasil e, portanto, o presente documento publica apenas dados sobre os três primeiros setores.

Ao analisarmos a Tabela 20.1, que mostra os montantes de recursos de C&T financiados e executados por cada um dos três setores, podemos ver que o Governo é o maior financiador, com US\$5,75 bilhões no ano de 1996, enquanto que o Ensino Superior financiou somente US\$0,37 bilhão, cerca de 6% do montante investido pelo Governo. Nesse mesmo

ano, o Governo executou apenas US\$1,5 bilhão das atividades de C&T nos seus institutos de pesquisa e centros de serviços tecnológicos, enquanto que o Ensino Superior executou US\$4,3 bilhões, ou seja, cerca de três vezes mais.

Contrastando com a clara distinção de papéis de financiador e executor entre o Governo e o Ensino Superior, os valores financiados e executados pela Empresa em 1996 são muito semelhantes num montante de US\$2,7 bilhões e US\$3 bilhões, respectivamente. A diferença a mais do montante executado pela Empresa deve-se à parcela obtida do Governo correspondente à renúncia fiscal para as atividades incentivadas de C&T. Assim, mesmo no caso da Empresa, entende-se que o seu desenvolvimento tecnológico beneficia não só a própria empresa, mas também o consumidor na medida em que permite reduzir preços e melhorar a qualidade dos produtos. O invéstimento tecnológico nas empresas permite ainda aumentar a competitividade do produto no mercado externo e trazer mais divisas para o País.

Quando analisamos as transformações sofridas pelo Sistema Nacional de C&T como um todo, podemos observar no Gráfico 20.1 que os investimentos em C&T aumentaram sua participação no PIB de aproximadamente 1% em 1990 para 1,2% em 1996, um crescimento de cerca de 20% no período. O Sistema sofreu uma queda inicial até 1992, posteriormente, registrou um crescimento significativo nos dois anos seguintes e finalizou com um período de relativa estabilidade depois de 1994. Ao compararmos o Brasil internacionalmente, o Gráfico 20.2 mostra a liderança do Brasil dentre os países ibero-americanos que mantêm estatísticas de C&T. Vale, contudo, ressaltar que na maioria desses países, com exceção de Portugal e México, que pertencem à OCDE, os critérios de cálculo dos números ainda estão em fase de consolidação.

Muito embora os números de C&T sempre tenham sido objeto de controvérsia, uma das experiências mais exitosas da C&T brasileira está representada pelo esforço de formação de recursos humanos de alto nível realizados pelo CNPq e pela CAPES (Tabela 20.2). Seu resultado pode ser visto pelo progresso obtido na produção de artigos nas principais revistas científicas do mundo (Gráfico 20.3). Se, de um lado, a média qüinqüenal do número de artigos cresceu 74% em sete anos — por si só um crescimento de magnitude respeitável —, de outro, as citações, que efetivamente medem o impacto dos artigos publicados junto à comunidade científica internacional, aumentou em 156% no mesmo período!

O Gráfico 20.4 mostra, entretanto, que a principal medida de aplicação do conhecimento científico no setor industrial não tem registrado progresso nesse período. O nível de pedidos de patentes em 1996 continuam sendo inferiores ao nível registrado em 1990. Mesmo considerando-se que o ano de 1990 tenha sido um ano atípico, o crescimento entre 1991 e 1996 fica em torno de 15%, muito abaixo dos indicadores de produção científica discutidos acima. Esses números emitem um preocupante sinal de alerta de que o grande aumento obtido na capacidade de produção científica de qualidade não conseguiu produzir qualquer efeito na capacidade de produção tecnológica tão essencial para o futuro do País.

Finalmente, ao concluirmos esta seção, gostaria de compartilhar a reflexão de que a dinâmica e complexidade dos sistemas de C&T, fruto do próprio processo de desenvolvimento da ciência, passará a exigir, de maneira cada vez mais intensa, indicadores que permitam acompanhar mais de perto as transformações relevantes para a sociedade, não só no aspecto da competitividade da indústria nacional mas, principalmente, no impacto exercido sobre a qualidade de vida de seus cidadãos.

Edson Kenji Kondo
Professor da Universidade Católica de Brasília
Coordenador do Laboratório Multidisciplinar de
Desenvolvimento de Metodologias de Avaliação Eco-Sustentável

Science and Technology

The increasing evidence that the development of nations depends on scientific and technological knowledge makes this chapter a particularly important one as we strive for explaining the Brazilian reality through the numbers.

A large and diverse group of institutions and organizations are involved in the performance and the financing of activities that broaden, disseminate and apply the scientific and technological knowledge, known also as scientific and technological activities. Some of these institutions belong to the private sector, while others belong to the Government or have a more independent character. The reader will note on the tables and graphs comprising this Chapter that there are significant differences in the amount of resources invested by each S&T sector. Each sector has a different role in society, and the OECD recommends that science and technology activities are classified in the following four sectors: 1) Business Enterprises; 2) Government; 3) Higher Education; and 4) Private Non-Profit - PNP.

The S&T activities performed by Business Enterprises are for the most part financed by themselves, since they only perform profitable activities. The S&T activities performed by Higher Education, which are comprised by mostly pure and theoretical research, and thus are not profit seeking activities, are financed by the Government. The Government, in the areas deemed strategic, creates research centers or institutes to perform activities that they finance by themselves. Finally, PNPs perform research financed by a wide range of national and international interests. Unfortunately, data regarding S&T activities of PNPs are not yet available in Brazil and, as a result, this document contains data only for the first three sectors.

Analyzing Table 20.1, that shows the S&T resources financed and performed by each of the three sectors, one can notice that the Government is the main financial source, at US\$5.75 billion in 1996, while the Higher Education has financed only US\$0.37 billion, about 6% of the amount invested by the Government. During the same year, the Government performed S&T activities equivalent to a relatively

smaller amount of US\$1.5 billion at its research institutes and centers for technological services. The Higher Education, in turn, performed US\$4.3 billion, or three times more than the Government.

Contrasting with the clear distinction of roles between financing source and performing institution as in the case of Government and Higher Education, the amounts financed and performed by the Business Enterprises during 1996 are very similar at US\$2.7 billion and US\$3 billion, respectively. The larger amount for the performance is largely due to the fiscal incentives for S&T received from the Government. This support by the Government, even for the profit seeking Business Enterprises, is justified by the fact that technological development benefits not only the firm, but also the consumers as it reduces price and improves product quality. Furthermore, the technological investment of the firms improves their competitiveness in foreign markets earning more foreign currency for the country.

When we analyze the changes taken place in the National System of S&T as a whole, Graph 20.1 shows that the share of S&T investments as a proportion of GDP rose from 1% in 1990 to 1.2% in 1996, about a 20% growth during the period. This indicator recorded a fall until 1992, then experienced a significant growth during the next two years and remained relatively stable thereafter. Graph 20.2 shows that, according to this indicator, Brazil leads a group of selected iberoamerican countries. It is important to note, however, that, except for Portugal and Mexico, which are OECD members, the data collection methods are still in the process of standardization.

Although S&T statistics have always been a source of some degree of disagreement in Brazil, one of the most successful experiences in the area of S&T can be represented by the effort carried out by CNPq (the Brazilian equivalent of NSF) and CAPES (an agency of the Ministry of Education responsible for training teachers at the graduate level) to multiplying highly trained human resources (Table 20.2). The success of the initiative can be seen by the sharp increase in the production of articles in the best international scientific journals (Graph 20.3). If, on one hand, the five-year moving average of the number of articles rose 74% in seven years – a significant growth rate in itself —, on the other, the citations, which actually reflect the impact of the articles before the international scientific community, rose 156% during the same period!

Graph 20.4 shows, however, that the main measure of the application of scientific knowledge in industry has not improved during this period.

The number of patent applications in 1996 remains smaller than those recorded for 1990. Even if we consider 1990 to be an atypical year, the 15% growth recorded between 1991 and 1996 is far smaller than the scientific production indicators seen above. This may be interpreted as a worrisome indicator that the significant expansion in the capacity to produce science has not produced the same effect in the production of technology so essential to the future of Brazil.

Finally, as we close these comments, I would like to share my thoughts that the dynamics and the complexity of the S&T system, which result from the very process of scientific progress, will increasingly demand indicators that can better monitor the changes that are relevant for the future of Brazilian society, not only regarding the competitiveness of the industry, but also regarding the impact on the quality of life of its citizens.

Edson Kenji Kondo Professor, Universidade Católica de Brasília Principal Researcher, Laboratório Multidisciplinar de Devenvolvimento de Metodología de Avaliação Eco- Sustentável

Tabela 20.1 - Dispêndio interno bruto em ciência e tecnologia, por setores de financiamento e de execução - 1993-1996

Table 20.1 - Gross internal expenditure for science and technology, by funding and performance sectors - 1993-1996

	Valor (1 000 000 US\$)/Value (1,000,000 US\$)					
Setores/sectors -	1993	1994	1995	1996		
Setores de finar	ciamento/ Fund	ling sectors				
Total/ Total	6 153,3	8 226,5	8 428,0	8 860,8		
Empresas/ Enterprises	1 481,6	2 505,1	2 679,4	2 739,1		
Estatais/ Government-owned	468,5	575,7	563,9	634,3		
Privadas/ Private	1 013,1	1 929,4	2 115,6	2 104,7		
Ensino superior/ Higher education	329,6	340,0	350,4	368,0		
Federal/ Federal	0,0	0,0	0,0	0,0		
Estadual e Municipal / State and municipal	0,0	0,0	0,0	0,0		
Particular/ Private	329,6	340,0	350,4	368,0		
Governo/ Government	4 342,0	5 381,3	5 398,2	5 753,7		
Federal/ Federal	3 069,4	4 033,3	4 060,5	4 212,9		
Estadual/ State	1 272,6	1 348,0	1 337,7	1 540,8		
Setores de exec	ução/Performai	nce sectors				
Total/ Total	6 153,3	8 226,5	8 428,0	8 860,8		
Empresas/Enterprises	1 489,2	2 734,0	2 911,4	3 039,3		
Estatais/govemment-owned	468,5	575,7	563,9	634,3		
Privadas/ <i>Private</i>	1 020,7	2 158,3	2 347,5	2 405,0		
Ensino superior/Higher education	3 625,2	4 090,2	4 111,2	4 307,5		
Federal/Federal	2 230,8	2 559,0	2 668,5	2 652,8		
Estadual e Municipal / State and municipal	1 064,8	1 130,7	1 048,3	1 228,9		
Particular/ <i>Private</i>	329,6	400,5	394,4	425,8		
Governo/Government	1 038,8	1 402,2	1 405,4	1 513,9		
Federal/ Federal	831,0	1 184,9	1 116,0	1 202,1		
Estadual/ State	207,8	217,3	289,3	311,9		

Fonte/Source: Indicadores nacionais de ciência & tecnologia 1990-1996. Brasília: CNPq, 1998.

Notes: 1. Values updated by IGP-DI/FGV and converted into 1995 dollars.

Notas: 1. Valores corrigidos pelo IGP-DI/FGV e convertidos em dólar de 1995.

^{2.} As diferenças entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento de dados./

Individual figures may not add up to the totals due to data rounding.

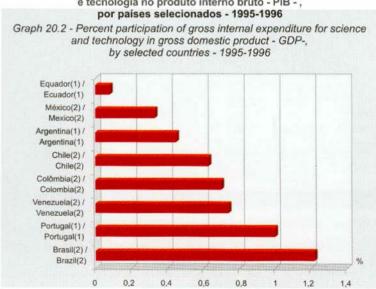
Gráfico 20.1 - Participação percentual do dispêndio interno bruto em ciência e tecnologia no produto interno bruto - PIB - 1990-1996

Graph 20.1 - Percent participation of gross internal expenditure for science and technology in gross domestic product - GDP - 1990-1996



Fonte/Source: Indicadores nacionais de ciência & tecnologia 1990-1996. Brasília : CNPg, 1998.

Gráfico 20.2 - Participação percentual do dispêndio interno bruto em ciência e tecnologia no produto interno bruto - PIB - ,

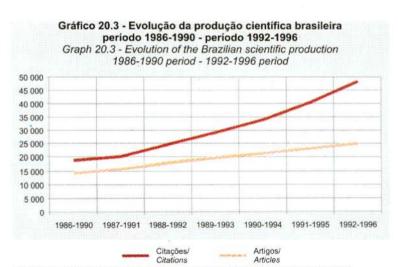


Fonte/Source: Indicadores nacionais de ciência & tecnologia 1990-1996. Brasilia: CNPq, 1998. (1) Dados de 1995. (2) Dados de 1996. / (1) Data for 1995. (2) Data for 1996.

Tabela 20.2 - Bolsas de estudo concedidas no País e no exterior - 1990-1991 Table 20.2 - Scholarships granted in the Country and abroad - 1990-1996

Órgão/Institution	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Total/Total	43 214	48 652	53 211	62 466	67 544	77 565	78 555
Pais/ In the Country	38 861	44 143	48 397	57 527	62 924	73 487	75 377
Exterior/Abroad	4 353	4 509	4 814	4 939	4 620	4 078	3 178
CNPq	28 696	33 041	37 834	40 955	44 420	52 042	50 969
Pais/ In the Country	26 542	30 586	34 991	38 218	42 002	49 909	49 313
Exterior/Abroad	2 154	2 455	2 843	2 737	2 418	2 133	1 656
CAPES	14 518	15 611	15 377	21 511	23 124	25 523	27 586
Paisi In the Country	12 319	13 557	13 406	19 309	20 922	23 578	26 064
Exterior/Abroad	2 199	2 054	1 971	2 202	2 202	1 945	1 522

Fonte/Source: Indicadores nacionais de ciência & tecnologia 1990-1996. Brasília: CNPq, 1998.



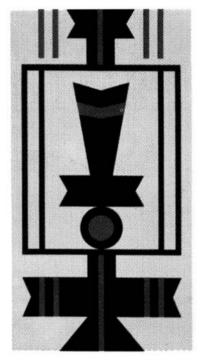
Fonte/Source: Indicadores nacionais de ciência & tecnologia 1990-1996. Brasilia : CNPq, 1998.

Nota: Os periodos correspondem a quinquênios móveis. J Note: The periods correspond to movable quinquennia.



Fonte/Source: Indicadores nacionais de ciência & tecnologia 1990-1996. Brasilia : CNPq, 1998.

Governo



Emblema 5 Rubern Valentim

Government

A construção de uma nova realidade econômica e social no País exige uma mudança radical na forma do governo atuar. É preciso um Estado voltado para servir ao cidadão. Mais ágil, mais dinâmico, mais eficiente, com mais qualidade no atendimento aos problemas da sociedade. A sociedade hoje exige que as ações do governo sejam mais eficazes e que o dinheiro dos contribuintes seja melhor aplicado. Os brasileiros querem ver os resultados práticos da ação governamental traduzidos em mais empregos, segurança, escolas, serviços de saúde, moradias, áqua e esgoto.

Para construção dessa nova realidade, é fundamental a participação dos servidores públicos em atividade como efetivos agentes de mudança. Eles devem ser os líderes do processo de transformação do Estado brasileiro. Precisamos estar conscientes que a principal função do emprego público é prestar serviços à população, e não dar emprego e renda para as pessoas.

Os números apresentados pelo IBGE são um importante subsídio para a sociedade cobrar o governo na direção dessa realidade desejada.

Uma informação importante para avaliar o setor público no Brasil é a evolução do emprego público federal nos últimos anos. Chama a atenção ser maior, em números absolutos, os inativos e pensionistas do que os servidores da ativa, enquanto o número de servidores da ativa na administração direta e indireta é de 514 mil, o número de inativos e pensionistas é da ordem de 592 mil. O que era uma tendência em 1995, tornou-se fato. Essa configuração trouxe o consequente crescimento da alocação de recursos na previdência social dedicados ao pagamento de inativos, sobretudo com as aposentadorias com salário integral dos servidores públicos, ainda que mais de 50% dos aposentados do INSS tenham vencimentos de apenas um salário mínimo.

Ainda em relação às despesas com pessoal nos últimos quatro anos (1995-1998), cabe notar a diminuição de despesa no âmbito do Executivo federal, um ligeiro crescimento no Legislativo e nas transferências intergovernamentais e um crescimento acentuado no âmbito do

Poder Judiciário. Dada essa manutenção do nível de despesas no Executivo federal, não se pode falar em excesso de quadros na União. O crescimento nos outros poderes entretanto afetou o equilíbrio da despesa com pessoal, mantida pelo governo federal até 1997 em torno de 45 bilhões. passando para cerca de 47 bilhões.

Em relação ao uso dos recursos, vemos a maior parte do que é arrecadado pelo governo federal destinado a obrigações pré-definidas, sobretudo na forma de salários, benefícios e obrigações previdenciárias, transferências constitucionais a estados e municípios e pagamento de compromissos de ordem financeira, sobretudo relativos ao financiamento da dívida interna e externa do País. Em 1997, o governo federal gastou um total de cerca de 390 bilhões de reais, dos quais 226 bilhões, ou 58%, foram utilizados em despesas financeiras.

Sobre a polêmica questão do gasto social: em 1997 foram executados cerca de R\$ 111,4 bilhões. No entanto, parte expressiva dos recursos foram destinados a obrigações específicas. Em previdência social e benefícios a servidores públicos, o governo federal destinou R\$ 71.6 bilhões, ou 64% do total, somado a 17,5 bilhões de gastos em saúde, 16% do total, deixa pouco espaço para novos investimentos. De aualquer modo tem ocorrido um crescimento quantitativo dos recursos alocados na área social desde 1995, e o mais importante é que esse aumento quantitativo veio acompanhado de um aumento da qualidade do aasto em todas as áreas de atuação do governo. O aprofundamento do processo de descentralização, com a execução de servicos ficando cada vez mais sob responsabilidade de estados e municípios, portanto, mais perto do cidadão; o fim da necessidade de convênios em programas como o da merenda escolar e ações inovadoras como o programa Dinheiro na Escola, do Ministério da Educação, para manutenção do ensino fundamental, cujos recursos são destinados diretamente às escolas, são alguns demonstrativos do esforco de melhoria da aualidade do aasto público.

Informação animadora é o crescimento relevante do gasto social federal per capita, pouco mais de 30% em relação à 1994. Seria valioso ter a oportunidade de contrapor esses dados à apropriação do gasto social pelos diversos quintis de renda, assim poderíamos saber se esse gasto tem contribuído efetivamente para a redistribuição da renda nacional.

Os dados do IBGE expõe com clareza o tamanho da dificuldade do governo federal em conter o crescimento da sua folha de salários - mesmo com a contenção salarial desde 1994 e da limitação nas

contratações de pessoal – e a pouca governabilidade sobre os recursos financeiros que a sociedade coloca em suas mãos. Nessas circunstâncias, existe pouco espaço de manobra para novas iniciativas.

Essas dificuldades no entanto podem ser superadas pelo comprometimento e motivação dos servidores públicos em todos os níveis, no sentido de fazerem mais e melhor com os recursos disponíveis. Tornase cada vez mais importante a alocação de servidores na ponta dos serviços, e não concentrados em atividades administrativas e burocráticas. O aperfeiçoamento da capacidade gerencial e a valorização do profissional do setor público são outros mecanismos imprescindíveis para encararmos de frente o desafio de transformarmos o Estado brasileiro em um Estado voltado efetivamente, para atender as demandas e problemas da sociedade.

Ceres Alves Prates Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão The construction of a new economic and social reality in the country demands a radical change in government action. A State must serve the citizen. More agile, more dynamic, more efficient, more qualified to attend to society's problems. Today's society requires from government's actions more effectiveness, and a better application of taxpayers' money. Brazilians want to see practical results from government action translated into more jobs, public safety, schools, health services, housing, water and sewerage.

To build this new reality, it is crucial to have the participation of civil servants as effective agents of change. They must be the leaders in the process of transformation of the Brazilian State. We must be aware that a public job main function is to serve the population, and not to give people income and employment.

The figures presented by IBGE represent an important tool in helping society demand the government's direction to achieve that desired reality.

An important information to evaluate the public sector in Brazil is the evolution of federal employment in the last years. The attention is called to the larger number of retired and pension-holding civil servants, in absolute figures, than that of civil servants in activity. While the number of active civil servants in the direct and indirect administration is 514 thousand, the number of those retired and receiving pensions is 592 thousand. What started as a trend in 1995, became fact. Such configuration brought the consequent growth of social security funds being allocated to payment of retired civil servants, especially with civil servants receiving the same pay as those in activity, since 50% of those retired in the general population received only one minimum wage.

Also regarding the expenditure with personnel in the last four years (1995-1998), we must stress the decrease in that expenditure in the Federal Executive Power, a slight increase in the Legislative power, and in intergovernmental transfers, and a marked increase in the Judiciary Power. Considering the continuance of the expense level in the Federal Executive Power, we cannot say that there is an excess of personnel in

the Union. The growth in the other powers, however, affected the balance of personnel expenditure, kept by the federal government around R\$ 45 billion, until 1997, which increased to about R\$ 47 billion.

Regarding the use of funds, we can see that the largest part of the taxes collected by the federal government is destined to previously defined commitments, especially wages, benefits and social welfare, constitutional transfers to states and municipalities, and payment of financial commitments, relating mostly to the country's internal and external debt financing. In 1997, the federal government spent around R\$ 390 billion, R\$ 226 billion of which (58%) in financial expenditures.

On the polemic issue of social expenditure: in 1997, the government effected about R\$ 111.4 billion. However, an expressive part of the funds was destined to specific duties. The federal government destined R\$ 71.6 billion to social security and civil servant benefits, or 64% of the total, added up to R\$ 17.5 billion in health care expenditures, 16% of the total, with little left for new investments. Anyway, a quantitative growth of funds allocated to social expenditure took place since 1995. and the most important fact is that such growth went side by side with an increase in expenditure quality in all areas of government. The expansion of the decentralization process, with services more and more under the responsibility of states and municipalities and thus closer to the citizen, the end of required agreements in programs such as school lunch and innovative actions as the Money in School program, of the Ministry of Education, to maintain basic education with funds destined directly to schools, those were some of the efforts to improve the quality of public expenditure.

An encouraging information is the relevant growth of per capita federal social expenditure, slightly over 30% by comparison with 1994. It would be good if we could contrast these data with the distribution of social expenditure by income quintiles. This way we would be able to see if that expenditure has been effectively contributing to national income redistribution.

IBGE data clearly pose the difficulty the federal government has in containing the growth of its payroll - even with wages stable since 1994 and the limitations to hiring - and the reduced ability to manage financial resources given it by society. In these circumstances, there is little room for maneuver regarding new initiatives.

These difficulties, however, may be overcome by the commitment and motivation of civil servants at all levels, to do more and better with

the few resources available. It becomes increasingly important to allocate civil servants at the service end instead of concentrated in administrative and bureaucratic activities. The improvement of the managerial capacity and the value given to public sector professionals are other mechanisms crucial to the task of facing the challenge of transforming the Brazilian State into a State effectively committed to answering society's demands and problems.

Ceres Alves Prates Secretary, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Tabela 21.1 - Gasto total e social do governo da União - 1994-1997

Table 21.1 - Total and social expenditure of the Union - 1994-1997

(continua/continues) Número-índice Valor corrente (1 000 000 R\$)/ (1994 = 100)/Especificação/ Current value (1,000,000 R\$) Index number Item (1994 = 100)1994 1997 1995 1996 1997 (1) 1995 1996 1. Total do balanço geral da União/ 176 222 307 947 313 013 391 866 174,75 177,62 222,37 1. Total of general balance of the Union 2. Transferências intragovernamentais/ 35 737 66 677 24 809 1 287 186.58 69 42 3.60 2. Intragovernmental transfers 3. Despesa total efetiva do Governo 140 486 241 270 288 204 390 579 171,74 205,15 278,02 Federal (1-2)/ 3. Total effective expenditure of the Federal Government (1-2) 4. Despesas financeiras/ 70 999 113 279 136 442 226 348 159.55 192 18 318.81 4. Financial expenditures Juros da divida interna e external 9.833 16 766 19 511 21 033 170.52 198.43 213.91 Internal and external debt interests Amortização da dívida interna e externa/ 60 685 95 873 116 288 147 839 157.99 191.63 243.62

Despesas do Banco Central (2)/	481	640	643	661	132,97	133,49	137,22
Central Bank expenditures (2)							

Internal and external debt amortization

Tabela 21.1 - Gasto total e social do governo da União - 1994-1997

Table 21.1 - Total and social expenditure of the Union - 1994-1997

The second secon					(concl	usão/ <i>cor</i>	cluded)	
Especificação/ Item	Valor corrente (1 000 000 R\$)/ Current value (1,000,000 R\$)				Número-indice (1994 = 100)/ Index number (1994 = 100)			
-	1994	1995	1996	1997 (1)	1995	1996	1997	
Rolagem da dívida dos estados/	-	-	-	56 816	-	-	-	
Rollover of the state governments internal debts								
5. Despesa não-financeira (3-4) (3)/	69 487	127 991	151 762	164 231	184,19	218,40	236,35	
5. Nonfinancial expenditure (3-4) (3)								
6. Gasto social federal (4)/	41 675	78 445	91 414	103 399	188,23	219,35	248,11	
6. Federal social expenditures (4)								
7. Despesas em outras áreas (5-6)/	27 813	49 546	60 348	60 832	178,14	216,98	218,72	
7. Expenditures in other areas (5-6)								
Gasto social em relação à despesa não-financeira (%)/	60,00	61,30	60,20	63,00				
Social expenditure in relation to nonfinancial expenditure (%)				erromanista romanis qualca especia	,,,,		**************************************	

Fonte/Source: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Diretoria de Políticas Sociais.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento de dados *J*

Note: Individual figures may not add up to the totals due to data rounding.

(1) Dados preliminares. (2) Exclui os beneficios caracterizados como não-salários já incluídos no gasto social federal. (3) Inclui as transferências intergovernamentais. (4) Exclui as despesas financeiras encontradas em áreas de atuação social e despesas à conta de recursos do FGTS. I (1) Preliminary data. (2) Excludes benefits characterized as non-wage already included in the Federal social expenditure.

(2) Excludes benefits characterized as non-wage already included in the Federal social expenditure

(3) Includes intergovernmental transfers. (4) Excludes financial expenditures found in areas of social action and expenditures on account of FGTS resources.

Tabela 21.2 - Gasto social-federal, por áreas de atuação - 1994-1997 Table 21.2 - Social-federal expenditure, by areas of action - 1994-1997

Área de atuação/ Area of action		Valor (1 000 000 R\$)/ Value (1,000,000 R\$)					100/ 100
Area or action	1994	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Totali Total	80 858	98 202	102 570	111 405	121,45	126,85	137,78
Educação e cultura/ Education and culture	9 234	8 461	7 637	7 340	91,63	82,70	79,49
Saúde/ <i>Health</i>	13 683	16 563	14 597	17 539	121,05	106,68	128,18
Alimentação e nutrição/ Food and nutrition	770	947	545	839	122,86	70,69	108,91
Saneamento e proteção ao meio ambiente/ Sanitation and environment protection	796	460	880	1 312	57,73	110,46	164,81
Previdência social/ Social security	35 064	42 885	48 883	49 634	122,30	139,41	141,55
Assistência social/ Social assistance	1 064	1 229	1 286	1 976	115,56	120,86	185,70
Emprego e defesa do traba- lhador/ Worker employment and protection	2 365	3 616	4 109	4 184	152,88	173,76	176,93
Organização agrária/ Agrarian organization	581	1 344	1 226	1 545	231,57	211,10	266,11
Ciência e tecnologia/ Science and technology	697	592	612	601	84,92	87,72	86,15
Habitação e urbanismo/ Housing and urbanism	1 000	944	1 447	4 332	94,43	144,74	433,29
Treinamento de recursos humanos/	75	. 53	22	41	70,96	29,53	54,75
Training of personnel Beneficios a servidoresl Benefits paid to civil servants	15 530	21 108	21 327	22 062	135,92	137,33	142,07

Fonte/Source: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Diretoria de Políticas Sociais.

Notes: 1. Values for December 1997.

Notas: 1. Valores de dezembro de 1997.

^{2.} Fator de conversão de dez/96 para dez/97 igual a 1,074860./

^{2.} The conversion factor from December/96 to December/97 is equal to 1.074860.

Tabela 21.3 - Gasto social-federal, por categoria de demanda - 1994-1997

Table 21.3 - Social-federal expenditure, by categories - 1994-1997

(continua/continues)

Especificação/ Item —				
nem	1994	1995	1996	1997 (2)
Total (3)/Total (3)	80 858	98 202	102 571	111 405
Cobertura dos riscos da velhice, da invalidez e do desemprego/ Old age, disability and unemployment risks coverage	48 810	62 816	69 601	70 613
Previdência social/ Social security	46 534	59 307	65 848	66 977
Seguro desemprego/ Unemployment insurance	2 276	3 509	3 753	3 636
Atendimento a demandas de emprego e renda/ Assistance to employment and income demands	581	1 365	1 564	1 945
Qualificação profissional/ Vocational education	1	20	282	363
Geração de emprego e renda/ Employment and income generation	-	-	56	37
Reforma agrária e colonização/ Land redistribution and colonization	363	1 135	1 139	1 436
Apoio ao pequeno produtor rural/ Aid to small farmers	218	210	87	109
Atendimento a demandas da população de baixa renda/ Assistance to demands of low-income population	11 812	13 210	14 076	18 504
Assistência médica e sanitária/ Health care	9 681	11 349	11 327	12 711
Saneamento básico/ Basic sanitation	725	376	740	1 138
Habitação/ Housing	418	285	978	3 529

Tabela 21.3 - Gasto social-federal, por categoria de demanda - 1994-1997 Table 21.3 - Social-federal expenditure, by categories - 1994-1997

(conclusão/concluded)

Especificação/ Item	Valor (1 000 000 R\$) (1)/ Value (1,000,000 R\$) (1)					
	1994	1995	1996	1997 (2)		
Transporte urbano de massa/ Urban mass transportation	503	615	431	580		
Abono do PIS e do PASEP/ PIS and PASEP benefits	486	585	600	545		
Atenção à população infanto-juvenil/ Assistance to population under 18 years old	2 962	3 218	2 806	2 923		
Ensino fundamental (4)/ Basic education (4)	1 151	1 092	1 245	968		
Alimentação e nutrição/ Food and nutrition	771	947	545	839		
Educação de crianças de 0 a 6 anos Preschool for children 0 to 6 years old	161	296	283	275		
Ensino médio Secondary education	626	626	502	489		
Assistência social à criança e ao adoles- cente/ Social assistance to children and adolescents	253	258	232	352		
Outros/ Other	16 694	17 592	14 525	17 421		

Fonte/Source: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Diretoria de Políticas Sociais.

Nota: Valores de dezembro de 1997./ Note: Values for December 1997.

federal direct investments.

⁽¹⁾ Corrigindo-se os dispêndios mês a mês pelo IGP-DI. (2) Dados preliminares. (3) Total do gasto social-federal, de acordo com a metodología adotada pela DIPOS/IPEA. (4) Exclui a merenda escolar, a cota-parte de estados e Distrito Federal na arrecadação do salário-educação e os investimentos diretamente realizados pelo governo federal. / (1) Expenses updated monthly by IGP-DI. (2) Preliminary data. (3) Total of social-federal expenditure, according to the methodology adopted by DIPOS/IPEA. (4) Excludes school lunch, states and Federal District shares from the education-wage collected and

Tabela 21.4 - Gasto social-federal per capita - 1994-1997
Table 21.4 - Per capita social-federal expenditure - 1994-1997

Especificação/ Item		1995	1996	1997	Índice: 1994 = 100/ Index: 1994 = 100		
	1994						
					1995	1996	1997
Gasto social-federal (em 1 000 000 R\$) /	80 858	98 202	102 570	111 405	121,45	126,85	137,78
Social-federal expenditure (in 1,000,000 R\$)							
População residente (em 1 000 hab.) /	153 015	155 047	157 080	160 116	101,33	102,66	104,64
Resident population (in 1,000 inhab.)							
Gasto social-federal per capita/	528,43	633,37	652,98	695,78	119,86	123,57	131,67
Per capita social-federal expenditure							

Fonte/Source: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Diretoria de Políticas Sociais.

Nota: Valores de dezembro de 1997 / Note: Values for December 1997.

Tabela 21.5 - Despesas com o pessoal da União - 1987-1998 Table 21.5 - Expenditures with Union personnel - 1987-1998

		Despesas com o pessoal da União (1 000 000 R\$) (1) / Expenditures with Union personnel (1,000,000 R\$) (1)					
Ano/ Year	Total/ Total	Executivo/ Executive Power	Legislativo/ Legislative Power	Judiciário/ Judiciary Power	Transferências intergover- namentais/ Intergovernmental transfers	da despesa (1987=100)/ Accumulated index of expenditure (1987=100)	
1987	19 715	17 057	629	716	1 313	100,0	
1988	24 189	21 236	844	834	1 275	122,7	
1989	29 884	25 578	1 000	1 510	1 796	151,6	
1990	34 447	28 891	1 106	2 085	2 365	174,7	
1991	28 243	23 599	975	1 872	1 797	143,3	
1992	22 999	19 162	777	1 700	1 360	116,7	
1993	31 083	25 812	862	2 461	1 948	157,7	
1994	35 865	30 013	977	2 624	2 251	181,9	
1995	46 636	38 933	1 493	3 410	2 800	236,6	
1996	45 313	37 902	1 601	3 521	2 289	229,8	
1997	45 690	37 450	1 752	4 367	2 121	231,8	
1998	47 419	37 949	1 835	5 517	2 118	240,5	

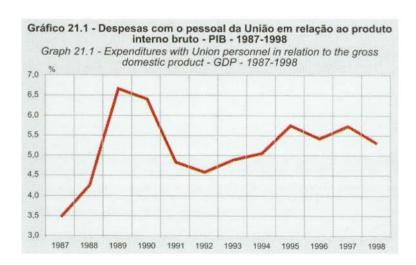
Fonte /Source: Boletim estatistico de pessoal. Brasília: Ministério do Orçamento e Gestão, v. 1, n. 35, mar. 1999. Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento de dados./ Note: Individual figures may not add up to the totals due to data rouding.

⁽¹⁾ Deflacionado pelo IGP-DI/FGV (base: dez/97)/(1) Value deflated by IGP-DI / FGV (base: dec. 97).

Tabela 21.6 - Servidores civis do poder executivo - 1998
Table 21.6 - Civilian personnel in the executive power - 1998

Servidores/	Total/	Administração direta/	Autarquia/	Fundações/	
DOI MODICO.		41.010		Foundations	
Civilian personnel	Total	Direct	Autarchy	roundations	
		Administration			
Total/ Total	1 105 827	592 659	374 208	138 960	
Ativos/ Active	513 720	218 397	198 452	96 87	
Inativos/ Inactive	395 175	227 626	135 354	32 195	
Pensões/ Pensioners	196 932	146 636	40 402	9 894	

Fonte/Source: Boletim estatístico de pessoal. Brasília : Ministério do Orçamento e Gestão, v. 1, n. 35, mar. 1999.



Fonte/Source: Boletim estatístico de pessoal. Brasilia: Ministério do Orçamento e Gestão, v. 1, n. 35, mar. 1999.

Bibliografia/Bibliography

- AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Telemapa Brasil [online]. Disponível: http://www.anatel.gov.br/telemapa/default.htm [capturado em ago. 1999].
- AGROANALYSIS. Rio de Janeiro: FGV, v. 19, n. 4, abr. 1989.
- ANUÁRIO DO TRANSPORTE AÉREO : dados estatísticos 1996. Rio de Janeiro : Departamento de Aviação Civil, 1998.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA 1957-1997. São Paulo : Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 1998. 185 p.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 1995. Brasília : Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 4, 1996.
- 1998. Brasília : Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 7, 1999.
- ____. Suplemento histórico 1980-1996. Brasília : Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 1, 1997.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DAS FERROVIAS DO BRASIL 1998. Brasília : Ministério dos Transportes, Departamento de Transportes Ferroviários, [1998]. 138 p.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1998. Rio de Janeiro : IBGE, v. 58, 1999.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO [do] INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA 1999. Rio de Janeiro, 1999. 85 p.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DOS TRANSPORTES 1997. Brasília : Ministério dos Transportes, v. 24, 1997.
- BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL 1999. Brasília : Ministério de Minas e Energia, 1999. Ano base 1998. 153 p.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL [online]. Brasília, jun. 1999. Disponível : http://www.bcb.gov.br [capturado em ago. 1999].
- _____. Suplemento estatístico [online]. Brasília, mar. 1998. Disponível: http://www.bcb.gov.br [capturado em 30 de abr. 1998].
- _____. Suplemento estatístico [online]. Brasília, jun. 1999. Disponível : http://www.bcb.gov.br [capturado em ago. 1999].
- BOLETIM ESTATÍSTICO DE PESSOAL. Brasília : Ministério do Orçamento e Gestão, v. 1, n. 35, mar. 1999.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1900-1920. Rio de Janeiro : Diretoria Geral de Estatística, 1910-1940.

- CENSO DEMOGRÁFICO 1940-1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1997.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, Rio de Janeiro: FGV, v. 53, n. 3, mar. 1999.
- CONTAGEM da população 1996. Rio de Janeiro : IBGE, 1997. v. 1: Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar.
- ECONOMIA informal urbana 1997. Rio de Janeiro : IBGE, 1999. 6 v. v. 1: Brasil e grandes regiões.
- ENERGY STATISTICS YEARBOOK 1995. New York: United Nations, 1997. 486 p.
- ESTATÍSTICAS históricas do Brasil : séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Série estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro : IBGE, 1990. 642 p.
- INDICADORES DA ECONOMIA MUNDIAL 1998. Brasília: Ministério do Orçamento e Gestão, n. 9, dez. 1999. 119 p.
- INDICADORES IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7-9, 1988-1990.
- ____: Índices de preços ao consumidor 1991-1992. Río de Janeiro : IBGE, 1991-1993.
- ____: pesquisa mensal de emprego 1991-1998. Rio de janeiro : IBGE, 1992-1999.
- [online]: Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC IPCA 1996-1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1997-1999. Disponível: ftp://ftp.ibge.gov.br [capturado em ago. 1999].
- _____: Sistema nacional de índices de preços ao consumidor : INPC-IPCA 1993-1998. Rio de Janeiro : IBGE, v. [1-3],1994-1998.
- [online]: Sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível: ftp://ftp.ibge.gov.br [capturado em ago. 1999].
- INDICADORES NACIONAIS DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA 1990-1996. Brasília : CNPq, 1998.
- KINZO, Maria D'Alva G. Radiografia do quadro partidário brasileiro. São Paulo : Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA 1987- mar. 1999. Rio de Janeiro : IBGE, 1987-1999.
- MENDES, Márcia M. S. et al. *Projeção preliminar da população do Brasil para o período 1980-2020*. Rio de Janeiro : IBGE, 1994. (Textos para discussão, n. 73).
- OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de, BELTRÃO, Kaizô Iwakami, GUERRA, Mônica. *Reforma da previdência*. Rio de Janeiro : IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 508).
- PESQUISA ANUAL DE COMÉRCIO 1995. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v. 7, 1998.
- ____ [online]. Rio de Janeiro : IBGE, 1999. Disponível : ftp://ftp.ibge.gov.br [capturado em ago. 1999].

- PESQUISA ANUAL DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO 1995-1996. Rio de Janeiro : IBGE, v. 8-9, 1997-1998.
- PESQUISA DE ESTOQUES 1. sem. 1998 [online]. Rio de Janeiro : IBGE, 1999. Disponível : ftp://ftp.ibge.gov.br [capturado em ago.1999].
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981-1997. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v. 5-19, 1983-1998.
- ____ 1997 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1998.
- PESQUISA nacional por amostra de domicílios : síntese de indicadores 1997. Rio de Janeiro : IBGE, 1998.
- PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: culturas temporárias e permanentes 1996. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v. 23, n. 1, 1999.
- PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA 1994-1996. Rio de Janeiro : IBGE, v. 9-11, 1996-1999.
- RETROSPECTIVA 1998. Rio de Janeiro: ANDIMA, 1999. 160 p.
- A SAÚDE no Brasil. Brasília : Organização Pan Americana de Saúde : Organização Mundial de Saúde, 1998. 82 p.
- SINOPSE estatística da educação básica : censo escolar 97. Brasília : INEP, 1998. 109 p.
- SINOPSE estatística do ensino superior : graduação 97. Brasília : INEP, 1999. 228 p.
- SÍNTESE de indicadores sociais 1998. Rio de Janeiro : IBGE, 1999. 205 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 1).
- A SITUAÇÃO da população mundial 1998. As novas gerações. Pré-publicação. Brasília : Fundo das Nações Unidas para a População, 1998. p. 67-72.
- STATISTICAL YEARBOOK [of] UNESCO 1998. Paris, 1998.
- STATISTICAL YEARBOOK [of the] UNITED NATIONS 1995. New York, 1997. 923 p.
- YEARBOOK OF LABOUR STATISTICS 1998. 57. ed. Geneva: International Labour Office, 1998. 1339 p.

EQUIPE/STAFF

Editor/Editor

Sérgio Besserman Vianna

Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI

David Wu Tai

Coordenação Executiva/Executive Coordination

Luisa Pinheiro Teixeiro

Desenvolvimento do Projeto/Project Development

Ana Luiza Vasquez Sylla Célia Regina Monteiro dos Santos Jorge Calian

Documentação/Documentation

Aparecída Tereza Rodrigues Regueira Diva de Assis Moreira

Projeto de Arte e Seleção das Obras/Art Project and Selection of Works Aldo Victorio Filho

Criação/Creation

Gisela Ávila Barbosa Helga Szpiz Lecy Delfim Marcos Balster C. Fiore

Sebastião Monsores

Editoração/Editorial Team

Alberto Guedes da Fontoura Neto Anna Maria dos Santos Carmem Heloísa P. Costa Elizabeth Santos da Fontoura Iaracy Prazeres Gomes L Gonzaga Maria da Graça F. de Lima Maria da Penha Uchôa da Rocha Maria de Lourdes Amorim Neuza Maria O. G. Damásio

Preparação das Informações do IBGE/Preparation of IBGE's Information Departamentos da Diretoria de Geociências e da Diretoria de Pesquisas

Versão para o Inglês/English Version

Anamaria de Almeida Monteiro

Revisão do Inglês/English Revision Célia Regina Monteiro dos Santos

BRASIL em números / BRAZIL in figures volume 7 - 1999

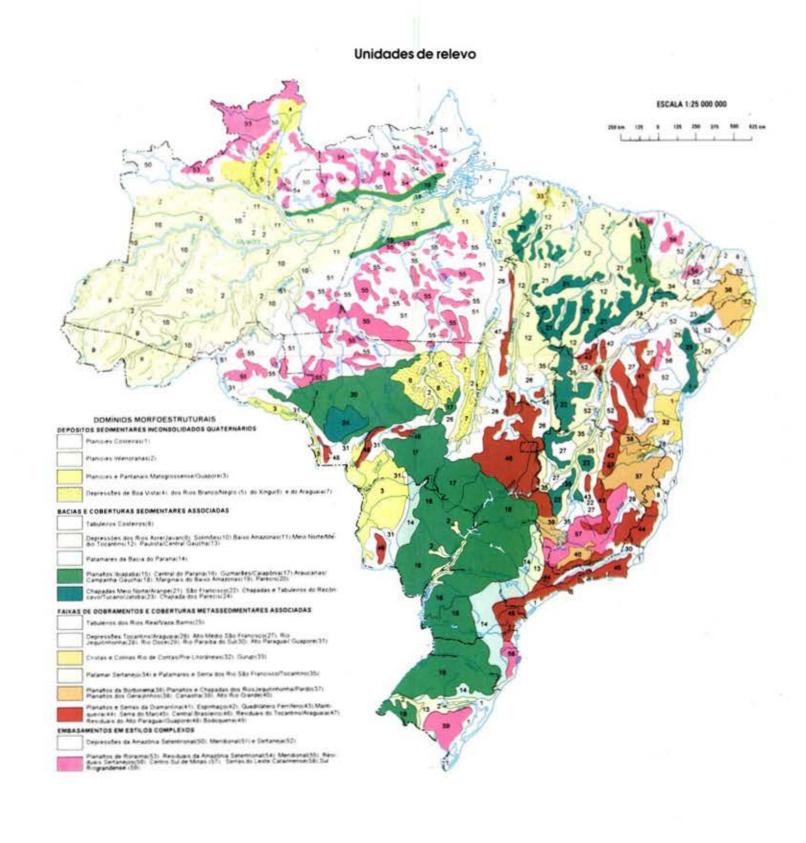
Sistema de fusos horários



Fontes: IBGE, Diretoria de Geocéncias, Departamento de Catagrafia: Ministerio da Ciência e Techniqua, Conservo Nacional de Desenvolvimento Centifico e Techniqua - China, Observatorio Nacional







Fonte: (6GE, Diretoria de Geociências, Departamento de Recusos histuras e Estudos Ambientas

